INACREDITÁVEL

DAVID YALLOP

TRADUÇÃO:
AMADEU ANTÓNIO

INACREDITÁVEL

DAVID YALLOP 2010

Conteúdo

Prefácio

Parte 1: Wojtyla: Por Dentro da 'Sala Secreta'

Parte 2: Ratzinger: Confrontando o Sistema Secreto

Agradecimentos

Bibliografia

Prefácio

À DATA DE HOJE, MUITAS PESSOAS em todo o mundo não permitiriam que uma criança desacompanhada entrasse numa Igreja Católica Romana.

Essas palavras apareceram inicialmente perto do fim do capítulo intitulado 'Beyond Belief', contido no meu livro anterior, *The Power and the Glory*. É um capítulo que, acima de todos os outros no livro, continua a atrair a atenção de leitores em inúmeros países. As cartas e *e-mails* são, sem exceção, muito positivos e contêm invariavelmente relatos comoventes e poderosos de experiências pessoais. Também me pedem repetidamente que regresse a este assunto. Esses pedidos e os acontecimentos subsequentes resultaram no livro que tem agora nas mãos. A Parte 1 é uma reprodução *verbatim*. A Parte 2 continua a história até ao final do verão de 2010. A investigação abrange muitos aspetos da questão: a história, as mentiras e o sistema secreto de encobrimento que atingiu os níveis mais altos e implicou, entre outros, o falecido Papa João Paulo II e o seu sucessor, Bento XVI. O custo financeiro apenas para a Igreja dos Estados Unidos, desde que a conspiração começou a ser desvendada em 1983, é de 6 mil milhões de dólares, e continua a

subir. O custo na Irlanda ultrapassa os 2 mil milhões de dólares. Custará ao resto do mundo pelo menos outros 2 mil milhões de dólares.

O custo espiritual, no entanto, é muito maior. O abuso sexual de qualquer tipo por parte de um padre é um ato que, não apenas fisicamente, mas espiritualmente, é nada menos do que a violação de uma vítima.

Em pelo menos dois países — pode haver mais — a criança desacompanhada está mais segura do que esteve durante muitas décadas. Esses países são a Inglaterra e o País de Gales. O Relatório Nolan sobre a proteção de menores na Igreja Católica na Inglaterra e no País de Gales foi um avanço significativo, publicado em abril de 2001 com mais de cinquenta recomendações para proteger as potenciais vítimas. A proposta mais importante do relatório, uma das que foi rapidamente introduzida, pedia «a criação de uma unidade nacional de proteção de menores dentro da Igreja para erradicar os abusadores de crianças através da fiscalização do clero, do seu pessoal leigo e de voluntários antes de assumirem novos cargos». Lord Nolan e a sua comissão, no seu resumo, observaram uma verdade evidente: «O facto é que, mesmo que todas as paróquias de Inglaterra e do País de Gales seguissem as nossas recomendações, o problema do abuso de crianças não seria, por isso, erradicado.» Certamente isto é verdade, mas foi um passo muito significativo em direção a essa aspiração.

Outra recomendação também rapidamente implementada foi a necessidade de um relatório público anual. O encobrimento histórico e a supressão da verdade do abuso clerical são coisas do passado em Inglaterra e no País de Gales. Um dia, talvez, essa venha a ser a realidade em todos os países, e não apenas para a fé católica.

Os números de 2007, 2008 e 2009, no entanto, confirmam que estamos longe de uma sociedade livre de abusos. Em 2007,

foi recebido um total de quarenta e seis alegações respeitantes a quarenta e quatro alegados abusadores. Estes casos envolveram cinquenta e três alegadas vítimas. Vinte e oito destas alegações diziam respeito ao clero, outras quatro diziam respeito a religiosos, com mais catorze distribuídas por uma variedade de categorias: religiosas femininas, voluntários, funcionários e paroquianos. Em 2008, houve um total de cinquenta alegações respeitantes a cinquenta e um alegados abusadores; trinta destes eram padres, com números não especificados de religiosos, voluntários, funcionários e paroquianos a compor o restante. Ao contrário da vasta maioria dos países, as organizações católicas em Inglaterra e no País de Gales incluíram, e muito bem, alegados casos de abuso alegadamente perpetrados por outras pessoas que não padres e membros das ordens religiosas, sublinhando assim o facto de que os abusadores sexuais não provêm de apenas uma fração da sociedade.

Em 2009, houve quarenta e uma alegações de abuso respeitantes a quarenta e três alegados abusadores e cinquenta e duas vítimas. Dezoito das cinquenta e duas vítimas alegaram ter sido abusadas no ano em curso. Vinte destas alegações diziam respeito a incidentes que se diz ter tido lugar na década de 1970 e antes. Dos quarenta e três alegados abusadores, vinte e seis são clérigos ou religiosos, sete voluntários, sete paroquianos e três funcionários. As várias salvaguardas agora em vigor em Inglaterra e no País de Gales reduziram significativamente o risco de abuso sexual clerical de crianças, mas, como os números acima demonstram, há ainda um caminho significativo a percorrer antes de alcançar o objetivo final. Em muitíssimos outros países, como é abordado neste livro, a situação é sombria.

O que se segue, em certas partes, não será de leitura fácil. Tão-pouco foi de fácil investigação e escrita.

David Yallop,

Londres.

Agosto de 2010.

Parte 1: Wojtyla:

Por Dentro da 'Sala Secreta'

DE ACORDO COM JOÃO PAULO II e muitos dos seus bispos, a 'sociedade moderna' é a culpada pela epidemia de abusos sexuais por parte de padres, monjes, freires e freiras contra vítimas que vão desde rapazes e raparigas jovens a adolescentes com deficiência, religiosas e leigas. Mas 'sociedade moderna' é uma frase de âmbito geral que significa tudo e nada. Na verdade, o problema do abuso sexual sacerdotal remonta ao século II. Quando Karol Wojtyla foi eleito Papa em outubro de 1978, a par da corrupção financeira do Banco do Vaticano, existia a corrupção moral igualmente desenfreada do abuso sexual no seio do sacerdócio.

Ao longo dos 1800 anos anteriores, o 'sistema secreto' tinha evoluído no sentido de não eliminar o problema do abuso sexual, mas sim de o encobrir. A sua eficiência pode ser aferida pelo facto de que, antes do caso Gauthe em 1985/86 (ver abaixo), as alegações públicas de abuso sexual por padres eram muito raras. A exposição de um padre, quer em processos criminais quer em civis, era simplesmente inaudita. A Igreja Católica Romana cuidava dos seus, e os clérigos infratores não podiam ser levados perante os tribunais civis, a menos que fosse obtida uma permissão especial para o fazer. O sistema era de molde a ter claramente a inteira aprovação do Papa João Paulo II. Em 1983, após vinte e quatro anos de deliberação, foi publicado o atual

Código de Direito Canónico e, entre as muitas alterações em relação ao Código anterior de 1917, a Lei 119, que cobria a necessidade de permissão especial, foi removida. Foi uma decisão de que muitos na hierarquia católica se arrependeram amargamente desde então. Em menos de dois anos, as comportas tinham-se aberto. Em menos de uma década, o custo do abuso sexual para a Igreja Católica Romana a todos os níveis foi devastador. Apenas nos Estados Unidos, desde 1984, o custo financeiro em despesas jurídicas e indemnizações às vítimas de abuso sexual ultrapassa os 6 mil milhões de dólares. O custo para a imagem e reputação da hierarquia católica é inestimável.

É muito improvável que o Papa desconhecesse a dimensão do problema aquando da sua eleição e a resposta tradicional do sistema secreto. Até 1981, tinha ignorado todos os pedidos de ajuda de vítimas de abuso clerical dirigidos a si próprio e a várias congregações do Vaticano. As origens do 'Sistema Secreto', tal como os crimes que mantinha ocultos, remontam a um passado muito distante na história. Antes de 1869, quando a descrição 'homossexual' foi cunhada pela primeira vez por Karl Maria Benkert, o termo usado para descrever atos sexuais entre dois ou mais indivíduos do mesmo género era 'sodomia'. A sodomia era usada para descrever não apenas atos sexuais entre homens adultos, mas também relações sexuais com animais e o abuso sexual de uma criança ou jovem. Este último ato era também frequentemente descrito como 'pederastia'. O termo 'pedófilo' foi usado pela primeira vez pelo fisiologista Havelock Ellis em 1906. O uso científico atual define o abusador sexual de um indivíduo pré-púbere como pedófilo e o abusador sexual de um adolescente como efebófilo.

Já em 177 d.C., o Bispo Atenágoras caracterizou adúlteros e pederastas como inimigos do Cristianismo e sujeitou-os à excomunhão, que era então a pena mais severa que a Igreja podia infligir. O Concílio de Elvira, em 305, alargou esta condenação anterior, tal como fez o Concílio de Ancyra, em 314.

Uma fonte inestimável de informação sobre o assunto é o corpo de literatura penitencial que remonta ao século VII. Os livros penitenciais eram manuais compilados por padres e por eles utilizados ao ouvir as confissões individuais dos membros da Igreja. Vários deles referem-se a crimes sexuais cometidos por clérigos contra rapazes e raparigas jovens. O Penitencial de Beda, datado da Inglaterra do século VIII, aconselha que aos clérigos que cometam sodomia com crianças sejam dadas penitências cada vez mais severas, proporcionais ao seu intervalo hierárquico. Os leigos que cometiam tais crimes eram excomungados e obrigados a jejuar durante três anos; aos clérigos que não tivessem ordens sacras, o período de jejum era estendido para cinco anos; aos diáconos e padres, sete e dez anos, respetivamente; e aos bispos que abusassem sexualmente de crianças eram dados doze anos de penitência.

A Igreja Católica durante o primeiro milénio tomou claramente uma posição mais severa sobre o abuso sexual por clérigos do que a que tomou em tempos mais recentes. Os escritos do primeiro milénio não fazem alegações especiais com base na ignorância, nem ignoram o facto de que os pedófilos não se limitam a um único ato de abuso sexual de uma criança. Não culpam a falta de moral do público leigo, nem acusam os fiéis de tentarem deliberadamente os padres. No entanto, há evidências que sugerem que os padres pedófilos eram discretamente transferidos para outra diocese. Mais significativamente, o chefe supremo da Igreja tomou conhecimento quando a sua atenção foi chamada para o abuso sexual generalizado por parte dos seus padres e bispos, mas depois falhou em agir sobre muitas das recomendações que tinham sido feitas.

Provavelmente a prova mais importante que sobreviveu da Igreja primitiva é o *Liber Gomorrhianus* — o Livro de Gomorra — composto por São Pedro Damião por volta de 1051 d.C. A obra denuncia a dimensão generalizada da sodomia ativa em que o clero da época se entregava e exige que o Papa tome medidas

decisivas. Damião era padre na altura em que escreveu o livro. Era altamente considerado por uma sucessão de Papas e tornou-se bispo e, mais tarde, cardeal.

O livro está escrito com grande clareza. Damião era um aspirante a reformador da Igreja numa ampla gama de práticas. Uma das suas preocupações particulares era a imoralidade sexual do clero e a tolerância dos superiores da Igreja, que ou eram igualmente culpados ou se recusavam a agir contra os abusadores. As atividades sexuais dos padres com rapazes jovens horrorizavam-no particularmente. Apelou à exclusão dos sodomitas da ordenação e, se já estivessem ordenados, a que fossem demitidos das Ordens Sacras. Mostrava-se desdenhoso para com os padres que «mancavam homens ou rapazes que recorriam a eles para confissões». Castigava os «clérigos que administram o sacramento da penitência através da confissão àqueles com quem acabaram de cometer sodomia».

Damião avaliou os danos causados à Igreja pelos abusadores e o seu capítulo final foi um apelo ao Papa Leão IX para que tomasse medidas imediatas. Leão elogiou o autor e confirmou independentemente a veracidade das suas conclusões; no entanto, as suas ações têm um eco curiosamente contemporâneo.

As recomendações de Damião relativas à amplitude das punições foram em grande parte modificadas. O Papa decidiu remover apenas os prelados que tinham abusado repetidamente ao longo de um longo período de tempo. Embora Damião tivesse abordado detalhadamente os danos causados pelos padres às suas vítimas, o Papa não fez menção a isto e, em vez disso, focou-se apenas na culpabilidade dos clérigos e na sua necessidade de arrependimento. A resposta de Leão coincide com a de João Paulo II ao longo do período de outubro de 1978 a abril de 2002. Em 25 de abril de 2002, definiu finalmente o abuso de menores como um ‘crime’. Anteriormente, tinha sido meramente um ‘pecado’. O primeiro pode ser tratado nos tribunais seculares; o segundo é do domínio exclusivo da Igreja.

Quase 100 anos após a publicação do livro de Damião, o Decreto de Graciano, publicado em 1140, confirmou que a pedofilia clerical era ainda uma atividade florescente. Graciano incluiu referências específicas à violação de rapazes e argumentou que os clérigos culpados de pederastia deveriam sofrer as mesmas penas que os leigos, incluindo a pena de morte. O livro de Graciano, amplamente considerado a fonte primária da história do direito canónico, também recomendava que, se a pena de morte fosse considerada demasiado severa, aqueles que fossem dados como culpados de crimes sexuais contra crianças deveriam ser excomungados. Na altura, esta era uma punição particularmente severa, pois significava que o indivíduo era escorraçado pela sociedade pelo resto da sua vida. Mas, por mais severa que fosse a punição, o crime continuava sem tréguas.

Na sua *Divina Comédia: Inferno* — escrita no início do século XIV — Dante, vagando pelo inferno, encontra uma grande variedade de sodomitas, incluindo um grupo de padres e um antigo bispo de Florença, Andrea de Mozzi, recentemente descido da Terra.

As leis canónicas do século XVI exortavam os bispos a admoestar e punir os padres cujas vidas fossem 'depravadas e escandalosas'; as punições incluíam cortar-lhes todo o apoio financeiro. Um decreto papal intitulado *Horrendum*, datado de 30 de agosto de 1568, declarava: «Os padres que abusam são privados de todos os cargos, benefícios, degradados e entregues aos tribunais seculares para punição adicional».

O sistema secreto que protege o abusador sexual clerical estava a funcionar eficazmente pelo menos desde a primeira parte do século XVII, quando o fundador da Ordem Escolápia, Padre José de Calasanz, abafou o abuso sexual de crianças por parte dos seus padres para evitar que se tornasse de conhecimento público. Um desses pedófilos, o Padre Stefano Cherubini, membro de uma família com boas relações no Vaticano, foi tão bem-sucedido a encobrir os seus crimes que até conseguiu tornar-se chefe da

Ordem. Foram precisos quinze anos de queixas contra ele e outros membros séniores da Ordem até que fossem tomadas medidas pelo Papa Inocêncio X e a Ordem fosse temporariamente encerrada. Como a historiadora Karen Liebreich mostra em *Fallen Order*, o sistema secreto do século XVII tinha um tom muito moderno, incluindo a 'promoção para esquiva' — elevar o abusador para longe das suas vítimas.

Até à década de 1980, João Paulo II e muitos dos seus cardeais e bispos, incluindo o Cardeal Ratzinger, optaram por ignorar séculos de abuso sexual por parte de padres. Há inegavelmente uma linha direta e ininterrupta que se estende ao longo de séculos, desde os atuais escândalos de padres pedófilos até ao primeiro milénio. Para onde quer que se olhe no furor atual, há ecos poderosos do passado remoto.

Recentemente, veio à tona mais um documento secreto do Vaticano relativo ao crime de solicitação. O documento, *Instruções sobre o Modo de Proceder nos Casos de Solicitação*, trata do crime de um padre que tenta obter favores sexuais de um indivíduo cuja confissão está a ouvir. Foi publicado pelo Prefeto do Santo Ofício, Cardeal Alfredo Ottaviani, com a aprovação do então Papa, João XXIII, em março de 1962. O documento nunca foi disponibilizado ao público em geral. A lista de distribuição estava limitada a «Patriarcas, Arcebispos, Bispos e Outros Ordinários Diocesanos». Entre os que receberam uma cópia estaria o recém-promovido Bispo de Cracóvia, Karol Wojtyla. O documento trata dos arranjos para o julgamento secreto de qualquer clérigo acusado da infração. O documento foi recentemente descrito por advogados como «um plano para o engano e a ocultação», enquanto os apologistas argumentaram que, como o Sacramento da Penitência está protegido por um véu de absoluto segredo, os procedimentos para lidar com este crime 'eclesiástico' também invocam o segredo, colocando o infrator acima da lei criminal do país. Esta foi precisamente a posição que

o Vaticano tomou durante muitos séculos sobre todos os atos de pedofilia clerical perpetrados dentro ou fora do confessionário.

As instruções do Santo Ofício de 1962 para «tratar este crime indescritível» chegam a extremos notáveis para garantir o segredo total. A vítima deve apresentar queixa no prazo de «trinta dias» após o crime. O incumprimento desta norma implicará a excomunhão automática da vítima. Como a vítima era muitas vezes uma criança jovem, essa diretiva em particular custa a acreditar. O alegado infrator podia «ser transferido para outra função, a menos que o Ordinário do lugar o tivesse proibido». Tanto o infrator como a vítima são ordenados a observar «silêncio perpétuo», sob pena de excomunhão. Mais uma vez, um elemento do sistema secreto entra em jogo: «O juramento de manter o segredo deve ser prestado nestes casos também pelos acusadores ou por aqueles que denunciam o padre e pelas testemunhas.» O Capítulo Quinto do documento, intitulado 'O Pior Crime', estabelece que «pelo nome de pior crime entende-se neste ponto a evidência de qualquer ato obsceno, externo, gravemente pecaminoso, perpetrado por um clérigo ou intentado com uma pessoa do seu próprio sexo, ou intentado por ele com jovens de qualquer dos sexos ou com animais brutos (bestialidade)».

O documento de 1962 ilustra com força uma Igreja do século XX ainda a debater-se com os mesmos crimes que São Pedro Damião abordou mais de mil anos antes. Mas, ao contrário de Damião, a abordagem moderna aspirava a garantir que não apenas o crime de solicitação, mas todos os crimes sexuais cometidos por membros de ordens religiosas fossem encobertos na medida do possível. Além disso, o documento reconhecia implicitamente que o erro, o vício, a depravação, a imoralidade e o comportamento vil, vicioso e sem valor se encontram apenas entre o rebanho e nunca entre os pastores.

Em 1984, a primeira ação judicial por «má prática clerical» nos Estados Unidos movida por uma mulher adulta foi instigada por um advogado de Los Angeles em nome de Rita Milla. Mais

de duas décadas de revelações impressionantes de abuso sexual foram inauguradas por uma das vítimas esquecidas. Como tantas vítimas, Rita Milla foi abordada sexualmente pela primeira vez pelo seu padre enquanto se confessava. O Padre Santiago Tamayo estendeu a mão através da rede ténue do confessionário e acariciou os seios de Rita Milla, que tinha dezasseis anos e planeava tornar-se freira. Ao longo dos dois anos seguintes, ele dedicou-se sistematicamente a seduzir Rita. Naquela primeira ocasião, disse-lhe no confessionário que tinha um segredo e, enquanto ela se inclinava para a frente, ele abriu a rede e beijou-a. Quando ela fez dezoito anos, em 1979, depois de ser repetidamente aconselhada pelo padre de que «Deus quer que faças tudo o que puderes para manter os Seus padres felizes... é o teu dever», Rita e o seu confessor mantinham relações sexuais regulares. O Padre Tamayo começou então a pressionar a jovem para fazer felizes também os seus colegas padres na Igreja de Santa Filomena, em Los Angeles. Primeiro um, depois um segundo, depois um terceiro. Eventualmente, Rita estava a fazer sete padres «felizes». Nenhum deles tomou quaisquer precauções e, em 1980, ela ficou grávida.

O Padre Tamayo convenceu-a a ir para as Filipinas para esconder a gravidez. Os pais dela permaneceram ignorantes e foi-lhes dito que ela ia para o estrangeiro «estudar medicina». O grupo de padres deu-lhe 450 dólares para durar sete meses e disse-lhe para deixar o bebé em Manila. Rita esteve criticamente doente durante o parto e quase morreu de eclampsia, convulsões que ocorrem no final da gravidez como resultado de envenenamento do sangue. A sua família descobriu a verdade e trouxe tanto Rita como a sua filha recém-nascida de volta para Los Angeles. Isto aconteceu depois de o Bispo Abaya, nas Filipinas, se ter comprometido a dar-lhe assistência financeira, não apenas para cobrir as suas despesas de viagem, mas para o sustento e educação do bebé. Quando essa ajuda não se concretizou, Rita recorreu ao Bispo Ward na sua diocese

californiana, que também não pôde ajudar. Foi só então que Rita e a sua mãe moveram a ação judicial histórica por má prática clerical. Elas procuravam estabelecer a paternidade, processar o padre e a Igreja por conspiração civil, por violação do dever fiduciário, fraude, engano e «para proteger outras jovens da dor e do sofrimento causados por padres que abusaram da sua posição de confiança».

O caso foi arquivado pelos tribunais, que citaram um limite legal de prescrição de um ano. Quando a advogada Gloria Allred convocou uma conferência de imprensa em 1984 para chamar a atenção para o caso, constatou-se que todos os sete padres tinham desaparecido. Longe de seguir os passos precisos ordenados pelo Vaticano em tais casos, a arquidiocese de Los Angeles tinha ordenado a todos eles que saíssem do país e permanecessem no estrangeiro até novo aviso. Seria em 1991 que o papel da arquidiocese seria tornado público por um Padre Tamayo corroído pela culpa e cheio de remorsos. Cartas também confirmaram que a arquidiocese tinha enviado dinheiro regularmente não para Rita, mas para os seus abusadores escondidos nas Filipinas.

Em agosto de 2003, a bebé de Rita, agora a jovem de vinte anos Jacqueline Milla, soube finalmente que o seu pai era Valentine Tugade, um dos sete padres que tinham tido relações sexuais com a sua mãe. Isto foi confirmado por um teste de paternidade ordenado pelo tribunal. Tamayo, o homem que tinha manipulado Rita quando esta tinha dezasseis anos, pediu-lhe desculpas publicamente em 1991 e admitiu o seu papel no caso. No entanto, a única compensação financeira que Rita recebeu foi um fundo de fideicomisso de 20.000 dólares criado pela Igreja de Los Angeles em 1988 para a sua filha, e isto só foi feito depois de Rita ter finalmente concordado em retirar uma ação de difamação contra um bispo. O advogado da Igreja insistiu que o fundo não era uma admissão de responsabilidade, mas «um ato de benevolência para com a criança».

O encobrimento inicial por parte da Igreja Católica tinha sido orquestrado pelo Cardeal Timothy Manning. Quando este foi sucedido como Arcebispo de Los Angeles pelo Bispo Roger Mahony, o encobrimento e os pagamentos aos padres fugitivos por parte da arquidiocese continuaram. Nenhuma ação foi tomada contra o Cardeal Manning pela Congregação para a Doutrina da Fé de Cardeal Ratzinger, a CDF, o departamento responsável pela disciplina canónica, nem contra nenhum dos seus subordinados ou contra Mahony e a sua equipa. Roger Mahony foi posteriormente feito cardeal por João Paulo II. O Padre Tamayo foi eventualmente desprovido do seu sacerdócio por Mahony, não pelos repetidos abusos sexuais a Rita Milla, mas por ter casado com outra mulher. Depois de ter sido estabelecido pelo tribunal de Los Angeles que o Padre Tugade era o pai da criança, o Cardeal Mahony recusou todos os pedidos de entrevista, mas na mesma semana, durante uma visita a Roma, disse a um repórter local: «Tenho uma política de tolerância zero em relação a padres abusadores.»

Antes do recente aparecimento da natimorta política de tolerância zero, os casos de abuso sexual, não apenas na Califórnia, mas em todo o mundo, eram efetivamente contidos através do uso do ‘sistema secreto’ que tinha sido aperfeiçoado ao longo de um período muito longo. Quando o abuso de uma criança se tornava conhecido dos pais, o seu primeiro instinto não era chamar a polícia, mas ir procurar ajuda junto do bispo local. Dependendo das provas, o bispo seguia geralmente um caminho bem trilhado. Se o bispo sentisse que as provas justificavam a remoção do padre, ele seria transferido para outra diocese. Se fosse um infrator reincidente estabelecido, poderia ser enviado para um de vários centros de reabilitação. Nos Estados Unidos, estes incluíam vários geridos pelos Servos do Paráclito. Eles também têm um centro em Gloucestershire, no Reino Unido. Existem centros de reabilitação em muitos países. Estes oferecem aconselhamento e apoio a clérigos alcoólicos, homossexuais e

pedófilos. A prática mais habitual até muito recentemente era mover o padre infrator para um novo local ou paróquia sem alertar ninguém para o risco potencial. Nos casos em que os pais mostravam uma forte inclinação para processar, seriam persuadidos a aceitar um acordo de liquidação fora dos tribunais com base num rigoroso compromisso de não divulgação. As companhias de seguros também preferiam que fosse assim. Um caso que fosse perante o tribunal e o júri produziria muito provavelmente uma soma de indemnização muito maior do que um negócio discreto com os pais pressionados pela sua Igreja. A publicidade devia ser evitada. Além dos danos para a imagem e reputação da Igreja, uma audiência pública alertaria outras vítimas. Em alguns casos, a Igreja pagaria as despesas médicas de aconselhamento psicológico, mas nem sempre.

Até 1985, era assim que o sistema secreto funcionava (e em muitos países, incluindo Itália, Espanha, Alemanha e Polónia, ainda funciona). O caso que Rita Milla tinha tentado mover não deu em nada. Seria preciso muito mais do que isso para abalar o sistema, e não tardou a vir à tona.

Em janeiro de 1985, em Boise, Idaho, o Padre Mel Baltazar foi sentenciado a sete anos de prisão depois de se declarar culpado de uma acusação reduzida de comportamento lascivo com um menor. A negociação de pena de Baltazar foi um movimento astuto, uma vez que os registos diocesanos mostravam um histórico de contínuos abusos sexuais por parte do padre ao longo de um período de vinte anos. As vítimas eram invariavelmente rapazes jovens. Abusou de um rapaz criticamente doente numa máquina de diálise renal num hospital na Califórnia. Abusou de outro rapaz jovem com tração nas duas pernas num Centro Médico em Boise. Baltazar tinha sido previamente demitido do seu cargo de capelão na Marinha dos Estados Unidos por comportamento homossexual. Subsequentemente, tinha sido transferido de três dioceses por comportamento abusivo a nível sexual. Os seus superiores, com pleno conhecimento do seu

historial, não tomaram qualquer medida quando confrontados por pais transtornados, além de o transferirem para uma nova diocese.

Entre os que não ficaram impressionados com a abordagem da Igreja Católica ao problema estava o juiz do julgamento, Alan Schwartzman. Ao proferir a sentença, fez uma pausa para olhar fixamente e sem piscar para o padre diante de si, e depois observou: «Acho que a Igreja também tem a sua própria expiação a fazer. Eles ajudaram a criá-lo e, com sorte, ajudarão a reabilitá-lo.»

O ritmo de exposições clericais começava a acelerar. Em fevereiro de 1985, um padre no Wisconsin foi acusado de abusar sexualmente de vários menores. Em março, um padre de Milwaukee renunciou à sua licença de psicólogo depois de admitir ter abusado sexualmente de um paciente. Em abril, o Padre William O'Donnell, de Bristol, Rhode Island, foi indiciado por vinte e duas acusações de abuso sexual. Foi subsequentemente sentenciado a um ano de prisão. No mesmo mês, em San Diego, outro padre pagou para resolver uma ação pendente que o acusava de abusar sexualmente de um acólito. O abuso de acólitos era também um traço do Padre Gilbert Gauthe, que, na altura da sua exposição inicial em junho de 1983, era pároco na paróquia de Henry, em Vermilion, Louisiana. As revelações começaram com uma simplicidade patética. Um rapaz de nove anos, angustiado, confessou à mãe que Deus não o amava porque ele tinha feito «coisas más». A criança, lenta e dolorosamente, elaborou e falou dos segredos que ele e o Padre Gauthe partilhavam. Primeiro a mãe, depois o pai escutaram enquanto o rapaz começava a revelar algumas verdades chocantes. O padre andava a abusar dele sexualmente há pelo menos dois anos. Gauthe tinha também estado a abusar dos seus dois irmãos mais velhos. Antes de a história ser contada por inteiro, estimar-se-ia que o Padre Gauthe tinha molestado mais de 100 rapazes em quatro paróquias, alguns deles muitas centenas de vezes. Ao saber da verdade já em meados da década de 1970, a

Igreja respondeu da maneira habitual: transferiram-no para outra paróquia. Um relatório inicial sobre Gauthe descrevia o seu problema como «um caso de afeição equivocada».

Confrontado com as alegações iniciais, Gauthe não fez qualquer tentativa para as negar. Começou a chorar. Pediu para ser enviado para tratamento e disse que precisava de ajuda. Não fez menção à ajuda urgente de que as suas muitas vítimas também precisavam. Ao ser informado de que seria suspenso imediatamente de todas as funções por um período indefinido de tempo, não levantou qualquer objeção e assinou mansamente o seu reconhecimento da declaração escrita de suspensão. O seu superior ordenou a Gauthe que saísse da aldeia de Henry. O remorso inicial de Gauthe durou pouco. Quando regressou à aldeia dez dias depois para recolher os seus pertences pessoais, encontrou tempo para contactar a sua vítima mais velha da altura, um rapaz de quinze anos. Antes de deixar a paróquia, teve relações sexuais com ele.

O sistema secreto esteve muito presente na Paróquia de Vermilion de junho de 1983 até ao verão de 1984. À congregação perplexa de Gauthe foi dito inicialmente que a sua partida abrupta se devia a «razões de saúde». Foi exercida pressão moral pela diocese sobre o advogado católico, Paul Herbert, contratado por várias famílias de vítimas. O Monsenhor Richard Mouton tinha exortado o advogado a ser «um bom rapaz católico». O Bispo Frey apertou o cerco, aconselhando «cautela» a vários pais, recomendando que se mantivessem longe de processos civis para «evitar escândalo e danos à Igreja, mas sobretudo para evitar mais ferimentos ou traumas às jovens vítimas, às suas famílias e a outras partes inocentes». As famílias de nove das vítimas foram convencidas a desistir da sua ação legal civil que desencadearia inevitavelmente ampla publicidade quando avançasse para uma audiência pública. Foi-lhes dito que o Padre Gauthe seria enviado para a House of Affirmation, um centro de reabilitação para o clero no Massachusetts. A maioria das famílias cedeu à intensa

pressão dos seus líderes espirituais e acabou por concordar que um acordo secreto era no melhor interesse de todos. Em junho de 1984, após seis meses de negociações, os dois lados tinham concordado num acordo de 4,2 milhões de dólares a distribuir por seis famílias com nove vítimas. Dessa quantia, os advogados levaram cerca de 1,3 milhões de dólares, e os vários especialistas médicos outra parte.

Embora muitos pormenores do abuso sexual de Gauthe fossem conhecidos, nada tinha sido publicado na altura do acordo em junho de 1984. Poderia muito bem ter permanecido um escândalo secreto, não fosse por uma família corajosa e o seu filho destemido. A única forma de algumas das famílias descobrirem que um ou mais dos seus filhos tinham sido violados por Gauthe foi quando um vizinho, cujo próprio filho admitiu ter sido abusado, passou a nomear outras vítimas. Dentro da comunidade muito unida, uma lista de nomes começou a aumentar. Foi desta forma que Glenn e Faye Gastal descobriram que o seu filho de nove anos tinha sido abusado. A Igreja Católica na Louisiana, desde o Arcebispo Phillip Hannan até baixo, empenhou todos os esforços para garantir que o escândalo Gauthe permanecesse um assunto privado. Procuraram evitar que a questão fosse a julgamento, pois enquanto nenhuma das vítimas testemunhasse perante um Grande Júri, nenhuma acusação formal poderia ser proferida. A estratégia de acordos fora dos tribunais parecia estar a funcionar, mas nem a Igreja local, nem o gabinete do núncio papal em Washington, nem o Vaticano tinham contado com a família Gastal. Os pais ressentiram profundamente a supressão secreta da verdade, pois, na sua mente, isso tratava-os como criminosos. Eles não seriam nem silenciados nem fariam um negócio, e estavam determinados a que o seu filho testemunhasse perante um Grande Júri. Encorajadas pela bravura coletiva dos Gastal, outras famílias juntaram-se à sua causa. Em agosto de 1984, Glenn e Faye Gastal deram a sua primeira e hesitante entrevista de televisão. Eram heróis improváveis, mas o

impacto e os efeitos da sua posição ainda estão a ecoar não apenas em redor dos Estados Unidos da América, mas também em grande parte do resto do mundo.

A Secretaria de Estado no Vaticano ficou profundamente chocada com o desafio dos Gastal e começou a exercer mais pressão, tanto sobre o Arcebispo Pio Laghi, o núncio do Vaticano nos EUA, como sobre o Arcebispo Hannan na Nova Orleães. Chegavam relatos de muitas dioceses por todos os Estados Unidos de outras ações a serem movidas. Encorajadas pelos Gastal, outras vítimas emergiam da existência de penumbra que lhes fora imposta pelo seu próprio clero. Em momento algum o Papa João Paulo II, o Cardeal Ratzinger, o Cardeal Casaroli ou qualquer outro dos dignitários séniores do Vaticano consideraram a via alternativa de ação: confissão cândida, contrição humilde e compromisso público para atacar este cancro particular e erradicá-lo.

Em outubro de 1984, um Grande Júri visualizou cassetes de vídeo contendo o testemunho de onze rapazes com idades compreendidas entre os nove e os dezassete anos e proferiu uma acusação de trinta e quatro pontos contra o Padre Gilbert Gauthe. Onze pontos eram por crimes agravados contra a natureza, outros onze por cometer atos imorais a nível sexual, outros onze por tirar fotografias pornográficas de menores e um único ponto de violação agravada — cometer sodomia contra uma criança com menos de doze anos de idade. Este último ponto comportava uma pena obrigatória de prisão perpétua. O julgamento foi marcado para 11 de outubro e, à medida que essa data se aproximava, o Vaticano aumentava a pressão sobre o advogado de defesa do Padre Gauthe, Ray Mouton, para encontrar um compromisso que permitisse um acordo de negociação de pena. Quando Mouton, cujo primeiro interesse era o seu cliente, insistiu em negociar com o Procurador do Distrito e com o advogado de acusação à sua própria maneira e não à maneira do Vaticano, a arquidiocese da

Nova Orleães tentou despedi-lo. No entanto, Ray Mouton manobrou-os e continuou a negociar.

Hannan mudou então de tática, depois de concluir que trabalhar com o advogado de defesa que a Igreja tinha contratado poderia ser mais produtivo do que trabalhar contra ele, e um acordo foi finalmente alcançado. Gauthe declarar-se-ia culpado em todos os pontos e seria sentenciado a vinte anos de prisão sem liberdade condicional. Foi vendido ao juiz, que procurou garantia antes da audiência de que as vítimas, que ganhavam coragem para testemunhar, e as suas famílias ficariam satisfeitas com a sentença proposta. O advogado de acusação garantiu às famílias que, acontecesse o que acontecesse e onde quer que cumprisse a sentença, Gauthe ficaria preso durante vinte anos.

Apesar de tudo, a maioria daqueles que ouviam a proposta eram ainda católicos romanos devotos. Quando o advogado de acusação murmurou sobre a necessidade de proteger a Igreja, o negócio ficou fechado. Na terça-feira, 14 de outubro, acompanhado por Ray Mouton, o Padre Gauthe entrou no tribunal da Louisiana e enfrentou o Juiz Brunson. Declarou-se culpado em todos os trinta e quatro pontos e foi devidamente sentenciado aos vinte anos acordados. Com as sentenças vieram estas palavras do juiz:

«Os seus crimes contra as suas vítimas infantis colocaram um fardo terrível sobre essas crianças, as suas famílias e a sociedade, e também, na verdade, sobre o seu Deus e a sua Igreja. Pode ser que Deus na sua infinita misericórdia encontre perdão para os seus crimes, mas o imperativo da justiça e a necessidade inelutável da sociedade de proteger os seus membros mais indefesos e vulneráveis, as crianças, não podem.»

As vítimas tinham sido poupadas à prova dilacerante de prestar depoimento numa arena pública. A Igreja tinha sido poupada aos danos de longo prazo decorrentes de tal testemunho

público e, através do arranjo duvidoso de uma negociação de pena, tinha sido alcançada uma espécie de justiça.

Entre o final da audiência judicial e a sentença de Gauthe e a ação civil que a família Gastal tinha movido, grande pressão foi novamente exercida pela Igreja Católica sobre Glenn e Faye Gastal para resolverem o caso fora dos tribunais e, consequentemente, fora do olhar do público. Os Gastal acreditavam que o dano que tinha sido feito à sua família e, em particular, ao seu filho jovem merecia um acordo maior do que o aceite pelas outras famílias, mas, mais do que isso, queriam os factos do que Gauthe tinha feito ao seu filho expostos perante o tribunal e o mundo em geral. Muitos ostracizaram-nos como resultado e trataram-nos como criminosos, e falava-se que a ação judicial era uma despesa dispendiosa e desnecessária. A Igreja tinha oferecido um acordo fora dos tribunais; eram apenas aqueles malditos e teimosos Gastal que estavam a impedir que todo o miserável caso fosse esquecido. E isso, para a família Gastal, era precisamente o objetivo de submeter o filho a esta provação emocional de o obrigar a relatar publicamente cada pormenor sórdido.

Durante a audiência, frequentada por uma variedade de clérigos católicos, incluindo o Bispo Frey e o Monsenhor Mouton, Faye Gastal foi questionada pelo seu advogado: «Quando olha para o Bispo Frey aqui, o que lhe passa pela cabeça?» Faye Gastal era uma católica devota que tinha testemunhado anteriormente que «obter a absolvição é a única maneira de ir para o céu». Agora, olhou fixamente por um momento através da sala do tribunal. «Quando olho para o Monsenhor Mouton e para o Bispo Frey, penso em Gauthe a meter o pénis na boca do meu filho, a ejacular na sua boca, a meter o pénis no seu reto. É nisso que eu penso.»

Os piores pesadelos da hierarquia da Igreja Católica estavam a desenrolar-se diante deles. A Igreja estava a fazer tudo o que podia para suprimir a verdade, incluindo telefonar para

organizações e empresas que publicitavam regularmente no *Times of Acadiana*, um jornal local que tinha resistido à pressão da Igreja para censurar a sua cobertura do caso Gauthe. Os anunciantes foram incentivados a boicotar o jornal.

«Éramos uma família unida e amorosa, ainda somos», disse Glenn Gastal, «exceto no que toca à relação que não posso ter com o meu filho enquanto criança jovem. Ele é incapaz de tolerar demonstrações físicas de afeição...» Na testemunha, o pai desmoronou-se e depois, lutando para ganhar o controlo, continuou: «Ele só me beijava se eu exigisse antes de ele ir para a cama.»

O juiz limpou a sala do tribunal antes de o filho testemunhar, mas a presença da imprensa, incluindo Jason Berry, a fonte do testemunho judicial citado, garantiria que as palavras da criança seriam matéria de registo público.

No Estado da Louisiana, um júri não está autorizado a conceder indemnizações punitivas. A concessão deve ser «justa e razoável» para os danos sofridos. Este júri não esteve fora por muito tempo, apenas uma hora e quarenta e cinco minutos, e atribuiu 1 milhão de dólares para o filho dos Gastal e 250.000 dólares para os pais.

A maior vitória dos Gastal não residiu nas indemnizações monetárias totalmente inadequadas, mas em abrir uma brecha numa enorme barragem. Quando o veredicto foi anunciado, o advogado que atuava em nome da Igreja Católica declarou que o seu cliente iria recorrer do acordo. Não tinham qualquer intenção de o fazer — teria sem dúvida resultado em ainda mais publicidade adversa —, mas os Gastal estavam vulneráveis a essa aparente obstinação e, como resultado, a Igreja conseguiu regatear o valor do acordo para baixo. Do valor final de 1.000.020 dólares, o advogado dos Gastal levou um terço, mais as suas despesas.

O acordo de negociação de pena alcançado à porta fechada exigia que Gauthe cumprisse os vinte anos completos. Em 1998,

um juiz compreensivo olhou favoravelmente para o pedido de liberdade condicional do Padre Gauthe e libertou-o ao fim de menos de doze anos.

Poucos meses depois, foi detido por molestar sexualmente um rapaz menor de idade e colocado em liberdade condicional.

Dez meses antes do julgamento criminal do Padre Gauthe e mais de um ano antes dos processos civis movidos pela família Gastal, três homens de diferentes áreas da vida foram unidos pelo caso Gauthe e pelas suas implicações. Um era Ray Mouton, o advogado contratado pela arquidiocese da Louisiana para defender o Padre Gilbert Gauthe. Se alguém quisesse um advogado com uma mentalidade de lutador de rua que fizesse um esforço adicional pelo seu cliente, um homem de coragem e integridade, então Ray Mouton era esse homem. Por vezes grande bebedor, por vezes enchendo o ar de palavrões coloridos, preocupava-se profundamente com o conceito de justiça. Aceitar o caso Gauthe exigia não pouca coragem, particularmente quando alguns dos factos se tornaram do conhecimento público. Mouton acreditava que todos tinham direito à melhor defesa possível. As profanidades ocasionais de Ray Mouton mascaravam a alma de um católico romano temente a Deus.

O segundo era o Padre Michael Peterson, um psiquiatra encarregado de um programa de reabilitação para padres no St Luke Institute em Suitland, Maryland. Peterson, o fundador do Instituto, tinha uma compaixão sem limites pelos outros, tanto mais notável porque durante muitos anos foi confrontado com históricos de pacientes sem virtude ou humanidade. Como homem com uma perícia reconhecida em patologias sexuais, era repetidamente solicitado por dioceses de todo o país para lidar com padres que tinham transgredido.

Ray Mouton estava em Washington para se encontrar com Peterson e explorar as possibilidades de o seu cliente ir para o St Luke Institute para avaliação e tratamento. Tinha sido posto em

contacto com Peterson pelo terceiro membro deste triunvirato, o Padre Thomas Doyle, secretário-canonista da Delegação Apostólica em Washington DC. Como canonista na embaixada do Vaticano, Doyle tinha recebido a tarefa, por parte do núncio papal, o Arcebispo Laghi, de monitorizar a correspondência sobre o caso Gauthe e manter uma vigilância atenta sobre cada desenvolvimento. O Padre Thomas Doyle estava claramente destinado a grandes voos. A promoção a bispo era considerada uma certeza por muitos dos que o conheciam, e um chapéu de cardeal uma forte possibilidade. Especialista em direito canónico, com outros doutoramentos em Ciência Política, Filosofia e Teologia, e também um autor profícuo, Doyle podia orgulhar-se de uma lista impressionante de realizações.

Os dois padres eram amigos e colaboradores, mas Ray Mouton era-lhes desconhecido até ao caso Gauthe. Enquanto o Padre Peterson discutia as várias opções de tratamento disponíveis no St Luke's, o advogado falava não apenas do seu próprio cliente, mas de outros padres na Louisiana que eram pedófilos, homens cujos crimes tinham sido encobertos pela diocese, homens que ainda ocupavam posições de confiança entre as suas comunidades ignorantes. Como sempre com Mouton, a sua principal preocupação não era alertar o oficialismo católico, mas proteger o seu cliente. Se se tornasse do conhecimento público que o caso Gauthe não era único, o Procurador do Distrito, Nathan Stansbury, dificilmente adotaria uma abordagem branda em relação a Gauthe em qualquer cenário de negociação de pena. Qualquer oportunidade de o Padre Gauthe ser meramente hospitalizado ou confinado numa instalação segura onde pudesse receber tratamento evaporar-se-ia.

Devido ao seu trabalho profissional, o Padre Peterson já estava ciente de que havia outros pedófilos nas fileiras do clero, e não apenas na Louisiana. Telefonou ao Padre Doyle, dizendo-lhe que os três precisavam urgentemente de realizar uma reunião. Enquanto Doyle ouvia os dois homens a detalhar outras

atividades pedófilas em Lafayette e muito mais longe, ficou chocado. Como olhos e ouvidos do Vaticano no caso Gauthe, tinha assumido que este era um caso isolado. Enquanto Peterson falava da informação que tinha recebido de «fontes confidenciais» sobre padres «por todos os EUA que tinham abusado sexualmente de crianças», os três homens perceberam rapidamente que um bispo com formação jurídica deveria ser enviado para gerir a crise de Gauthe e que era necessária uma ação urgente para abordar o problema a nível nacional.

Após informar o Arcebispo Laghi e altos funcionários do Vaticano, foi acordado enviar o Bispo Quinn, de Cleveland, para Lafayette. Com o caso civil de Gauthe a avizinhar-se, era aparente para todos os três homens que a Igreja Católica nos Estados Unidos estava prestes a confrontar um desastre inimaginável e que, quanto mais cedo tivessem consciência desse facto e se preparassem para o enfrentar, melhor. Tom Doyle recordou:

«Num curto espaço de tempo tínhamos decidido recolher informação e organizar um manual ou um livro que seria estruturado num formato de perguntas e respostas. A edição completa também conteria cópias de vários artigos médicos sobre pedofilia. A maioria destes foi retirada de revistas médicas e vários eram da autoria do Dr. Fred Berlin, da Clínica de Perturbações Sexuais do Hospital Universitário Johns Hopkins.»

O documento de 100 páginas era um guia detalhado de limitação de danos para a hierarquia da Igreja americana. Era também uma tentativa de fazer com que aqueles que controlavam a Igreja enfrentassem a realidade. Os autores acreditavam que os dias do encobrimento, da confiança em juízes e advogados católicos e em proprietários de jornais, televisão e rádio favoravelmente dispostos estavam contados. O manual tratava de cada aspeto concebível dos problemas que confrontavam um bispo quando eram feitas alegações de abuso sexual infantil contra um dos seus padres ou um membro de uma das ordens religiosas. Sem identificar especificamente o caso Gauthe, os

autores recorreram às implicações orçamentais dessa «catástrofe», cujo custo «ultrapassa os 5 milhões de dólares e o custo projetado dos casos civis apenas nessa diocese é superior a 10 milhões de dólares».

Os autores, três homens cuja motivação ao criar este documento era proteger a Igreja Católica, não pouparam palavras:

«Não é hiperbólico afirmar que a descrição dramática do caso real [o caso Gauthe] acima referido é indicativa de que existe um perigo real e presente. Que existem outros casos e que estão a surgir com maior frequência é evidenciado por relatos dos mesmos. Se se pudesse prever com precisão, com solidez atuarial, que a nossa exposição a reclamações semelhantes, nomeadamente um infrator e cerca de quinze requerentes, ao longo dos próximos dez anos pudesse ser restrita e limitada à ocorrência de cem desses casos contra a Igreja, então uma estimativa do total de perdas projetadas para a década poderia ser estabelecida em mil milhões de dólares.»

Os autores descreveram subsequentemente esse valor como «uma projeção conservadora de custos». A história viria a provar que tinham razão. Uma secção intitulada 'Má Prática Clerical' previu que, à medida que os advogados começassem a esgotar a má prática médica como fonte de rendimento, veriam a Igreja Católica Romana nos EUA como um «potencial bolso fundo». Ao longo dos anos subsequentes, muitos advogados nos Estados Unidos enriqueceram com os litígios que empreenderam em nome dos abusados sexualmente. Várias vítimas residentes em Boston alegaram-me que os seus respetivos advogados não só levaram uma parte substancial do valor do acordo como honorários, mais despesas, como também receberam da arquidiocese uma «comissão» por persuadirem o seu cliente a aceitar um determinado valor. Como uma vítima expressou: «Quando era rapaz fui tramado pelo meu padre. Como homem fui tramado pelo meu advogado.» Evidência independente que substancie estas alegações tem-se mostrado elusiva.

Os autores previram uma explosão monstruosa de problemas para a Igreja: centenas de pessoas a vir a público com acusações de crimes terríveis, bispos a gerir de forma inepta a resposta e uma conta de mais de 1 milhão de milhões de dólares. Ao fazer tal aviso, os dois padres não tinham feito favores às suas carreiras. Tinham, portanto, tentado fazer uma espécie de seguro próprio. Como registado anteriormente, Doyle e Peterson tinham o representante pessoal do Papa, o Arcebispo Laghi, do seu lado, e o Bispo Quinn já estava a tentar um exercício de limitação de danos na Louisiana. Quinn tinha sido selecionado por membros séniores do Vaticano. Levaria algum tempo até que o Padre Doyle soubesse que a missão de Quinn era exclusivamente direcionada para garantir que a Igreja Católica escapasse às suas responsabilidades morais e legais. Numa convenção subsequente no Ohio, Quinn recomendou que todas as dioceses dos Estados Unidos enviassem os seus ficheiros sobre padres 'problemáticos' para a Embaixada do Vaticano em Washington, colocando assim as provas fora do alcance legal. Em maio de 1985, pouco antes de o relatório estar concluído, o Padre Peterson teve uma reunião privada com o Cardeal Krol de Filadélfia, o homem mais poderoso da Igreja Católica dos EUA. Mais do que qualquer outro Príncipe da Igreja, Krol foi responsável pela eleição de Karol Wojtyla para o papado. Os dois homens estavam em contacto constante e íntimo e, através de Krol, o Papa era mantido totalmente informado sobre o escândalo em curso. Krol ficou impressionado com o Manual e elogiou-o efusivamente. Viu-o como uma contribuição inestimável — como aliás viram vários bispos —, e o Cardeal Krol entregou pessoalmente ao Papa uma cópia do relatório na primavera de 1985. Outro que viu grande valor no trabalho foi o Cardeal Law, de Boston.

A resposta do Vaticano, tanto ao Manual como às suas implicações, foi aplicar a solução polaca. O Papa João Paulo II sempre acreditou que a Igreja devia tratar dos seus problemas numa «sala especial» à porta fechada. Agora, exortava Krol e os

seus colegas cardeais e bispos americanos a lidarem com este «problema essencialmente americano» discretamente; o sistema secreto seria mantido.

O Manual tinha pouco a ver com justiça: para as vítimas e as suas famílias isso era tratado em menos de meia página. Embora conciso, era, no entanto, altamente pertinente. Falava do «abuso sexual de crianças por adultos» ter «efeitos duradouros que se estendem bem pela idade adulta, não apenas efeitos fisiológicos, mas também os efeitos espirituais, uma vez que os perpetradores do abuso são padres e clérigos. Isto terá sem dúvida um efeito profundo na vida de fé das vítimas, das suas famílias e de outros na comunidade.»

Os autores também falaram da necessidade de serem feitas abordagens diretas às famílias em questão, dizendo: «Deveria haver alguma forma de cura, se possível, entre o padre e a família.»

O Cardeal Law disse aos autores que faria com que o Manual fosse adotado pela Conferência Nacional dos Bispos Católicos — NCCB — através da criação de um comité *ad hoc* especial próprio. O Arcebispo Levada, Secretário do Comité, logo indicou que estavam a fazer progressos, contudo, rapidamente a política da Igreja e a megerice intervieram. Levada disse ao Padre Doyle que o projeto estava a ser encerrado porque outro comité «ia tratar da questão e uma duplicação de esforços não faria o outro comité parecer bem». Na verdade, um membro da comissão executiva da NCCB tinha ganho uma intensa antipatia pelo Padre Doyle e isto esteve por trás do assassinato deliberado da única oportunidade para a Igreja dos EUA realizar uma operação de salvamento decente.

Anúncios, um mero exercício de Relações Públicas, foram feitos numa conferência de imprensa de que tinha sido estabelecido um comité para estudar a questão do abuso sexual por clérigos. Não havia tal comité e em momento algum alguém

dentro da NCCB estabeleceu contacto com qualquer um dos autores. Enquanto isso, o colapso já estava a ocorrer. Quatro anos mais tarde, com o país inundado pelo escândalo dos padres que abusavam de crianças, o membro executivo ainda estava a deturpar grosseiramente tanto o documento como as intenções dos seus autores.

A resposta coletiva dos bispos dos Estados Unidos foi a de homens em negação e, no entanto, os autores do Manual tinham ouvido de vários bispos que o abuso clerical de crianças era um tópico inevitável de conversa sempre que os bispos se reuniam. A maioria dos bispos permanecia tão subjugada ao sistema secreto que não conseguia imaginar qualquer alternativa.

A observação do Papa João Paulo de que o abuso sexual clerical era «exclusivamente um problema americano» foi rapidamente contradita por exposições em país atrás de país. Em 1988, na Terra Nova, Canadá, um escândalo que começou com alegações de abuso sexual por dois párocos cresceu até 10 por cento do clero estar implicado. No ano seguinte, o lar de rapazes Mount Cashel em St. John's, Terra Nova, foi o foco de um escândalo de abuso sexual que implicou a Congregação dos Irmãos Cristãos, a hierarquia da Igreja e a província num encobrimento que tinha continuado por muitos anos. Os abusos das crianças tinham sido perpetuados sistematicamente desde antes da Segunda Guerra Mundial. Subsequently, os Irmãos Cristãos seriam expostos como uma congregação brutal, muitos dos cujos membros estavam simultaneamente a abusar sexualmente e a punir selvaticamente as crianças ao seu «cuidado» na Irlanda, Canadá e Austrália.

Tal como na Louisiana, no Canadá um caso levou a outro e depois a outro. Houve julgamentos criminais, ações cíveis e uma investigação interna pela Igreja Católica e, por fim, uma Comissão Real pelo Governo. As transcrições oficiais da Comissão Real e da Comissão de Direito do Canadá proporcionam algumas das leituras mais sombrias imagináveis.

Verificou-se que Mount Cashel não era um exemplo isolado de abuso físico e sexual da secção mais vulnerável da sociedade do Canadá. Mais de trinta instituições ficaram condenadas. Na sua introdução, o relatório observou que as instituições examinadas no inventário são a «ponta do icebergue». Continuou: «O problema é generalizado; o abuso é prevalente em todos os diferentes tipos de instalações e estende-se a instituições operadas e/ou financiadas pelo governo em todo o país.» O que se segue é uma seleção de extratos *verbatim* dessa «ponta do icebergue».

«Orfanato Mount Cashel.

Perpetradores do Abuso: Os Irmãos Cristãos.

Tanto padres como o Superintendente do orfanato cometeram atos abusivos em muitos estudantes. No Relatório da Comissão Real, o Juiz Hughes afirmou que os atos ofensivos, causados por "crueldade" e "laçúria", tendiam a "corromper a sua infância e destruir a sua felicidade". Alguns dos atos cometidos pelos Irmãos Cristãos incluíam felácio mútuo forçado, sodomia, masturbação mútua forçada, carícias nos genitais dos estudantes, beijos "inapropriados" e inserção de dedos no reto. O abuso sexual começava muitas vezes com bondade e demonstração de afeição.

Punição corporal excessiva foi sofrida por muitos estudantes, alguns tão jovens quanto cinco anos de idade, no orfanato. Os atos eram frequentemente sádicos e a disciplina era frequentemente arbitrária. Por exemplo, o Irmão Burke bateu "misericordiosamente" num rapaz de nove anos nas costas e nas nádegas por perder um cartão da biblioteca. O castigo com chicote ou cinto era muitas vezes violento e insensato, com hematomas e bolhas nas mãos e braços até à articulação do cotovelo, e frequentemente aplicado não de forma sistemática, mas com raiva furiosa. As surras consistiam principalmente em bater nas nádegas desnudadas com uma correia ou vara, mas iam até a murros, pontapés e bater com as cabeças contra a parede.»

Tinham existido tentativas anteriores de investigar Mount Cashel. Em 1975, o Governo Federal foi finalmente obrigado a agir através do seu Departamento de Saúde e Bem-Estar para investigar o instituto. Foram apresentadas provas ao Departamento de que um regime de sustentada brutalidade física e abuso sexual funcionava em Mount Cashel, mas o oficial de ligação Robert Bradley ignorou as alegações. Mais tarde, no mesmo ano, recebeu outro relatório a repetir as alegações. Bradley reportou ao seu superior governamental que estava perplexo, pois tinha sido *instruído a não interferir nos assuntos de Mount Cashel*.

Antes do final de 1975, detetives da polícia visitaram a escola e, para além de entrevistarem rapazes que estavam extremamente aterrorizados, conseguiram estabelecer a existência de indícios suficientes de que a gama de infrações acima descritas tinha sido perpetrada. Os dois detetives pediram autorização aos seus superiores policiais para prender os dois Irmãos, que mais tarde confessaram os seus crimes, e acusá-los. O então Chefe de Polícia da Royal Newfoundland Constabulary, John Lawlor, ordenou ao oficial sénior de polícia, Detetive Hillier, que eliminasse todas as referências a abuso sexual dos seus relatórios, apesar do facto de a investigação estar incompleta e de mais de vinte e cinco rapazes terem feito queixas à polícia de abuso físico e sexual. A polícia recebeu ordens para parar a investigação. O abuso pôde continuar sem impedimentos durante mais de treze anos.

Existem pormenores semelhantes que cobrem as outras vinte e nove instituições. O número de vítimas ascende a muitas centenas, e estas são meramente aquelas que o Governo Federal conseguiu identificar. É oficialmente aceite que muitas mais vítimas destas instituições nunca serão conhecidas. Os «clãs» de pedófilos de padres católicos no Canadá não se limitam a instituições estatais. Um clã envolvendo pelo menos doze homens, três dos quais padres, mais dois advogados católicos romanos, outro que era um Irmão a lecionar numa escola católica

e um médico católico, só foi descoberto em 1996, depois de funcionar durante a maior parte de uma década na Diocese de Alexandria-Cornwall, no Ontário. A sua exposição final deveu-se em grande parte a um oficial de polícia incorruptível, o Guarda Perry Dunlop. Com grande coragem, estabeleceu uma conspiração corrupta entre a sua própria força policial e os pedófilos. Eventualmente, doze homens foram finalmente acusados de infrações que envolviam atentado ao pudor e ultraje grosseiro ao pudor.

Em 1988, o tempo esgotou-se finalmente para Mount Cashel, mas a Louisiana oferecia ainda outro exemplo do cancro dentro do sacerdócio católico. Quando, por acidente, uma enorme coleção de pornografia infantil produzida comercialmente foi descoberta no seu quarto numa igreja paroquial na Nova Orleães, o Padre Dino Cinel já estava a caminho de Itália para umas férias de Natal. Também foram encontradas cerca de 160 horas de cassetes de vídeo caseiras. Se a posse da primeira pilha era um crime com uma pena de prisão obrigatória, o segundo acervo deveria ter garantido a remoção de Cinel da sociedade por muitos anos.

As cassetes de vídeo mostravam o Padre Cinel envolvido num conjunto de atos sexuais com uma variedade de parceiros masculinos, incluindo pelo menos sete rapazes menores de idade. Após o caso Gauthe, seria de esperar que a hierarquia local agisse com prontidão. A arquidiocese levou três meses para entregar o material ao gabinete do Procurador do Distrito. Durante esse tempo, o Arcebispo e a sua equipa suprimiram o facto de que havia um pedófilo ativo numa das paróquias. O Procurador do Distrito, Harry Connick Senior, guardou o processo por mais de dois anos. Mais tarde, admitiu durante uma entrevista na televisão que não tinha apresentado acusações contra Cinel porque não queria «envergonhar a Santa Mãe Igreja».

Apesar dos encobrimentos orquestrados pela Igreja Católica, da supressão deliberada por elementos da comunicação social

vulneráveis à pressão da hierarquia da Igreja, e de Procuradores do Distrito, juízes e oficiais de polícia devotos que procuravam proteger «o bom nome da Igreja», a verdade estava a vir ao de cima, e não apenas na América do Norte. O abuso não estava limitado a um continente. Confrontar sequer um fragmento da evidência que adquiri nos últimos cinco anos é fazer uma viagem ao coração das trevas. Padres e, em alguns casos, bispos e cardeais, foram desgraçados em país atrás de país. Edgardo Storni, o Arcebispo de Santa Fé na Argentina, resignou após ser acusado de abusar de pelo menos quarenta e sete seminaristas. Disse que a sua resignação não significava culpa. O Bispo Franziskus Eisenbach de Mainz, Alemanha, resignou após ser acusado de agredir sexualmente uma professora universitária durante um exorcismo. No entanto, negou a alegação. Na Irlanda, o Bispo Brendan Comiskey resignou depois de o seu uso do 'sistema secreto' ter vindo a lume. Na Polónia, um amigo próximo do Papa, o Arcebispo Juliusz Paetz de Poznań, resignou após as alegações de que tinha feito avanços sexuais a jovens clérigos se tornarem de conhecimento público. Paetz negou as alegações, declarando que resignava «pelo bem da Igreja». No País de Gales, o Arcebispo John Aloysius Ward foi forçado pelo Papa a resignar após contínuas críticas públicas de que tinha ignorado avisos sobre dois padres mais tarde condenados por abuso de crianças.

Na Escócia, entre uma profusão de casos que chocaram os mais endurecidos, uma cruzada brilhante de Marion Scott, do *Sunday Mail*, e uma investigação policial de três anos expuseram abusos numa das escolas geridas pelos Irmãos das Escolas Cristãs. Provas subsequentes deixaram claro que o abuso na escola St Ninian's, em Gartmore, Stirlingshire, era típico das escolas geridas pela Ordem em muitos países. O que ocorreu em St Ninian's teve lugar entre o final da década de 1950 e 1982. Na Austrália, os Irmãos das Escolas Cristãs estiveram envolvidos em atividades semelhantes já em 1911.

Em St Ninian's, os frades variavam os habituais espancamentos, violações e toda a gama de abusos sexuais aos rapazes com a sua própria versão de tortura e brutalidade. Um gerador elétrico foi instalado na sala das botas, onde os rapazes eram forçados a agarrar-se aos fios desencapados que saíam da máquina e a receber uma série de choques elétricos. As crianças eram também submetidas a chicotadas com um chicote de equitação, cujas pontas eram atadas para causar maior dor. Christopher Fearns, um assistente social, recordou:

«Fui espancado com o chicote de equitação duas ou três vezes por semana durante quatro anos. Diziam-nos que nos tiravam o Diabo à chicotada. Fui espancado tantas vezes na cabeça e nas orelhas que não consigo ouvir nada do meu lado esquerdo e fui submetido a uma cirurgia extensa por causa disso.»

Até à data, apenas três pessoas foram levadas a julgamento; todas foram consideradas culpadas. Entre as dez acusações que foram provadas contra o Irmão Bento estavam agressão, forçar crianças a comer o seu próprio vómito e partir o braço de um rapaz. Aos três homens foram dadas sentenças simbólicas de dois anos de prisão. O Irmão Bento recorreu e foi-lhe concedida fiança. Mais de um ano depois, o seu recurso ainda não foi ouvido e ele caminha livremente entre os seus concidadãos.

Jimmy Boyle, anteriormente o homem mais temido da Escócia, recordou os seus anos noutra escola dos Irmãos das Escolas Cristãs, St John's, em Springboig:

«Ainda hoje consigo ouvir o som de ossos a partir enquanto um frade partia deliberadamente a perna de uma criança em pedaços. Ou passos na noite que anunciavam mais uma violação horripilante de uma criança aterrorizada e a chorar.»

Em 1999, as Irmãs da Misericórdia enfrentaram mais de 100 acusações de abuso no Supremo Tribunal de Dublim. Exatamente na mesma altura, em Inglaterra, o Padre David Crowley estava a ser sentenciado a nove anos de prisão após declarar-se culpado de

quinze acusações de abuso sexual de uma criança com menos de dez anos de idade e de vários rapazes com menos de dezasseis anos. Muitas das suas vítimas eram acólitos. As suas infrações ocorreram em paróquias no West Yorkshire, no Norte de Inglaterra, e em Devon, entre julho de 1981 e agosto de 1992. Em pelo menos duas ocasiões separadas foram feitas queixas pelos pais das vítimas. Crowley foi enviado para aconselhamento. *Foi-lhe depois permitido continuar a trabalhar com a condição de restringir o seu acesso a jovens.*

Numa ocasião, Crowley observou enquanto encorajava um rapaz de nove anos a praticar um ato indecente com um rapaz de treze anos. O advogado de acusação Peter Benson disse ao tribunal:

«O abuso foi sistematicamente arquitetado e a Coroa diz que o acusado explorou astutamente a sua posição de confiança e autoridade como padre católico para seduzir rapazes impressionáveis. Ele dedicava-se a ganhar a sua confiança permitindo-lhes fumar e fornecendo-lhes álcool como prelúdio para os seduzir. Frequentemente tinha como alvo os jovens emocionalmente vulneráveis com quem entrava em contacto, como candidatos adequados para as suas atenções.»

Quase ao mesmo tempo que o Padre Crowley usava estas técnicas em várias partes de Inglaterra, o Padre Gerard Stock, também no Reino Unido, fazia precisamente o mesmo e definia como alvo o mesmo grupo de potenciais vítimas — acólitos. Ele também foi eventualmente apanhado e declarou-se culpado de trinta e quatro pontos de ultraje grosseiro ao pudor envolvendo dezasseis rapazes ao longo de um período de vinte e dois anos, entre 1959 e 1981.

O Padre Adrian McLeish, como pároco em Gilesgate, Durham, era um utilizador ávido da Internet. Quando a polícia fez uma rusga à residência paroquial de St Joseph, descobriu que o padre tinha construído uma das maiores coleções do mundo de

pornografia na Internet. Ele também estava a abusar regularmente de pelo menos quatro rapazes jovens. Depois de a polícia ter levado os computadores, o Padre McLeish, plenamente consciente de que iria para a prisão, aproveitou uma última oportunidade para abusar de uma das suas vítimas. A mãe do rapaz disse posteriormente: «Foi como se ele estivesse a ter uma última diversão.» Ficou ainda estabelecido que McLeish tinha estado a usar fundos da paróquia para pagar a sua pornografia de computador. Foi sentenciado a seis anos de prisão.

Ainda outro que usou a sua autoridade para seduzir os jovens foi o Padre Michael Hill. Entre as vítimas de vinte a trinta infrações de abuso sexual estavam dois rapazes com deficiência, de catorze e dez anos. Um estava confinado a uma cadeira de rodas e o outro tinha paralisia cerebral. Eram duas de várias vítimas que teriam sido poupadas à sua provação se o homem que é agora o Primaz Católico de Inglaterra, o Cardeal Cormac Murphy O'Connor, estivesse alerta na sua vigília como Bispo de Arundel e Brighton. Menos de um ano após a promoção de Murphy O'Connor para a diocese em 1977, o Padre Michael Hill ficou sob o seu controlo. Hill era um pedófilo ativo desde 1959. Uma das características da carreira posterior de Hill é o número de vezes que foi transferido pela diocese. Murphy O'Connor afirmou posteriormente que a remoção de Hill de Godalming para Heathfield esteve «totalmente não relacionada com qualquer questão de abuso de crianças», mas deveras a «divergências e agitação na paróquia». Ainda não especificou as causas da agitação, mas no final de 1980 vários paroquianos de Godalming foram queixar-se ao Bispo Murphy O'Connor do interesse não natural que Hill estava a ter pelos seus filhos. Como uma mãe recordou: «Disse-lhe o que se estava a passar. Ele disse que trataria do assunto.»

Numa demonstração clássica de como o sistema secreto opera, Hill foi transferido para a Paróquia de Heathfield e enviado para um centro de reabilitação gerido pelos Servos do Paráclito

em Gloucestershire. Entre outras condições, o centro especializa-se no tratamento da pedofilia. Os comentários subsequentes do Cardeal Murphy O'Connor relaticos ao confronto do Padre Hill em 1981 confirmaram a veracidade das alegações feitas pelos cidadãos de Godalming. Quando Hill veio para a diocese, os seus relatórios traziam um aviso de saúde de que continuava a ser um perigo potencial para as crianças. Independentemente dessa informação, O'Connor permitiu que ele regressasse à paróquia de Heathfield. Em 1983, pelo menos uma mãe tinha-se queixado fortemente a O'Connor de que o comportamento do Padre Hill para com os seus dois filhos era inaceitável e causa de grande preocupação. Hill recebeu mais aconselhamento e, desta vez, a resposta de O'Connor ao parecer profissional de que não deveria ser permitido ao padre o acesso a crianças foi seguida, tendo a licença do Padre Hill para trabalhar numa paróquia sido retirada. Depois, em 1985, o bispo voltou a suavizar a sua postura em relação a Hill. Parte do conselho que tinha recebido dos peritos médicos em 1983 era de que a Hill poderia ser permitido, a determinado momento, trabalhar num papel pastoral restrito fora da paróquia.

O Bispo tomou então uma decisão imperdoável. Nomeou o Padre Hill como capelão do Aeroporto de Gatwick, que na altura em questão, 1985, era conhecido como «a Leicester Square de Sussex» e «um íman para jovens sem-abrigo». O Padre Hill tirou pleno partido da sua nova nomeação e cometeu mais ataques sexuais contra rapazes jovens. Quando a decisão de Murphy O'Connor sobre o Padre Hill se tornou do conhecimento público em novembro de 2002, o jornal *The Times* comentou que «a dimensão da cegueira moral do Cardeal Murphy O'Connor é potencialmente devastadora». Hill foi subsequentemente preso e considerado culpado de vários ataques sexuais entre 1969 e 1987, incluindo molestar um portador de paralisia cerebral a caminho de Lourdes. O Padre Hill foi sentenciado a cinco anos de prisão.

O Primaz de Toda a Inglaterra procurou justificar as suas ações em relação ao Padre Hill com base numa «genuína ignorância de que existia (em meados do final da década de 1980), não apenas entre bispos e padres, mas também na sociedade em geral, incluindo a profissão médica, sobre a natureza compulsiva do abuso de crianças». É uma defesa sem um pingo de credibilidade. Em novembro de 2002, o Padre Hill declarou-se culpado de mais uma série de agressões sexuais cometidas entre 1969 e 1987 e foi sentenciado a mais cinco anos de prisão.

O Primaz pediu desculpa pelo «grave erro», mas a sua contrição não se estendeu ao ponto de resignar do seu cargo, apesar das muitas exigências dos fiéis e da comunicação social para que abandonasse o palco nacional. O fosso de credibilidade entre o Cardeal e os seus bispos e a cada vez menor congregação católica em Inglaterra continua a alargar-se. Segundo o porta-voz do Cardeal, os acordos secretos com as vítimas que envolveram o pagamento de «dinheiro para calar» nada tinham a ver com a Igreja. «Não passa perto da Igreja. É feito entre solicitador e solicitador.» O porta-voz não disse quem instrui o solicitador a pagar.

Em 1999, enquanto a Igreja Católica em Inglaterra e no País de Gales mantinha o silêncio sobre as crescentes condenações de padres por abuso sexual, tinha-se tornado óbvio que a pedofilia no Reino Unido não seria derrotada através da negação de que existia um problema. Vinte e um padres tinham sido condenados num período de quatro anos. Neste ponto de crise, o Cardeal Cormac Murphy O'Connor reconheceu plenamente a sua gestão errada do Padre Hill. Pouco depois, uma revisão completa foi estabelecida sob a presidência de Lord Nolan (um antigo Juiz de Recurso e Presidente do Comité sobre Normas na Vida Pública). Em abril de 2001, o seu relatório foi publicado, com mais de cinquenta recomendações para proteger as potenciais vítimas.

Foi um passo positivo e uma das suas recomendações que foi rapidamente implementada pedia um relatório anual. Apesar dos numerosos casos de abuso sexual clerical ao longo de muitas décadas, a Igreja Católica da Escócia não se mostrou inclinada a seguir o exemplo dado a sul da fronteira. A recomendação mais importante do Relatório Nolan foi também rapidamente introduzida: a criação de uma unidade nacional de proteção de menores dentro da Igreja para «erradicar os abusadores de crianças através da fiscalização do clero, do seu pessoal leigo e de voluntários antes de assumirem novos cargos».

O relatório observou no seu resumo executivo:

«O abuso de crianças é um grande mal. Pode deixar cicatrizes profundas nas vítimas e nas suas famílias. É particularmente abjeto quando uma criança ou jovem é abusado por alguém numa posição de confiança e responsabilidade. É sumamente abjeto quando essa posição de confiança é detida por um membro do clero ou por um trabalhador católico leigo. O cuidado das crianças está na vanguarda dos ensinamentos de Cristo e é, portanto, uma das primordiais responsabilidades de todos os membros da Igreja liderados pelos seus padres e bispos.»

Além disso, no resumo, Lord Nolan e a sua comissão observaram uma verdade evidente:

«O facto é que, mesmo que todas as paróquias de Inglaterra e do País de Gales seguissem as nossas recomendações, o problema do abuso de crianças não seria, por isso, erradicado.» Era louvavelmente honesto e a sua aspiração final deveria ter tocado uma corda sensível em cada católico romano no país:

«A nossa esperança é que este relatório ajude a trazer uma cultura de vigilância onde cada membro adulto individual da Igreja assuma consciente e proativamente a responsabilidade por criar um ambiente seguro para crianças e jovens. As nossas recomendações não substituem isto, mas esperamos que sejam um impulso em direção a essa conquista.»

O compromisso da Igreja com a abertura certamente tocou uma corda sensível junto das vítimas até então silenciosas. Nos primeiros dezoito meses de funcionamento das novas diretrizes, a Igreja tinha recebido quase 150 queixas adicionais de abuso sexual. Outras 100 queixas seguiram-se em 2004. O Arcebispo Vincent Nichols de Birmingham saudou as alegações de abuso como uma indicação clara de que se estavam a fazer progressos na abordagem de uma acumulação histórica de abusos. O Arcebispo pode ter ficado menos entusiasmado quando a sua própria arquidiocese foi obrigada a pagar 330.000 libras a um antigo acólito que tinha sido abusado sexualmente por um padre ao longo de um período de oito anos. O acordo alcançado em janeiro de 2004 era, na altura, o maior pagamento conhecido no Reino Unido. O pagamento, feito dias antes de o caso ir para o Supremo Tribunal, é mais uma indicação de que em Inglaterra e no País de Gales os tempos estão finalmente a mudar, mas apenas em algumas áreas. No final de junho de 2005, a arquidiocese de Birmingham foi obrigada a fixar afasquia da indemnização no dobro do valor, após ser ordenada pelo tribunal a pagar mais de 600.000 libras (mais de 1,5 milhões de dólares) a uma vítima que, em criança, tinha sido repetidamente abusada pelo Padre Christopher Conlan, que tinha fugido do país para a Austrália, onde tinha morrido em 1998.

Um dos aspetos mais extraordinários deste escândalo tem sido a recusa dogmática por parte do Vaticano em aceitar e reconhecer, até muito tarde, que tal abuso era algo mais do que uma dificuldade local limitada aos Estados Unidos. Como estas páginas ilustram, o abuso sexual por parte de padres católicos e religiosos contra crianças, jovens, adolescentes e adultos não conhecia fronteiras. O Papa João Paulo II estava ciente, desde muito cedo no seu reinado, de que esta era uma questão sobre a qual tinha de se debruçar e agir. Falhou em debruçar-se sobre ela.

Na Áustria, um amigo próximo do Papa, o Cardeal Hans Hermann Groer, foi forçado, após uma luta prolongada, a resignar

na sequência de alegações de abusar repetidamente de estudantes numa escola católica masculina. Groer rejeitou as alegações. Na Suíça, o Bispo Hansjörg Vogel de Basileia resignou após admitir que tinha engravidado uma mulher na sequência da sua promoção à hierarquia no ano anterior. Por trás de cada bispo acima referido está o mesmo padrão de abuso institucional, a mesma gama de abusos sexuais pedófilos por parte de padres. Os abusos aterradores cometidos pelos Irmãos das Escolas Cristãs foram equiparados em crueldade pelas Pobres Irmãs de Nazaré, pelas Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo ou pelas Irmãs da Misericórdia. Durante mais de 100 anos existiram lares de Nazaré por todo o Reino Unido, Austrália, África do Sul, Estados Unidos e Irlanda.

Desde meados do século XIX até tempos recentes, os «lares de Nazaré» cuidaram de jovens e idosos. Os orfanatos eram geridos por freiras da ordem das Irmãs da Misericórdia. A degradação violenta e os espancamentos eram um acontecimento diário. As crianças acordavam com os gritos de outras crianças e com o som familiar do cinto de cabedal. Em 1965, Helen Cusiter tinha oito anos de idade quando a sua mãe desapareceu e ela foi levada, juntamente com os seus cinco irmãos, para a Casa de Nazaré em Aberdeen. Em 2004, aos quarenta e sete anos, após um encontro casual com um dos seus atormentadores de infância, Helen tornou-se uma de mais de quinhentos antigos residentes a mover uma ação contra as Irmãs. A sua recordação do que tinha suportado foi corroborada por outros antigos internos que não se viam há uma vida inteira. Incluía um incidente particular com a Irmã Alfonso, que a tinha ido procurar enquanto Helen brincava nos baloiços.

«Ela tirou-me de lá pelos cabelos, torceu-me e atirou-me contra a parede da igreja. Partiu-me todos os dentes da frente, a minha cara era uma massa desfeita, as outras crianças estavam todas a gritar.» Helen Howie, uma dessas crianças a gritar, lembra-se do sangue a jorrar da cara de Helen: «A Irmã Alfonso

não usava cintos de cabedal, usava os punhos, tinha uma força enorme.» Quando o dentista questionou as extensas nódoas negras na cara da criança de oito anos, foi-lhe dito: «Ela caiu.»

A Irmã Alfonso foi condenada por quatro acusações de tratamento cruel e não natural. Devido à sua idade, foi meramente admoestada em vez de presa. Existem muitíssimos testemunhos semelhantes de centenas de pessoas danificadas. Muitas procuravam não uma indemnização, mas apenas a oportunidade de serem ouvidas, de verem a dor que ainda sentiam ser reconhecida.

As Pobres Irmãs já não são pobres. Têm perto de 200 milhões de libras no seu banco e acabaram por retirar o «Pobres» do seu título. Há agora uma campanha internacional para levar a Ordem ao banco dos réus. Será uma luta difícil, com as companhias de seguros a aliarem-se a vários bispos para afastar o ataque.

Muitos bispos continuam em negação quanto à enormidade e extensão do abuso sexual clerical ao longo dos últimos quarenta a cinquenta anos. Ainda o consideram como um «problema» que deve ser tratado internamente — sem publicidade ou acusações criminais.

Em janeiro de 2003, a comissão irlandesa criada para investigar o abuso de crianças queixou-se publicamente de que «o Governo e a maioria das ordens religiosas estão a obstar ao nosso trabalho». A Comissão estava a investigar instituições geridas pela Igreja para onde o Governo irlandês enviava crianças «problemáticas» e órfãos. Tal como no Canadá, na Irlanda muito tinha sido encoberto. Havia cinquenta e duas «escolas industriais» meados do século XX, onde o abuso físico e sexual era abundante. Uma escola industrial funcionava como um tipo primitivo de centro de reabilitação ou reformatório. Eram concebidas como «Meios para Diminuir a Criminalidade Juvenil». Frequentemente, o único «crime» era a criança ter ficado órfã ou sido abandonada. Em teoria, além de ensinar as

matérias elementares ordinárias, às crianças era também ensinado um ofício. As diferentes circunstâncias não faziam qualquer diferença ao tratamento dispensado. Quer os encarregados das crianças fossem Irmãos Cristãos, Filhas da Caridade ou Pobres Irmãs de Nazaré, a perversidade das várias ordens religiosas tinha uma uniformidade perturbadora.

Desde 1985, mais de 4.000 sobreviventes de um regime de trabalho escravo infantil procuraram indemnização junto da Igreja Católica irlandesa. Um dos que está além de ganhar qualquer indemnização é Willie Delaney.

Em 1966, aos nove anos de idade, Willie era o mais velho de dez filhos, vivendo numa rulote sem saneamento ou água canalizada. Era sua responsabilidade ajudar a alimentar a família. O seu pai, um pifano a confrontar um mercado em encolhimento com o advento de utensílios de cozinha de longa duração, precisava de toda a ajuda que pudesse obter. Willie foi apanhado a roubar leitões e sentenciado a seis anos em Letterfrack, uma escola industrial no oeste da Irlanda, descrita pelos sobreviventes como «um inferno na terra». Os internos sofriam abusos físicos, mentais e sexuais. Willie foi tratado brutalmente. Em 1970, já com treze anos, a poucos dias de ir para casa para umas preciosas férias de duas semanas, Willie foi continuamente espancado na cabeça. Sobreviventes testemunharam recentemente que um dos Irmãos Cristãos estava continuamente a bater na cabeça de Willie com um molho de chaves; outros lembram-se dele a usar um pau. Em casa, Willie queixou-se de fortes dores de cabeça, depois sofreu um ataque, entrou em coma e morreu. Os médicos do Hospital St Luke, em Kilkenny, disseram que ele tinha morrido de meningite. O seu pai tinha a certeza de que a sua morte estava ligada ao tratamento que tinha sofrido por parte dos Irmãos Cristãos.

Em abril de 2001, o corpo de Willie foi exumado e submetido a uma autópsia. Foi determinado que ele tinha morrido de causas naturais, mas a morte de Willie e o seu rescaldo deram a mais

trinta antigos internos a coragem de se chegarem à frente e apresentarem queixas contra os Irmãos Cristãos e o pessoal leigo. O número final de queixas subiu para 140. Vinte e nove Irmãos Cristãos e pessoal leigo foram identificados como alegados abusadores. Quarenta e oito padres e Irmãos Cristãos já tinham sido condenados por abusar, física e sexualmente, de crianças ao seu cuidado.

Num caso não relacionado na Irlanda, poucos meses antes da exumação de Willie Delaney, um antigo Irmão Franciscano, Robert Keoghan, declarou-se culpado de oito acusações de agredir indecentemente oito rapazes com idades entre os nove e os dezasseis anos em várias datas entre 1969 e 1972. Antes de sentenciar Keoghan, que já estava a cumprir uma pena de dezoito meses de prisão por dois crimes semelhantes, o tribunal ouviu dizer que quando Keoghan tinha ido confessar estas infrações tinha sido abusado sexualmente pelo seu confessor, um padre franciscano. Keoghan foi sentenciado a mais dois anos de prisão.

À medida que a barragem se rompia em todo o mundo, era impressionante a frequência com que as atividades dos padres pedófilos podiam ser rastreadas vinte, trinta ou mesmo quarenta anos antes. É inconcebível que apenas uma geração particular de padres que tomaram ordens sacras no final da década de 1950 e na década de 1960 estivesse mais ou menos inclinada para a pedofilia do que a geração anterior ou a geração posterior. Os tradicionalistas culparam o aumento dos abusos pelas reformas do Concílio Vaticano II, mas ainda têm de revelar a causa da pedofilia clerical que antecede meados da década de 1960. Fica-se com a possibilidade de pesadelo de que, não fosse o caso do Padre Gauthe, o sistema secreto ainda estaria a funcionar eficazmente, com tantas novas vítimas a serem abusadas. No entanto, mesmo depois de 1985, houve tentativas de manter a velha ordem.

Nos primeiros anos do novo século, a polícia de Hong Kong estava a investigar crimes clericais. Descobriram que o sistema

secreto ainda estava vivo e totalmente operacional em maio de 2002. A Superintendente de Polícia Shirley Chu, que estava a investigar oito casos de abuso, queixou-se publicamente de que a Igreja Católica se recusava a entregar confissões escritas por vários padres feitas durante uma investigação interna da Igreja. A resposta de Chu ecoou a de juízes, oficiais de polícia e procuradores do distrito em todo o mundo: «Parece que a Igreja tem estado a proteger a sua reputação e os padres, em vez das vítimas.»

A hierarquia católica nas Filipinas foi também forçada a pedir desculpas às vítimas. Em setembro de 2000, trinta e quatro padres e vários bispos foram suspensos quando a dimensão total do abuso sexual clerical começou a ser conhecida publicamente. Ao contrário de muitos outros países, a maioria dos casos envolvia o abuso sexual de mulheres. Foi subsequentemente revelado que na Nova Zelândia, no início de 1991, seis dioceses católicas romanas tinham confirmado trinta e oito casos de abuso sexual por padres e irmãos, dentro de dois anos após o estabelecimento de um procedimento de queixas: muitos mais estavam em curso, incluindo queixas de abuso que remontavam a cinquenta anos, até à década de 1940. Durante a maior parte desse período, a população católica da Nova Zelândia era inferior a 500.000, com apenas cerca de 500 padres: os casos confirmados indicavam uma média histórica de cerca de 7 por cento dos padres serem abusadores sexuais.

Comentando os números, Lyndsay Freer, a Diretora Nacional das Comunicações Católicas, exibiu o dom nacional para o eufemismo: «Havia uma tendência no passado para proteger a instituição ou a profissão.» Depois, cantando pela mesma pauta que o resto da Igreja Católica, Freer tentou defender o indefensável.

«A natureza reincidente da disfunção psicossexual ou pedofilia não era compreendida, e pensava-se que se uma pessoa admitisse a culpa, a confessasse e recebesse a absolvição no

sacramento da Confissão... a reabilitação e o perdão eram possíveis.»

Na Austrália, o Cardeal Pell foi obrigado a admitir que a Igreja não se tinha fiado no mero perdão cristão por parte da vítima. Muitos milhares de dólares de dinheiro para calar tinham sido pagos àqueles que tinham sofrido abuso sexual. Menos de duas semanas depois, a Ordem Católica Romana dos Irmãos de São João de Deus revelou que tinha alcançado um acordo fora dos tribunais com advogados que representavam vinte e quatro homens com deficiência mental que tinham sido abusados sexualmente por até vinte Irmãos enquanto estavam ao seu cuidado. O montante a ser pago era de 2,1 milhões de dólares americanos e acredita-se que seja o maior acordo desse tipo na história australiana. Encontrando coragem no exemplo dado pelas vítimas com deficiência mental, mais 157 alegadas vítimas chegaram-se à frente. Enquanto isso, o chefe da Igreja na África do Sul admitiu que cerca de uma dúzia de padres tinham sido acusados de abusar sexualmente de crianças «há muitos anos». Demonstrativamente, o sistema secreto tinha funcionado bem em todos estes países.

No Brasil, o maior país predominantemente católico romano do mundo, os funcionários da Igreja admitiram que havia um problema de pedofilia entre o clero. O Bispo Angélico Sândalo Bernardino, numa tentativa extraordinária de justificação, observou: «O problema do apetite sexual é algo que aflige todos os seres humanos.»

Na Holanda, a pragmática Igreja holandesa tentou uma estratégia invulgar e altamente duvidosa em negociações secretas com os seus seguradores. Exigiram que uma cláusula adicional cobrindo indemnizações por abuso sexual fosse inserida nas suas apólices. Exigiram ainda que fosse aplicada retroativamente para cobrir as décadas passadas. Ambas as exigências foram rejeitadas.

Um contratempo semelhante ocorreu na Irlanda. Verificou-se que a cobertura de seguro para a Igreja irlandesa que incluía o aspeto do abuso sexual tinha sido contratada pela primeira vez pela Conferência dos Bispos Irlandeses entre 1987 e 1990, um período em que os bispos ainda usavam o sistema secreto e andavam ocupados a mover padres infratores de paróquia em paróquia. Nas palavras do porta-voz dos bispos, o Padre Martin Clarke, a cobertura «oferecia apenas uma cobertura modesta a prémios baixos». Assim que uma onda de escândalos de abuso de crianças começou a engolir a Igreja irlandesa em 1994, as apólices de seguro revelaram-se «ambíguas e incertas», uma descoberta em relação a apólices de seguro que não é exclusiva da Igreja Católica. Companhias de seguros em todo o mundo pressionaram o botão de pânico de um dia para o outro; os prémios subiram para qualquer valor entre 30 por cento e 130 por cento para uma cobertura muito menor.

Seguindo o exemplo dado pela Igreja em Inglaterra e no País de Gales, a Conferência dos Bispos Irlandeses encomendou um estudo independente sobre o abuso de crianças pelo clero católico na Irlanda. Foi levado a cabo pelo Colégio Real de Cirurgiões na Irlanda e um comunicado de imprensa, mas não o relatório em si, foi tornado público em dezembro de 2003 em nome dos Bispos Irlandeses. Tendo notado que «mais de metade» das recomendações do relatório já estavam a ser seguidas, o Bispo John McAreavey apontou então para o «reconhecimento pelo relatório de que, ao lidar com abusadores no passado, os bispos seguiram, de boa-fé, os melhores conselhos psiquiátricos disponíveis na altura». Este reconhecimento vai contra décadas de mentiras, encobrimentos, evasões e desrespeito deliberado pelas vítimas. Continuou: «Claramente, em relação ao abuso sexual clerical, falhámos a muitos jovens ao longo de um período demasiado longo.»

Uma das autoras do relatório, a Professora Hannah McGee, viu as suas próprias conclusões de forma bastante diferente. «A

ocorrência, e mais importante, a má gestão do abuso clerical de crianças, representa uma perda em toda a sociedade irlandesa, em vez de um problema isolado para uns poucos infelizes.»

O Bispo McAreavey teve a nobreza de pedir desculpa publicamente pelos erros do passado e de fazer um compromisso de melhorar «as nossas políticas existentes». O compromisso teria tido maior convicção se os bispos não tivessem procurado transferir o fardo da culpa para os ombros de médicos psiquiatras.

Na altura do relatório do Colégio Real de Cirurgiões, um outro inquérito, desta vez sobre o alegado abuso sexual de crianças na diocese de Ferns, na Irlanda, já ia com um ano no que se tornaria eventualmente numa investigação de três anos. A Comissão identificou mais de 100 alegações de abuso sexual por vinte e um padres entre 1962 e 2002. O seu relatório, publicado em outubro de 2005, confirmou que o abuso sexual era generalizado ao longo de muitos anos em Ferns. Dez dos padres acusados estavam mortos, dois foram condenados e os restantes «não estavam no ministério ativo». A razão pela qual isso lhes deu imunidade de procedimento criminal ainda está por explicar.

A Igreja Católica na Irlanda insiste que, sob o Direito Canónico, os clérigos que abusam sexualmente estão imunes de procedimento criminal a menos que essa imunidade seja levantada pelo bispo ou por Roma. Demasiados membros da hierarquia na Irlanda ainda se agarram a um acórdão do Supremo Tribunal de 1925, quando o tribunal mais alto da Irlanda aceitou o direito do Bispo de Kerry de remover um pároco do Oeste de Cork contra a vontade do padre. Esse acórdão está agora a ser usado pelos bispos irlandeses para frustrar a justiça natural, enquanto a Igreja se agarra a uma fantasia de que abusar de uma criança não é um crime, mas uma questão moral.

Em abril de 2003, vinte e cinco anos após o caso Gauthe, funcionários do Vaticano sentaram-se com psicólogos e terapeutas à porta fechada enquanto realizavam uma conferência

sobre o abuso sexual de crianças. Ainda assim, o desejo de não «envergonhar a Santa Mãe Igreja» persistia — embora a imagem da Igreja já estivesse em cacos.

Em França, o sistema secreto foi preservado até ao século XXI. Em janeiro de 2000, o Abade Jean-Lucien Maurel foi sentenciado a dez anos de prisão por violar e abusar sexualmente de três rapazes com idades entre os dez e os treze anos. Maurel tinha setenta e um anos na altura do seu julgamento e sessenta e sete na altura dos ataques. Os rapazes eram alunos da escola onde o Abade era diretor. Entre quinze e vinte outros clérigos católicos franceses estavam também sob investigação por alegados abusos sexuais.

Um ano mais tarde, em 2001, um bispo francês, Pierre Pican de Bayeux-Lisieux, foi condenado por encobrir os abusos sexuais de um dos seus padres. Disse ele: «É lamentável que este veredicto tenha limitado o direito do padre católico de guardar segredo profissional.» Na verdade, nada tinha a ver com a santidade do confessionário e tudo a ver com o que é ainda uma visão muito amplamente mantida dentro da Igreja Católica de que os seus padres e bispos estão acima da lei. O abusador em questão, Padre René Bissey, está agora a cumprir uma pena de dezoito anos de prisão; o seu bispo apanhou uma pena de três meses de prisão suspensa.

A atitude do Bispo Pican não é única: na verdade, é a norma. Em 2002, o Presidente da Conferência dos Bispos Alemães, Cardeal Lehmann, foi questionado pelo *Der Spiegel*: «Quando há suspeita de casos, as autoridades judiciais são chamadas?» Ele respondeu: «Esta não é a nossa tarefa. As autoridades envolvem-se... em casos claros — nós próprios estamos muitas vezes às escuras — motivamos o culpado à autodenúncia. Isso é melhor para todos. Além disso, levamos a cabo as nossas próprias investigações preliminares; isso é ditado pelo Direito Canónico. Se houver provas suficientes, a pessoa em questão é suspensa do

cargo. Mas isso é uma questão para as dioceses individuais. A Conferência dos Bispos não é responsável por tais assuntos.»

Pressionado sobre a necessidade de «regras vinculativas» que se apliquem a todas as dioceses no que diz respeito às suas relações com padres pedófilos, o Cardeal Lehmann respondeu: «Temos grandes dioceses por todo o país; ao longo de décadas acumularam a sua própria experiência sobre como lidar com estas infrações e não querem simplesmente entregar o assunto a uma autoridade superior.» Essa experiência acumulada representa a capacidade de cobrir e ocultar a grande maioria dos casos de pedofilia que ameaçam vir à luz na Alemanha. A aplicação diligente do sistema secreto garante que a exposição de padres pedófilos na escala do escândalo dos Estados Unidos não acontecerá na Alemanha ou noutros países europeus.

O psicoterapeuta católico Wunibald Müller, um homem com décadas de experiência no tratamento de padres com problemas psicológicos e psiquiátricos, estimou que há um mínimo de 2 por cento de todos os padres na Alemanha com predisposição para a pedofilia, dando uma contagem nacional de entre 250 e 300. Os pedófilos são invariavelmente infratores em série e, portanto, o número de crianças em risco muito real na Alemanha hoje, mesmo pelas estimativas mais conservadoras, situa-se entre 5.000 e 10.000. O número real é sem dúvida muito mais elevado. A estimativa de Müller foi baseada nas provas que lhe foram disponibilizadas através do estudo clínico da população geral alemã. Mas a extraordinária eficiência da aplicação alemã do sistema secreto suprimiu dramaticamente, durante décadas, a incidência anormal de abuso sexual entre a população clerical. Consequentemente, as estimativas de Müller são apenas cerca de metade das estimativas comparáveis para outros países, nomeadamente os EUA. O seu número é perturbadoramente baixo.

Nos Estados Unidos, durante os quinze anos após o caso Gauthe de 1985/86, mais de 1.200 padres pedófilos foram

expostos. Tendo em conta o facto de ter continuado a haver exposições semanais, se não diárias, novas ações cíveis e contínuas novas alegações, o total real continua a mover-se nos Estados Unidos inexoravelmente em direção a 3.000 pedófilos ou 5 por cento do sacerdócio católico romano. Mesmo essas estimativas podem vir a revelar-se demasiado baixas quando uma investigação mais exaustiva for concluída. Se as provas da diocese de Lafayette, no Indiana, fossem replicadas por todos os Estados Unidos, todas as estimativas anteriores teriam de ser reescritas. Numa diocese de apenas setenta e cinco padres ativos, no início de 1997 tinha sido estabelecido que pelo menos 16 por cento eram culpados de uma ampla gama de abusos sexuais.

Deve recordar-se que estes números não foram alcançados num contexto de uma Igreja aberta e transparente, mas sim de uma Igreja que usou cada tática de atrito que conseguiu conceber com a ajuda dos seus advogados e seguradores, uma Igreja onde bispos pedófilos protegiam padres pedófilos com um guarda-costas de engano. Um exemplo foi o Bispo J. Keith Symons de Palm Beach, que compilou as «avaliações psiquiátricas profissionais que na altura demonstraram claramente a aptidão do Rev. Rocco D'Angelo para servir como padre».

Na altura destas avaliações, tanto o bispo como o padre estavam a abusar sexualmente de rapazes jovens. Após queixas dos pais das vítimas terem sido feitas à arquidiocese de Miami na década de 1960, tinha sido prometido aos pais que D'Angelo seria mantido afastado das crianças. O sistema secreto foi aplicado e D'Angelo foi transferido para a área de Tampa, onde trabalhou durante mais de duas décadas enquanto continuava a molestar rapazes jovens, um deles em 1987, mais de vinte e cinco anos depois de a Igreja ter assumido um compromisso que nunca teve a intenção de honrar.

O Padre D'Angelo reformou-se antecipadamente em 1993, depois de as suas atividades sexuais se tornarem do conhecimento público. O Bispo Symons seguiu-o para a reforma antecipada em

junho de 1997, após admitir que tinha molestado sexualmente cinco rapazes mais de três décadas antes. O seu substituto como «vassoura nova» foi o Bispo Anthony O'Connell. Quatro anos mais tarde, houve necessidade de outra vassoura nova, pois o Bispo O'Connell foi forçado a resignar em março de 2002, após revelações sobre as suas atividades sexuais com jovens que tinham estado sob a sua supervisão como reitor de um seminário no Missouri.

Em Boston, uma arquidiocese que serve uma população católica de mais de dois milhões de pessoas, a Igreja foi posta de joelhos financeiramente. A fé de muitos foi estilhaçada por um fluxo interminável de escândalos de abuso sexual clerical. Em 1992, o Cardeal Bernard F. Law de Boston invocou «o poder de Deus» sobre os meios de comunicação social após a sua cobertura das atividades do Rev. James R. Porter. Um resumo rápido da vida de Porter deixa qualquer um maravilhado por o Cardeal ter ido para as barricadas por ele.

Em 1953, aos dezoito anos, Porter molestou um rapaz de treze anos num parque infantil na sua terra natal de Revere, Massachusetts. No final da década de 1950, Porter, então seminarista, trabalhou durante os verões no Cathedral Camp em East Freetown, Massachusetts. Molestava crianças em praticamente todas as oportunidades e foi denunciado por uma vítima a outro padre trabalhador. Nenhuma medida foi tomada e, de regresso a Revere, Porter molestou sexualmente numerosas crianças locais. Em 1960, Porter recebeu a sua primeira colocação como padre — numa escola que ia do jardim de infância ao oitavo ano, a Igreja e Escola Primária de St Mary, em North Attleborough. Durante um período de dois anos, o Padre Porter agrediu sexualmente dezenas de crianças com idades compreendidas entre os seis e os catorze anos. Decadas mais tarde, 68 destas vítimas relataram as suas experiências ao psicólogo James Daignault. «A primeira vez de que me lembro foi quando tinha onze anos», disse a Sr.ª Burns. «Ouvi alguém a

chorar na casa de banho da escola.» Quando entrou para ver quem era, encontrou o Padre Porter a violar uma rapariga de seis anos. «Tentei pará-lo, mas ele agarrou-me e cometeu sodomia comigo. Foi absolutamente violento. Disse-me que era mais forte do que eu e que tinha o poder de Deus.»

Stephen Johnson também contou as suas experiências a Daignault: «Quando eu gritava, ele punha a mão sobre a minha boca para que ninguém me ouvisse. James Porter agrediu-me sexualmente inúmeras vezes, e de cada vez castigava-me dizendo que o que eu tinha feito era muito mau e que Deus me puniria se eu contasse a alguém.»

Stephen, que era acólito na Igreja de St Mary de Porter em North Attleborough, expressou um sentimento que descreve com precisão não apenas o seu próprio trauma, mas o de inúmeras vítimas de padres pedófilos: «Vergonha e culpa tornaram-se o alicerce do meu ser.»

Em 1962, quando um grupo de pais e parentes de algumas das vítimas foi como delegação ver o pároco Padre Booth e o Padre Annunziato da Igreja de St Mary para se queixarem e exigirem medidas, o Padre Booth respondeu: «Ele já está a receber tratamento. O que estão a tentar fazer? Crucificá-lo?» Os registos diocesanos divulgados em 1992 revelaram que, a partir de 1962, o gabinete do Bispo Connolly tinha pormenores de mais de trinta rapazes que tinham sido abusados pelo Padre Porter, ao qual o sistema secreto foi aplicado vezes sem conta. Foi transferido para Fall River, a cerca de vinte e cinco milhas de North Attleborough. Continuou a abusar de crianças e, após mais queixas, foi transferido para New Bedford, a quinze milhas de Fall River. Os padres foram instruídos pelo Gabinete Diocesano para «vigiar o Padre Porter» porque ele tinha «um problema com rapazes pequenos». A vigilância foi inadequada, e a mais abusos sexuais de crianças pelo Padre Porter seguiu-se uma queixa à polícia de New Hampshire, que simplesmente escoltou o Padre Porter para fora da fronteira do estado e depois o libertou.

Em 1967, após ainda mais ataques contra crianças, o Gabinete Diocesano em Fall River enviou Porter para tratamento no centro de reabilitação gerido pelos Servos do Paráclito em Jemez Springs, Novo México. Após um período de tratamento, foi-lhe permitido sair à experiência para dizer missa em igrejas no Novo México e no Texas e também trabalhar como capelão num hospital pediátrico, onde abusou sexualmente de um paciente confinado a um gesso de corpo inteiro. Os registos do centro de reabilitação para o período notaram que o Padre Porter estava mais uma vez a ceder às «suas velhas fraquezas». Não curado, Porter recebeu uma carta de recomendação pelo Centro Paráclito para a paróquia de Bemidji, no Minnesota. Entre 1969 e 1970, enquanto esteve na paróquia, o Padre Porter abusou sexualmente de mais vinte a trinta crianças. Mais uma vez foi apanhado.

Eventualmente, em 1973, Porter fez um pedido por escrito ao Papa Paulo VI para lhe ser permitido deixar o sacerdócio. Na sua carta, disse ao Papa que tinha molestado um grande número de crianças em cinco estados diferentes. A sua dispensa papal foi concedida em 5 de janeiro de 1974. Dois anos mais tarde, Porter casou-se e posteriormente foi pai de várias crianças. Apesar desta normalidade exterior, continuava a ser um pedófilo ativo e molestou sexualmente vários rapazes locais na área do Minnesota onde vivia na altura. Em 1984, molestou uma ama adolescente que cuidava dos seus quatro filhos. Em 1987, molestou a irmã de quinze anos desta. Em 1989, Porter foi interrogado em conexão com o desaparecimento de um rapaz de onze anos, Jacob Wetterling. Durante o interrogatório por agentes do FBI, admitiu que, enquanto padre católico, tinha abusado sexualmente e molestado pelo menos trinta a quarenta crianças. O FBI não tomou qualquer medida.

Em 1992, o que tinha começado como uma cruzada individual de Frank Fitzpatrick, uma antiga vítima infantil do Padre Porter, culminou num programa de televisão no qual oito vítimas contaram os abusos que ele tinha perpetrado contra elas

muitos anos antes. O programa inspirou ainda mais vítimas a chegarem-se à frente, o que por sua vez desencadeou ainda mais publicidade. Foi esta exposição que irritou tanto o Cardeal Law ao ponto de invocar «o poder de Deus» sobre os meios de comunicação social.

Não obstante os esforços do Cardeal para suprimir a verdade, Porter foi indiciado no mesmo ano no Massachusetts por molestar vinte e oito crianças, infrações que ainda estavam dentro do prazo de prescrição. No mesmo dia foi também indiciado no Minnesota pela molestação da sua ama. Posteriormente, foi considerado culpado desta última infração e sentenciado a seis meses de prisão. Em 1993, confrontado com quarenta e uma acusações de atentado ao pudor, atos não naturais e sodomia envolvendo vinte e oito das suas vítimas, o antigo padre fez um acordo de negociação de pena e foi sentenciado a dezoito até vinte anos de prisão. Nessa altura, noventa e nove das suas vítimas tinham-se chegado à frente a partir das três paróquias. O número aproxima-se agora das 150 e continua a aumentar. A Igreja Católica pagou entre 5 milhões e 10 milhões de dólares em vários acordos às vítimas de Porter.

Por esta altura, um cardeal italiano descreveu-me o escândalo de abuso de crianças como uma «curiosa histeria americana que em breve murcharia e desapareceria». A sua atitude era comum no Vaticano. No entanto, foi explodida por mais revelações escandalosas à medida que a década de 1990 avançava. Em julho de 1997, um júri do Texas atribuiu a onze antigos acólitos 119,6 milhões de dólares. Foi o maior acordo conhecido num caso de molestação sexual por clérigos nos Estados Unidos. Apenas dez dos autores ainda puderam retirar algum benefício da indemnização: o outro, Jay Lemberger, deu um tiro em si próprio aos vinte e um anos de idade. O júri considerou que a Diocese Católica de Dallas e o abuso sexual pelo réu Padre Rudolph Kos foram a «causa imediata» do seu suicídio. Kos tinha abusado sexualmente de cerca de cinquenta rapazes entre 1981 e 1992.

Uma das vítimas testemunhou que o padre tinha abusado dele ao longo de um período de quatro anos a começar quando tinha dez anos. Outro disse ao júri que tinha sido abusado sexualmente por Kos mais de 350 vezes.

A dimensão da indemnização atordoou a Igreja Católica. Trouxe para mais perto a estimativa de mil milhões de dólares de perdas financeiras potenciais feita doze anos antes pelo Padre Doyle e pelos seus colegas, uma vez descartada como desvairadamente fantasiosa. Os advogados diocesanos e os advogados que representavam duas companhias de seguros, a Lloyds of London e a Interstate Fire and Casualty, foram para a guerra. Após uma gama de táticas que incluiu procrastinação interminável e incontáveis negociações, conseguiram eventualmente empurrar o valor do acordo para baixo, para 30 milhões de dólares, mas os alarmes estavam a soar em muitas residências de arcebispos, em lado nenhum mais alto do que em Boston.

O homem a tocar o alarme na residência do Cardeal Law era John Geoghan, ordenado padre em 1962 e desprovido do sacerdócio com a autoridade do Papa pelo Cardeal Law em 1998. Ao longo de trinta e um anos, Geoghan tinha servido em seis paróquias na área de Boston, deixando destroços humanos atrás de si em cada uma delas. Sucessivos bispos tinham operado o sistema secreto e transferido o pedófilo compulsivo, espalhando os seus danos por todo o lado. Na altura em que tinha sido desprovido do seu sacerdócio, a arquidiocese tinha resolvido doze ações cíveis contra Geoghan, pagando a pelo menos cinquenta vítimas um total de cerca de 10 milhões de dólares. Mas cinquenta vítimas em trinta anos estava longe de ser a contagem final para o Padre Geoghan e para aqueles que o tinham protegido conscientemente.

O Cardeal Law foi o último de uma longa linha a conceder a Geoghan facilidades que lhe permitiram continuar as suas atividades de pedofilia. Law não era, infelizmente, único. O muito

amado Cardeal de Chicago, Joseph Bernardin, e a maioria dos cardeais, arcebispos e bispos a funcionar nos Estados Unidos ao longo de toda a segunda metade do século XX também operaram o sistema secreto. Levou até janeiro de 2002 para que o estado conseguisse mover processos criminais contra o homem cujos protetores remontavam a muito antes do Cardeal Cody. À medida que a carreira de Geoghan como abusador sexual em série florescia, também floresciam as carreiras daqueles que o tinham auxiliado.

O Cardeal Humberto Medeiros tinha protegido o Padre Porter como Monsenhor. Como Cardeal, a controlar toda a arquidiocese, protegeu Geoghan. Os Bispos Daily, Banks, McCormack e Murphy também tinham no passado protegido o Padre Geoghan num número crescente de dioceses antes de seguirem em frente com promoções. O Arcebispo Alfred Hughes da Nova Orleães foi outro que protegeu Geoghan em tempos anteriores.

Em janeiro de 2002, o antigo padre foi considerado culpado de molestar sexualmente um rapaz de dez anos e sentenciado a oito até dez anos de prisão. Acusações criminais adicionais estavam agendadas para serem ouvidas em datas posteriores. Outras oitenta e seis vítimas estavam agora livres para mover ações cíveis contra Geoghan e a arquidiocese de Boston. Procuravam indemnizações contra o Cardeal Bernard Law. O caso concentrou o espírito do cardeal de forma maravilhosa. Em maio, Law tinha concordado num acordo com as oitenta e seis vítimas de 30 milhões de dólares. O conselho de finanças do cardeal estava agudamente ciente de que muitas outras vítimas de padres pedófilos estavam a observar os desenvolvimentos com os seus advogados. Recusaram o valor do acordo e os advogados do cardeal foram enviados de volta para a mesa de negociações.

O julgamento de Geoghan tinha desencadeado uma nova e extraordinária onda de reclamações por todos os Estados Unidos. Em abril de 2002, 177 padres tinham sido removidos em vinte e oito estados. Em junho, mais de 300 ações cíveis alegando abuso

sexual clerical tinham sido movidas em dezasseis estados. Os advogados confirmaram que outros 250 casos estavam a ser objeto de mediação informal entre dioceses e acusadores. Os advogados estimavam que levaria de dois a três anos para resolver os casos já movidos e novos casos emergiam praticamente todos os dias. Em junho, o número de padres que tinham sido demitidos ou que se tinham demitido desde janeiro tinha subido para 250. Cada previsão que o Padre Doyle, o Padre Peterson e Ray Mouton tinham feito no seu Manual consultivo em 1985 tinha-se concretizado.

Em meados de abril de 2002, muitos observadores consideravam que a posição do Cardeal Law como chefe da arquidiocese de Boston era insustentável. O escândalo Geoghan ainda tinha de ser resolvido e mais revelações chocantes estavam iminentes, incluindo as identidades de outros padres pedófilos protegidos pelo cardeal e pelos seus bispos. Os juízes de Boston estavam a começar a exercer o seu poder e a exigir que a arquidiocese entregasse os processos sobre dois destes, os Padres Mahan e Shanley. As atividades de Mahan alegadamente cobriam um período desde 1962 até à sua remoção do sacerdócio em 1998. Shanley era acusado de crimes que iam da pedofilia e defesa pública de relações sexuais entre homens e rapazes até ao ensino de jovens sobre como injetar heroína.

Os funcionários do Cardeal Law entrincheiraram-se e estavam a aplicar uma gama de táticas de procrastinação para evitar entregar os ficheiros incriminatórios, mas o relógio estava a mostrar «tempo esgotado» em todo o lado, exceto dentro do Vaticano. Em meados de abril de 2002, o Cardeal Law viajou secretamente para Roma. Para um homem habituado a chegadas e partidas com toda a pompa e cerimónia que convinham a um Príncipe da Igreja Católica Romana, foi uma experiência de sobriedade ser retirado clandestinamente da sua própria residência e apressado através do aeroporto de Logan como um fugitivo da justiça.

O Cardeal e o Papa eram amigos próximos, mas havia um abismo de perceção entre eles durante a reunião. A exposição de Bernard Law à cobertura dos meios de comunicação social, a maré crescente de protestos, não apenas do católico da rua, mas de pessoas dentro da hierarquia de Boston, não podia ser ignorada. Os apelos à sua resignação tinham vindo a aumentar de dia para dia. Law tinha-se recusado durante mais de dois meses a falar com os meios de comunicação social; não se considerava responsável quer perante o público em geral quer perante o seu rebanho católico. Prestava contas ao Papa e a mais ninguém. Tecnicamente a posição do Cardeal estava correta, mas nem os meios de comunicação social nem os católicos ordinários prestam muita atenção ao Direito Canónico.

Nos meses precedentes, o Cardeal tinha tentado vencer a contenda contratando consultores de relações públicas e abordando o escândalo a partir do seu púlpito. Quanto à responsabilidade, o Cardeal tinha-se limitado a pedir desculpa duas vezes e simultaneamente a culpar «conselhos médicos inadequados», «manutenção inadequada de registos de padres errantes» e «um foco excessivo dos meios de comunicação social no abuso sexual por clérigos».

Ao longo de todos os dezassete anos desde o caso Gauthe, nem o Papa nem os seus conselheiros séniores tinham confrontado o cancro da pedofilia dentro da Igreja Católica. Foi uma omissão extraordinária e uma falha devastadora com consequências de longo alcance. Nas suas reuniões, o Cardeal Law tentou atualizar o Vaticano quanto aos desenvolvimentos dentro da arquidiocese de Boston. Quando o Arcebispo Marcinkus tinha vindo queixar-se da surra que estava a apanhar por causa da sua má gestão do Banco do Vaticano, o Papa tinha descartado levianamente o assunto como algo a ser ignorado. Durante muitos dos dezassete anos precedentes tinha adotado em grande parte a mesma atitude perante os abusos sexuais cometidos pelos seus padres, bispos e religiosos. Mesmo agora, com o

Cardeal de Boston sentado à sua frente a relatar o caso Geoghan, o caso Shanley, o caso Porter e outros, o Papa estava inclinado a culpar influências fora do clero. Quando o Cardeal ofereceu a sua resignação, o Papa afastou a oferta com um gesto. «O seu lugar é à frente da Arquidiocese.» E enviou-o de volta para Boston.

O Papa estava convencido há muito tempo de que «este problema» era exclusivo dos Estados Unidos e que se extinguiria por si próprio. Tinha optado por ignorar uma realidade global e a sua inação contínua tinha garantido uma situação em constante deterioração que nenhuma quantidade de mensagens nos meios de comunicação social poderia resolver. Talvez inevitavelmente, a Igreja decidiu-se por um exercício de relações de imprensa. A profunda aversão do cardeal de Boston aos meios de comunicação social, os quais culpava em grande parte pela crise, garantiu que continuaria a tratá-los com desprezo. Ninguém tinha sido informado de que ele ia a Roma e ninguém ia conseguir entrevistá-lo agora que estava de volta a Boston. Optou por fazer uma declaração à imprensa. Tendo na semana anterior oferecido a sua resignação ao núncio papal em Washington e ao Papa em Roma, e tendo sido instruído para ignorar os seus críticos, disse: «Regresso a casa encorajado nos meus esforços para proporcionar a liderança mais forte possível para garantir, tanto quanto é humanamente possível, que nenhuma criança seja alguma vez abusada novamente por um padre desta arquidiocese.»

Era uma declaração admirável, mas era óbvio que, em vez de estender a mão ao seu rebanho de mais de dois milhões de almas através de todos os canais de informação disponíveis, o cardeal, com a aprovação do Papa, tinha escolhido uma forma esotérica de comunicação.

«É minha intenção abordar detalhadamente o registo do tratamento destes casos pela arquidiocese, revendo o passado de uma forma tão sistemática e abrangente quanto possível, para que as questões legítimas que foram levantadas possam ser

respondidas. As instalações da Boston Catholic Television e do *The Pilot* ajudarão a disponibilizar este registo.»

Considerou apenas um canal minoritário e a revista paroquial competentes para transmitir a informação sobre uma história com ramificações nacionais e internacionais. Como exemplo de como perder amigos e alienar pessoas, foi definitivo.

O *Boston Globe and Mail* publicou a declaração do Cardeal Law, bem como os resultados da sua mais recente sondagem sobre o escândalo. Esta mostrava que 65 por cento achavam que Law deveria deixar o seu cargo, 71 por cento achavam que o cardeal tinha feito um mau trabalho a gerir os vários casos de abuso sexual de crianças por padres e 53 por cento diziam que tinham agora perdido a confiança na Igreja Católica como instituição por causa do escândalo. A sondagem auscultou 800 adultos católicos. Enquanto isso, os advogados redobravam os seus esforços para obter os registos arquidiocesanos sobre o Padre Shanley e outros pedófilos, e os juízes insistiam para que o Cardeal Law fizesse um depoimento formal e fornecesse os ficheiros arquidiocesanos sobre o Padre Geoghan.

O Vaticano anunciou então que o Papa tinha convocado todos os cardeais americanos a Roma. Muitos observadores nos Estados Unidos viram isto como um passo positivo, um sinal de que o Papa João Paulo II ia finalmente tomar as rédeas da crise mais grave a confrontar o seu papado desde o colapso do Banco Ambrosiano. Os cínicos dentro da Cidade-Estado acenaram com a cabeça e sorriram. Concordavam plenamente com os comentários do Cardeal Darío Castrillón Hoyos, Chefe da Congregação do Vaticano para o Clero, que apenas três semanas antes descartara a preocupação dos meios de comunicação social com o escândalo nos Estados Unidos. Hoyos acreditava que a agenda do Santo Padre não deixava tempo para preocupações sobre o abuso de crianças. Declarou levianamente: «O Papa está preocupado com a paz no mundo.»

De 1978 até abril de 2002, o Papa tinha deliberada e estudiosamente evitado quaisquer referências públicas à epidemia global de abuso sexual por parte dos seus padres e membros de ordens católicas, à exceção de alguns comentários oblíquos. Tinha falado em março de 2002 de «uma sombra escura de suspeita» que tinha sido lançada sobre os padres «por alguns dos nossos irmãos que traíram a graça da ordenação» e sucumbiram às «formas mais graves do mistério do mal em ação no mundo». Não conseguiu convencer-se a pronunciar a palavra pedofilia.

Igualmente silencioso esteve o Prefeto da Congregação para a Doutrina da Fé — a CDF — o Cardeal Ratzinger. O que tornou o seu fracasso em vir a público sobre o escândalo mundial de abusos sexuais clerical inexplicável foi o facto de, pelo menos desde junho de 1988, por ordem direta do Papa João Paulo II, a CDF ter ficado devidamente autorizada a investigar e julgar uma série de abusos sexuais clericais, incluindo a «violação contra o sexto mandamento do Decálogo cometida por um clérigo com um menor abaixo dos dezoito anos de idade».

A única exceção significativa ao silêncio papal foi um parágrafo curioso, escondido num documento de 120 páginas que resumia os temas de um Sínodo dos Bispos da Oceânia realizado no Vaticano em 1998. «O abuso sexual por parte de alguns clérigos e religiosos causou grande sofrimento e dano espiritual às vítimas. Tem sido muito prejudicial para a vida da Igreja e tornou-se um obstáculo à proclamação do Evangelho. Os padres sinodais condenaram todos os abusos sexuais e formas de abuso de poder, tanto no seio da Igreja como na sociedade em geral.»

Embora o discurso date de 1998, ninguém no Vaticano considerou adequado disponibilizá-lo ao público até ser colocado na Internet a 22 de novembro de 2001. Os comentários foram amplamente entendidos no Vaticano como não se referindo ao abuso de crianças, mas a outro aspeto do abuso sexual clerical e religioso, um aspeto que é analisado mais adiante nesta secção.

Apenas três dias antes de os cardeais dos EUA deverem chegar ao Vaticano, o Papa proferiu uma forte reafirmação da importância do celibato sacerdotal. As suas observações foram vistas como tirando o tapete de debaixo dos pés de alguns dos cardeais dos EUA que, uma semana antes, se tinham manifestado publicamente a declarar que toda a questão do celibato deveria ser reexaminada. Muitos acreditavam que a imposição do celibato estava diretamente ligada a uma proporção significativa dos casos de abuso sexual clerical. O Papa não estava preparado para discutir sequer esta ideia. O seu elogio ao celibato sacerdotal foi proferido na presença dos bispos nigerianos de visita, que interpretaram os comentários como referindo-se ao facto de, em África, muitos padres se entregarem a relações sexuais regulares com mulheres.

A imagem do Papa sentado num estrado ligeiramente elevado, com doze cardeais americanos dispostos numa longa ferradura diante dele e dois membros sénior da Cúria de pé atrás dele, permanece na memória. As câmaras tinham sido autorizadas a entrar brevemente para registar parte do discurso de boas-vindas do Papa e as observações finais. Isto pretendia ser a primeira etapa no exercício de relações de imprensa do Vaticano. O discurso continha de facto uma série de frases para captar manchetes:

«O abuso que causou esta crise é, por todos os padrões, errado e justamente considerado um crime pela sociedade; é também um pecado terrível aos olhos de Deus. Às vítimas e às suas famílias, onde quer que estejam, exprimo a minha profunda solidariedade e preocupação.

.

. As pessoas precisam de saber que não há lugar no sacerdócio e na vida religiosa para aqueles que possam fazer mal aos jovens...»

«.. . Devido ao grande dano causado por alguns padres e religiosos, a própria Igreja é vista com desconfiança, e muitos ficam ofendidos com a forma como os líderes da Igreja são percecionados como tendo agido nesta matéria... O abuso dos jovens é um sintoma grave de uma crise que afeta não só a Igreja, mas a sociedade como um todo.»

Defendendo a Igreja Católica na América, o Papa falou de como esta tinha sempre promovido valores humanos e cristãos com «grande vigor e generosidade, de forma a ajudar a consolidar tudo o que é nobre no povo americano». Essa era uma proposição altamente discutível, tal como a sua imagem da Igreja nos Estados Unidos e no mundo em geral: «Uma grande obra de arte pode ser manchada, mas a sua beleza permanece; e esta é uma verdade que qualquer crítico intelectualmente honesto reconhecerá.»

Enquanto os cardeais se sentavam dentro do Vaticano a discutir o escândalo do abuso de crianças, em Filadélfia a Procuradora Distrital anunciava uma investigação de um grande júri sobre alegações de abuso sexual contra trinta e cinco padres locais. O alegado abuso estendia-se ao longo dos cinquenta anos anteriores. Sondagens de opinião no *Washington Post* e na *ABC News* indicavam que 75 por cento dos americanos acreditavam que a imagem da Igreja estava profundamente manchada.

A reunião concluiu com o Papa e os seus cardeais americanos de acordo sobre a necessidade de erradicar os padres pedófilos com uma política de tolerância zero. Foi dada aos cardeais a tarefa expressa de criar diretrizes para lidar com a crise, as quais seriam apresentadas à Conferência dos Bispos Católicos dos EUA em junho, em Dallas. Os cardeais americanos deram depois uma conferência de imprensa e responderam a perguntas da enorme multidão de repórteres. O ponto principal na agenda dos meios de comunicação social era saber se o Cardeal Law se tinha ou não demitido. A aposta mais provável era que o tempo de Law como chefe da arquidiocese de Boston tinha terminado. Não pela primeira vez, a aposta mais provável estava errada.

Dos doze cardeais, apenas três compareceram à conferência de imprensa: os nove ausentes incluíam o Cardeal Law, que não se tinha demitido. Embora a maioria dos seus colegas quisesse que ele assumisse a responsabilidade e se demitisse, o Papa recusou-se a deixá-lo sair. Em considerável desordem, os cardeais e os seus seguidores regressaram aos EUA.

As evidentes divisões dos cardeais não eram nada em comparação com as dos conselheiros do Papa. Muitos deles ainda acreditavam que este era um problema americano. Estavam também profundamente divididos sobre o aparente compromisso do Papa com a tolerância zero.

A denúncia perentória do Papa sobre o abuso sexual clerical e religioso em abril de 2002 tinha sido precedida por uma negação quase completa do escândalo. Uma ação firme tomada no início do seu papado não teria apagado as obscenidades perpetradas antes de outubro de 1978, mas através da transparência e do confronto honesto, e de uma abolição rápida do sistema secreto, João Paulo II teria poupado à Igreja muito desgosto e, mais importante, teria evitado sofrimento e dor indizíveis para as vítimas que ainda estavam por vir. Ao estender também a mão com aconselhamento, compensação e compaixão àqueles que já tinham sido abusados, a Igreja poderia ter começado a sua cura quase trinta anos antes. Para alguns, agora essa cura nunca poderá começar.

Celebrando a Jornada Mundial da Juventude em Denver, Colorado, em 1993, o Papa tinha aludido ao escândalo que já convulsionava a América há quase dez anos. Disse a uma plateia repleta que partilhava as preocupações dos bispos dos EUA pela «dor e sofrimento causados pelos pecados de alguns padres». Não mencionou a dor e o sofrimento causados pelos bispos através do funcionamento do sistema secreto, nem apoiou quaisquer punições específicas para os infratores. O sofrimento das vítimas seria aliviado «pela oração». A causa dos escândalos de abuso nos EUA era uma «falsa moralidade generalizada. . . A América

precisa de muita oração para não perder a sua alma». As questões do controlo de natalidade e do aborto «têm causado tensões entre os católicos dos EUA e o Vaticano... a polarização e a crítica destrutiva não têm lugar na Igreja». Algumas semanas mais tarde, o Vaticano divulgou um comunicado a reiterar a sua alegação de que o abuso sexual por parte do clero era um problema americano e canadiano.

Entre os que ouviam o Papa em Denver encontrava-se um número de vítimas deste problema «norte-americano».

Um deles era Tom Economus, um ex-acólito que tinha sido violado e regularmente abusado por um amigo da família e mentor, o Padre Don Murray. Durante a minha investigação para esta parte, entrevistei Tom Economus e ele relatou em detalhe como Murray o tinha manipulado e usado. Relatou também como, quando posteriormente procurou aconselhamento, o padre a quem recorreu em busca de ajuda tentou violá-lo.

O Padre Murray tinha sido um «alcoólico fora de controlo», o conselheiro «estava simplesmente fora de qualquer controlo». Economus tornou-se membro da dissidente Igreja Católica Independente e foi ordenado padre. Devido às suas experiências, Economus tornou-se um defensor poderoso das vítimas de abusos por parte do clero. Liderou esforços para expor os perpetradores e exigiu prestação de contas aos líderes religiosos. Tornou-se também Presidente da Linkup, um grupo de apoio a vítimas de abusos clericais de todas as confissões religiosas.

Perguntei-lhe sobre a sua presença em Denver. Respondeu: «Era evidente para mim no início dos anos 1990 que nem o Vaticano nem o Papa iam a lado nenhum com a questão do abuso sexual pelo clero. A Jornada Mundial da Juventude em Denver, quando o Papa ia rezar com mais de 150 000 jovens, pareceu um bom lugar para marcar uma posição. Estávamos a demonstrar em nome das vítimas. Tinha juntado quase 3 000 cartas de vítimas e das suas famílias. Apresentei-as à equipa de segurança do

Vaticano para serem entregues ao Papa. Recusaram-se a aceitá-las. Atiraram-nas para o chão. Trouxe-as de volta para este escritório e enviei-as para o Vaticano. Nunca obtive resposta.»

O Padre Economus observou: «Cerca de dois meses mais tarde, o escândalo de Mount Cashel explodiu na Terra Nova. No espaço de um ano, vinte e oito países estavam envoltos no problema "norte-americano".» Em março de 2002, Tom Economus, com quarenta e seis anos, morreu de cancro na sua casa em Chicago. O Padre Economus é um de uma longa lista de vítimas ignoradas pelo Vaticano e pelo Papa.

Os exercícios de relações de imprensa para o Papa variaram entre conversar com Bono, o vocalista dos U2, e oportunidades fotográficas com Fidel Castro, mas as vítimas de abusos sexuais clericais não são vistas como uma boa RP. João Paulo II fez numerosos discursos a castigar «formas ofensivas particulares de injustiça». Destacou a «violência contra as mulheres e contra as crianças de ambos os sexos. . . a prostituição forçada e a pornografia infantil, e a exploração de crianças no local de trabalho em condições de verdadeira escravatura». Mas nunca se referiu à exploração de crianças e à sua verdadeira escravatura sexual por parte de milhares dos seus padres. Embora muitas das vítimas tenham tentado encontrar-se com ele, não há um único caso conhecido de um encontro desse tipo.

O silêncio do Papa foi deliberado. Trouxe consigo da Polónia para o Vaticano práticas que tinha adotado ao longo de toda a sua vida como padre. Estas incluíam um ódio patológico e intenso a qualquer revelação que indicasse que a Igreja Católica não era uma instituição perfeita. Todo o desacordo deve ser mantido à porta fechada, quer se trate de política da Igreja, de comportamento escandaloso ou de atividade criminosa.

Durante a terceira visita do Papa à Áustria, em junho de 1998, deu uma ilustração da sua crença de que o abuso de crianças e outros assuntos semelhantes não deveriam ser

discutidos publicamente. O Papa tinha feito um esforço para proteger o seu amigo próximo, o Cardeal Hans Hermann Groer, contra as exigências de centenas de milhares de austríacos para a sua demissão, após provas convincentes de que o Cardeal tinha abusado sexualmente de rapazes jovens. O Papa descartou as provas, embora elas demonstrassem que o Cardeal tinha sido um pedófilo persistente ao longo de muitos anos. Muito mais importante para o Papa era que o Cardeal Groer partilhava da sua obsessão mariana. Eventualmente, ele e os seus conselheiros foram forçados a reconhecer que a controvérsia não abrandaria e, um mês antes da sua visita de 1998, o Papa tinha-se visto tristemente forçado a concordar com a exigência nacional para que Groer deixasse o seu cargo. Ao chegar à Áustria, procurava bodes expiatórios. Numa reunião privada com os bispos austríacos, repreendeu-os severamente por não terem conseguido suprimir a indignação pública, que tinha culminado numa petição assinada por mais de 500 000 austríacos a exigir uma vasta gama de reformas. Ficou particularmente enfurecido com o debate aberto sobre o abuso sexual clerical: «como qualquer casa que tem divisões especiais que não estão abertas aos convidados, a Igreja também precisa de divisões para conversas que exigem privacidade.»

A insistência em tal segredo no que tocava ao lavar do linho sujo da Igreja era uma obsessão de toda a vida de Wojtyla. Como bispo em Cracóvia, a ausência de dissensão pública e a não exposição das falhas da Igreja constituíam o décimo primeiro mandamento. Em 1980, o fecho dos bispos holandeses numa sala do Vaticano até repudiarem as posições que mantinham desde o Concílio Vaticano II indica com que rigidez o falecido Papa aplicava tais táticas. Aos bispos austríacos, Wojtyla deixou muito claro que os crimes do Cardeal Groer de reiterado abuso sexual de jovens não eram nada em comparação com o crime de dar publicidade a esse abuso.

Três anos mais tarde, a preocupação papal com o segredo e com o encobrimento foi novamente demonstrada numa carta enviada a todos os bispos do mundo. Vinha do Cardeal Joseph Ratzinger, na sua qualidade de chefe da Congregação da Fé, mas uma carta apostólica posterior do Papa deixou claro que a «iniciativa» era sua. Ratzinger informou os bispos de um novo conjunto de normas que cobriam o controlo jurídico de casos de abuso sexual por padres. As regras, que davam o controlo de quaisquer processos à Congregação de Ratzinger, impunham o «segredo pontifício» a todos esses casos, que seriam julgados por um júri exclusivamente clerical. Padres a julgar a palavra de uma vítima contra a palavra de um colega padre não era um cenário para inspirar confiança. Um bispo sediado no Vaticano observou, com algum pesar: «estas regras vão dar a aparência de um "encobrimento". Isto porque são um encobrimento. Quanto ao que alguns dizem neste lugar — que o segredo é necessário para proteger tanto o acusador como o acusado —, eles têm claramente de perceber o que aqui seria uma ideia verdadeiramente radical: que a justiça não deve apenas ser feita; deve ver-se que é feita.»

Entre as muitas vítimas de abuso sexual que subscreveriam de todo o coração esse sentimento estão nove dos sobreviventes de pelo menos trinta que alegaram em depoimentos sob juramento ter sido continuamente abusados sexualmente por um padre em particular ao longo de três décadas, desde os anos 1940 até aos anos 1960. O padre em questão é o Padre Marcial Maciel Degollado, o fundador e superior geral dos Legionários de Cristo. Os nove homens, agora no final dos seus cinquenta e meados dos seus sessenta anos, tinham sido todos, enquanto jovens rapazes, membros fundadores dos Legionários.

Juan J. Vaca foi recrutado pelo Reverendo Maciel Degollado aos dez anos de idade, enquanto vivia com os seus pais no México. Maciel disse-lhes que «via algo de especial em Juan» e ofereceu ao rapaz a oportunidade de uma boa educação num seminário que estava a criar. Lisonjeados, os pais aceitaram e

quando, dois anos mais tarde, Maciel lhes disse que gostaria de levar Juan, juntamente com vários outros rapazes, «para o meu seminário no norte de Espanha para formação especial com a ordem», Juan recordou que houve «lágrimas por parte da minha mãe, mas, tal como o meu pai, ela viu isto como uma oportunidade maravilhosa».

Como Vaca recordou:

«fomos isolados do mundo exterior por Maciel, todos os contactos eram controlados por ele e a minha correspondência era censurada. Pouco tempo depois de chegar a Espanha, ele começou a abusar sexualmente de mim. A primeira vez que isto aconteceu, quando ele terminou, fui para sair do seu quarto e ele perguntou-me para onde eu ia. "À confissão. Quero a absolvição pelo que acaba de acontecer." Disse-me que ele próprio me daria a absolvição, o que fez.»

Foi o início de anos de abuso sexual em que a vítima sentia continuamente culpa, mas o perpetrador nunca parecia senti-la. Maciel tinha explicado que sofria regularmente de dores de estômago e dores nos genitais, que só podiam ser aliviadas por masturbação frequente. «Em breve,» recordou Juan, «tomei consciência de que ele estava a abusar de muitas das outras vinte e três crianças que eram minhas colegas de escola.»

Para Juan, o abuso continuou durante quase dez anos, durante os quais experimentou «uma intensa confusão ética e espiritual, medo, vergonha e ansiedade. Suportei incontáveis dias de stresse severo e noites de insónia debilitante».

Passaram doze anos até que a Juan fosse permitido ver os seus pais novamente. O jovem bonito de dez anos era agora um jovem de vinte e dois anos muito perturbado. Posteriormente, enquanto estava na residência dos Legionários em Roma, Juan ganhou coragem para confrontar Maciel e denunciá-lo, mas a tentativa do jovem de exorcizar o demónio que enfrentava terminou com o homem mais velho a inverter a situação e, depois

de humilhar Juan, a exilá-lo de volta para o norte de Espanha como punição. Ficaria lá durante seis anos.

Assumindo que tinha quebrado o espírito de Juan, Maciel convenceu-o a entrar no sacerdócio. Juan, agora padre, foi nomeado Vice-Reitor e Director Espiritual do seminário no norte de Espanha. Posteriormente, quatro estudantes adolescentes foram ter com ele para denunciar o Reitor por os abusar sexualmente. Juan recorda a ironia dessa situação: «Eu sabia que o Reitor, tal como eu, era uma das vítimas originais de Maciel quando éramos todos pré-adolescentes. Tínhamos agora abusos de segunda geração.»

Juan informou Maciel do que tinha ocorrido. «Deu-me instruções para que todos os vestígios do abuso fossem encobertos. O perpetrador foi demitido do seu cargo e imediatamente transferido em segredo para uma missão na península de Iucatão, no México. Pelo meu "bom trabalho" a encobrir a confusão, o fundador recompensou-me com a nomeação para superior e presidente da Legião de Cristo nos Estados Unidos. Em 1976, após cinco anos nesse cargo, demiti-me e confrontei Maciel e denunciei-o e, três meses mais tarde, em outubro de 1976, denunciei formalmente Maciel ao Vaticano, através dos canais adequados do meu bispo, o Reverendo John R. McGann, e da embaixada do Vaticano em Washington.»

Desde então, Juan fez um sucesso impressionante da sua vida. Quando o entrevistei no final de 2004, sabia que ele tinha sido Professor de Psicologia e Sociologia no *Campus* de Manhattan do *Mercy College* nos últimos cinco anos. Todas as outras vítimas sobreviventes alcançaram também um sucesso considerável nas suas respetivas vidas. No que diz respeito aos abusos sexuais que sofreram por parte do Reverendo Marcial Maciel Degollado, não procuram compensação financeira. Escreveram primeiro ao Papa João Paulo II logo após a sua eleição em 1978 e novamente em 1989, simplesmente procurando o reconhecimento oficial de que tinham sido abusados

sexualmente por um homem que ele tinha na mais alta consideração. O Monsenhor John A. Alesandro, um canonista na diocese de Rockville Centre, confirmou que, em ambos os casos, a correspondência a solicitar uma investigação sobre Maciel tinha sido encaminhada para o Papa.

Ao longo dos anos, houve várias investigações sobre o Padre Maciel por parte do Vaticano. Estas incluíram um período de dois anos, entre 1956 e 1958, em que foi suspenso das suas funções como Superior Geral da Legião após alegações de consumo de drogas, uso indevido de fundos e «outras irregularidades». Um estudo atento da vida do Padre Maciel indica que ou ele teve uma existência abençoada por uma sorte invulgar ou teve protetores muito poderosos.

Para a primeiríssima das suas numerosas peregrinações pastorais, o Papa João Paulo II foi ao México. Embora um país maioritariamente católico, devido à sua história durante a primeira metade do século XX, o México era constitucionalmente anticlerical. Oficialmente, a Igreja não existia. Os bispos mexicanos, e não o governo, tinham convidado o Papa a um país que não tinha relações diplomáticas com o Vaticano. A família do Presidente López Portillo era inteiramente católica devota e o Padre Maciel era confidente da mãe do Presidente e, particularmente, da irmã que era secretária confidencial do Presidente. Como resultado, Portillo ouviu-os e passou por cima das objeções dos ministros do seu governo. Não obstante, o Papa foi convidado não como chefe de Estado, mas como um visitante a necessitar de visto.

Durante a sua visita ao México, o Papa e o seu secretário, o Padre Dziwisz, expressaram a sua gratidão ao Padre Maciel pela sua intervenção atempada. Ficaram ambos profundamente impressionados pelo homem que tinha criado os primórdios do seu «exército espiritual» quando era ainda um mero estudante de teologia de vinte anos. Antes de ser inspirado a fazer isto, em 1941, já tinha sido expulso de dois seminários por aquilo que a

sua história oficial descreve como «desentendimentos» e tinha sofrido uma suspensão de dois anos das suas funções enquanto uma série de acusações era investigada. Embora em 1979 o Papa tivesse recebido, apenas recentemente, alegações extremamente detalhadas de contínuos abusos sexuais por parte de Maciel, vindas de nove das suas vítimas, tal não deu que pensar nem a ele nem ao seu secretário.

Maciel nunca esteve longe do lado deles durante o resto da viagem.

Os Legionários de Cristo floresceram ao longo dos anos subsequentes. Partilhavam muitas características com o Opus Dei, e ainda partilham. Ambos são altamente secretos, impõem um regime de obediência total e inquestionável, recrutam agressivamente, são ricos e, o mais importante, ambos têm tido o ouvido do Papa e do mais poderoso secretário papal há setenta anos. Quando o Opus Dei e os Legionários de Cristo quiseram estabelecer universidades eclesiásticas em Roma (com base no argumento de que só eles podiam ensinar verdadeiros princípios ortodoxos), enfrentaram a oposição de todas as universidades eclesiásticas existentes e da Congregação para a Educação. Tiveram lugar conversações discretas com Dziwisz e, decorrido o tempo apropriado, um decreto papal anunciou a formação de duas novas universidades.

As queixas apresentadas pelos nove ex-membros dos Legionários de Cristo em 1989 ganharam um novo impulso quando uma décima queixa, vinda de Juan Amenabar, em fase terminal, foi enviada para o Vaticano em 1995. Amenabar era um antigo padre da ordem de Maciel e, enquanto jazia a morrer, ditou uma acusação demolidora contra o Reitor. Tinha sido movido a fazê-lo por uma declaração do Papa, escassos meses antes, que descrevia Maciel como «um guia eficaz para a juventude».

Em 1998, encorajados pelo núncio papal na Cidade do México, os sobreviventes moveram um processo contra Maciel ao

abrigo do direito canónico. Nunca tinham procurado compensações, nem sequer pedidos de desculpa; procuravam apenas a responsabilização por parte da Igreja pela má conduta sexual de Maciel. Três anos mais tarde, em dezembro de 2001, o Vaticano suspendeu a investigação de direito canónico, «por enquanto», sem apresentar razões ou pormenores.

Em dezembro de 2004, foi dito às vítimas que um procurador do Vaticano, pertencente à Congregação para a Doutrina da Fé, iria realizar um inquérito formal. Juan J. Vaca permanece cético. «Não tenho confiança absolutamente nenhuma na burocracia do Vaticano. Mesmo agora estão a tentar encobrir o facto de o Papa estar a morrer.» As desconfianças de Juan Vaca tinham fundamento. O Cardeal Ratzinger ordenou secretamente que o inquérito parasse «para poupar o Santo Padre a qualquer embaraço».

O Vaticano tinha menos controlo sobre os acontecimentos nos Estados Unidos. Quando o Cardeal Law regressou da reunião de abril de 2002 no Vaticano, tentou retomar as coisas exatamente onde as tinha deixado. A Igreja retomou as suas táticas de adiamento para evitar que os tribunais e os advogados das vítimas tivessem acesso aos ficheiros. Como resultado, o cardeal recebeu ordens de juízes para prestar depoimento sob juramento no caso do Padre Shanley e nos processos em curso contra o despromovido do estado clerical John Geoghan. O espetáculo foi humilhante não apenas para o cardeal, mas para todos os católicos romanos nos Estados Unidos. Teria sido evitável se o Cardeal Law e os seus conselheiros tivessem aceitado que numa democracia ninguém está acima do processo judicial.

O Padre Shanley foi acusado de abusar sexualmente de um rapaz de seis anos e de o violar continuamente ao longo de muitos anos. Em fevereiro de 2005, foi considerado culpado das acusações e condenado a cumprir uma pena de doze a quinze anos de prisão. Os ficheiros mostravam que, ainda em 1997, o Cardeal Law continuava a julgar Shanley merecedor de uma calorosa e

elogiosa carta de apresentação. Era como se as 1 600 páginas do ficheiro de Shanley na chancelaria de Boston nunca tivessem existido. Law alegou que tinha transferido Shanley pela arquidiocese «sem consultar os ficheiros».

Em setembro, a queixa inicial apresentada por oitenta e seis vítimas de John Geoghan foi liquidada pelo valor reduzido de 10 milhões de dólares. Isto deixou o caminho livre para a queixa seguinte, apresentada por vítimas adicionais do mesmo antigo padre, cujo número tinha subido para mais de 200.

Enquanto cenários semelhantes se desenrolavam por todo o país, os bispos tinham também estado a debruçar-se sobre a tarefa que tinham trazido da reunião de abril com o Papa. Um mês após terem partido do Vaticano, em maio de 2002, o Papa viu-se obrigado, mais uma vez, a abordar o escândalo de abusos sexuais — desta vez numa conversa privada com o Presidente George Bush. Confrontado com a imagem de grandes partes dos Estados Unidos em tumulto, o Presidente (um cristão renascido) estava ansioso por que as suas abrangentes iniciativas de base comunitária e religiosa não fossem prejudicadas pelas repercussões. O Papa assegurou-lhe que os católicos nos EUA superariam o escândalo atual e «continuariam a desempenhar um papel importante na construção da sociedade americana». Esta era, naturalmente, a mesma sociedade americana que o Papa tinha declarado ser em grande parte responsável pela crise.

Wojtyla continuou a evitar qualquer contacto próximo com o escândalo e, em julho de 2002, embarcou numa viagem de doze dias ao Canadá, México e Guatemala. O facto de não ter feito sequer uma paragem simbólica nos Estados Unidos foi visto por muitos católicos americanos como uma atitude deliberada de desprezo e como uma prova acrescida do quão alheio à realidade ele se encontrava. Dentro do Vaticano, essa reação foi vista como mais uma prova de que a resposta americana ao escândalo era «exagerada, até mesmo histérica».

Quando vítimas canadianas de abusos sexuais clericais solicitaram um encontro com o Papa durante as celebrações da Jornada Mundial da Juventude em Toronto, obtiveram uma resposta semelhante à dada ao falecido Padre Tom Economus: «o Papa está demasiado ocupado para conceder tempo a um encontro desses». Estava igualmente demasiado ocupado para abordar o tema dos abusos sexuais por parte do clero em qualquer momento da sua digressão.

Por essa mesma altura, os bispos americanos reuniram-se em Dallas para encontrar a solução para o problema. As palavras de ordem do momento eram «tolerância zero, à primeira infração estás fora». Durante a conferência de dois dias, o Bispo Wilton Gregory fez a declaração de contrição mais inequívoca proferida por qualquer figura sénior da Igreja desde o início da crise. No final da conferência, declarou: «A partir deste dia, ninguém de quem se saiba ter abusado sexualmente de uma criança trabalhará na Igreja Católica nos Estados Unidos.» Não obstante, a reunião teve dificuldades em definir abuso sexual e em fornecer salvaguardas para padres que pudessem ser injustamente acusados. Falharam em dar uma garantia de que as normas que procuravam estabelecer seriam aplicadas de forma justa. Negligenciaram a afirmação de que os próprios bispos estariam sujeitos à disciplina proposta. Acima de todas as outras omissões, uma em particular era estarrecedora: falharam em abordar as causas profundas do abuso sexual clerical.

As linhas de comunicação entre Dallas e o Vaticano começaram a ficar seriamente ocupadas. O Vaticano estava «preocupado com o facto de algumas das propostas poderem entrar em conflito com o direito canónico». O Vaticano acreditava «que alguns dos vossos membros estão a ser indevidamente pressionados tanto por grupos de pressão (grupos de apoio às vítimas) como pela comunicação social». O Vaticano optou por ignorar uma sondagem de opinião recente que mostrava 87 por

cento dos católicos dos EUA a favor de uma política de tolerância zero.

O documento de Dallas não exigia, na verdade, uma perda automática do estado clerical ou uma proibição total de atividades sacerdotais. Um padre considerado culpado seria proibido de exercer o ministério público e de trabalhar com paroquianos, mas não seria automaticamente expulso do sacerdócio. Dependendo das circunstâncias particulares, o padre teria a oportunidade de funcionar «num ambiente controlado», tal como um «mosteiro». Embora publicamente os bispos tivessem aprovado o documento por 239 votos contra 13, muitos estavam descontentes com as decisões, que seriam vinculativas, enquanto outros sentiam que as diretivas e a nova política não iam suficientemente longe.

Enquanto os bispos dos EUA realizavam a sua reunião, o Cardeal Oscar Rodríguez Maradiaga, das Honduras, considerado por muitos como um forte candidato do Terceiro Mundo à sucessão do Papa João Paulo II, veio a público com pontos de vista que a maioria no Vaticano subscrevia — mas habitualmente apenas em privado. Para o Cardeal Maradiaga, a razão pela qual os Estados Unidos estavam enfurecidos com o abuso sexual clerical era a grosseira exageração «pela comunicação social», que estava decidida a «perseguir a Igreja» devido à sua posição firme sobre o aborto, a eutanásia, a contraceção e a pena de morte. Quanto ao Cardeal Law, estava a ser vitimizado como se fosse «um réu num julgamento encenado por Nero ou Estaline». O Cardeal declarou que Ted Turner, o fundador da rede de notícias CNN, era «abertamente anticatólico. Para não mencionar jornais como o *New York Times*, o *Washington Post* e o *Boston Globe*, que foram protagonistas daquilo que defino como uma perseguição contra a Igreja». Fez também questão de dizer ao mundo que grande homem o Cardeal Law era.

O Cardeal Maradiaga fez as suas observações durante uma entrevista à revista italiana *30 Days*. Mal tinha saído do edifício, o seu colega mexicano, o Cardeal Norberto Rivera, entrou e

praticamente repetiu a denúncia de Maradiaga. Alguns meses mais tarde, um terceiro cardeal da América Central, Miguel Obando y Bravo, de Manágua, na Nicarágua, concedeu uma entrevista à mesma revista (nada orquestrado, naturalmente) e disse: «Quem ataca hoje o Cardeal Law não deve reconhecer a força do seu envolvimento, o peso do seu ministério e a coerência da sua vida.» Sentia-se seguro de que os fiéis católicos de Boston reconheceriam a «pepita de ouro» na personalidade do Cardeal Law, a qual «continua a brilhar». O resto da sua entrevista limitou-se em grande parte a mais uma vilipendiação da comunicação social americana.

Logo em maio, um outro cardeal latino-americano, Eugenio Araújo Sales, do Brasil, tinha liderado o ataque às alegações, descrevendo-as como «expostas em excesso — muitas são acusações antigas — e correspondem a menos de metade de 1 por cento de 46 000 padres».

De forma perturbadora, esta defesa principesca do Cardeal Law obteve total aprovação do Vaticano. Evidenciou o fosso entre a hierarquia e as vítimas, bem como com a vasta maioria dos católicos comuns.

Este fosso ficou novamente exposto em setembro de 2002, quando advogados a representar 250 autores de processos contra a arquidiocese de Boston tornaram públicos registos de pessoal relativos a cinco padres, demonstrando que vários bispos sabiam das alegações de abuso contra os cinco há anos, mas mantiveram-nos em posições onde podiam abusar de mais crianças. Um dos cinco só tinha sido afastado em março de 2002, oito anos após ter sido acusado de abuso.

Em novembro, mais uma juíza, Constance Sweeney, entregou uma nota manuscrita à arquidiocese de Boston a ordenar a libertação de outros milhares de documentos que cobriam os ficheiros de pessoal de padres acusados de má conduta sexual. Queixou-se amargamente de que a arquidiocese se tinha

envolvido num padrão de conduta concebido para protelar a aplicação de decisões judiciais anteriores. «O tribunal simplesmente não aceitará que brinquem consigo», escreveu.

Numa ordem separada, a juíza sugeriu fortemente que os responsáveis da arquidiocese de Boston tinham transmitido uma imagem imprecisa das políticas da Igreja durante os seus depoimentos sobre vários casos de abuso sexual. «Os registos disponíveis levantam questões significativas sobre se a arquidiocese estava realmente a exercer o cuidado que alegava ter ao atribuir funções aos padres infratores.» Remeteu o caso do Padre Bernard Lane para o Procurador-Geral de Massachusetts para eventuais acusações de perjúrio. O que se desenrolava na arquidiocese de Boston tinha o seu correspondente em muitas outras arquidioceses e em muitos outros países.

Enquanto os acontecimentos em Boston continuavam a avançar para um clímax inevitável, a questão de estabelecer uma política nacional na Igreja dos Estados Unidos para responder ao abuso sexual clerical estava de volta aos bispos dos EUA. A resposta do Vaticano à proposta de Dallas foi rejeitá-la. O programa de tolerância zero do Papa de abril de 2002 já não era a sua posição em setembro. Embora os bispos dos EUA tivessem hesitado em expulsar os abusadores sexuais do sacerdócio, tinham ido longe demais para o Papa, para Ratzinger e para os seus conselheiros do Vaticano, que favoreciam as opiniões dos quatro cardeais latino-americanos. . Na perspetiva do Papa, o acordo de Dallas não podia ser reconciliado com o direito canónico, as regras que governavam a Igreja Católica. O Papa e os seus Chefes de Congregações estavam primariamente preocupados em proteger os direitos do padre acusado e estavam também descontentes com a definição americana de abuso sexual. Um compromisso ambíguo estava a ser preparado, o qual é melhor descrito como «à primeira infração e depois de lhe terem sido oferecidas todas as vias de defesa imagináveis, se for considerado culpado, poderá ser despromovido do estado clerical ou poderá

ser forçado a usar vestuário civil e a ficar confinado ao quartel». Em parte alguma as necessidades da vítima eram abordadas ou sequer reconhecidas. Em parte alguma havia qualquer menção à necessidade legal de informar as autoridades civis.

No início de dezembro de 2002, a recusa do Papa em aceitar a demissão do Cardeal Law em abril tinha garantido meses de constante humilhação para o Cardeal e de contínuo golpe na fé de mais de dois milhões de católicos em Boston. Durante a primeira semana de dezembro, a divulgação pública de ainda mais documentos mostrou que o encobrimento através do sistema secreto tinha sido ainda mais extenso do que anteriormente percebido. Confrontado com processos judiciais que poderiam ascender a pagamentos adicionais de compensação na ordem dos 100 milhões de dólares, o Cardeal obteve permissão para que o seu conselho financeiro requeresse a proteção contra a falência.

Os padres de Boston começaram logo a organizar petições a pedir a demissão de Law. Muitos centenas de católicos indignados reuniram-se no exterior da Catedral da Santa Cruz de Boston para o confrontar. Quando lhes foi dito que ele tinha ido para Roma, continuaram a sua demonstração, exigindo a sua remoção.

Três dias mais tarde, um furioso Procurador-Geral de Massachusetts queixou-se de que a arquidiocese de Boston estava «a usar todas as ferramentas e manobras»

para «obstruir» um inquérito sobre abuso sexual por parte do «clero». Thomas Reilly disse ao *Boston Globe* que a arquidiocese se tinha envolvido num «esforço elaborado e de décadas para encobrir a má conduta clerical». Na sexta-feira, 13 de dezembro, o Cardeal de Boston reuniu-se com o seu protetor e ofereceu novamente a sua demissão. Desta vez, o Papa aceitou-a.

O Bispo Richard Lennon foi nomeado administrador apostólico enquanto o Vaticano considerava as suas opções. Lennon anunciou que esperava que a arquidiocese pudesse evitar

requerer a falência. Acabaram por conseguir evita-la, mas o preço foi elevado. Nove dias depois de o sucessor do Cardeal Law, o Arcebispo Seán Patrick O'Malley, ter sido empossado, no início de agosto de 2003, a arquidiocese ofereceu 55 milhões de dólares para resolver cerca de 500 processos pendentes de abuso sexual clerical. O acordo resolveria as queixas de muitas centenas de vítimas que tinham sido abusadas quando crianças por cerca de 140 clérigos dentro da arquidiocese de Boston. A oferta foi rejeitada.

Enquanto ambos os lados consideravam as suas opções, surgiu a notícia de que o antigo padre John Geoghan tinha sido assassinado na prisão. Um homem que tinha causado tanta dor, dano e desgosto, e destruído incontáveis vidas, experimentara a versão da prisão para a tolerância zero. Vários dos autores das queixas que tinham acabado de rejeitar os 55 milhões de dólares eram homens que tinham identificado Geoghan como o seu abusador. Alguns deles começaram a sentir a pressão à medida que os conselheiros jurídicos os urgiam a reconsiderar o acordo rejeitado. Alguns precisavam desesperadamente de um acordo, de qualquer acordo. A seu tempo, autocarros cheios de advogados reuniram-se com o Arcebispo O'Malley e uma nova e melhorada oferta de 85 milhões de dólares foi colocada sobre a mesa, a qual foi aceite.

Quando se incluem pagamentos anteriores, o valor mínimo pago como compensação às vítimas de abuso sexual clerical na arquidiocese de Boston ao longo de um período de dez anos é de 116 milhões de dólares. A arquidiocese foi forçada a dar a sua catedral e o seu seminário como garantia para empréstimos que se viu obrigada a contrair. O Arcebispo O'Malley decidiu também vender a residência do Arcebispo e outras propriedades da igreja no valor de muitos milhões para ajudar a financiar o pagamento das compensações.

O Arcebispo O'Malley e homens como ele estão claramente determinados a seguir uma nova abordagem, que reconhece

plenamente e com honestidade a culpabilidade da Igreja Católica neste escândalo ainda em curso. No presente momento, tais homens estão infelizmente em minoria nos escalões superiores da Igreja. Demasiados continuam agarrados a uma gama bizarra de explicações, quer para o abuso, quer para a resposta de longa data da Igreja.

Os cardeais latino-americanos que viam uma conspiração da comunicação social não estavam sós. Os cardeais dos EUA estavam em grande parte de acordo com os seus irmãos a sul da fronteira. O Cardeal Theodore E. McCarrick, de Washington, falou por muitos quando disse ao *Washington Post*: «Elementos na nossa sociedade que se opõem firmemente à posição da Igreja sobre a vida, à posição da Igreja sobre a família e à posição da Igreja sobre a educação... veem isto como uma oportunidade para destruir a credibilidade da Igreja. E estão realmente a trabalhar nisso — e com algum sucesso.» Naturalmente, o *Washington Post* era regularmente acusado de ser um dos principais conspiradores da comunicação social.

Outros dentro da hierarquia católica romana adotaram uma linha de ataque diferente. O Prefeto da Congregação para o Clero do Vaticano, o Cardeal Darío Castrillón Hoyos, insistiu que o problema dos padres abusadores era «estatisticamente menor. . . menos de 0,3 por cento dos padres são pedófilos». Outros clérigos tomaram uma posição semelhante sem necessariamente citar a extraordinária fita de 0,3 por cento, tirada do ar romano ou brasileiro. Um documento apresentado aos bispos da Austrália no final de 1999 via o abuso sexual por parte do clero como parte do produto de «uma atmosfera exclusivamente masculina dentro dos seminários, que refletia valores masculinos e não lidava adequadamente com a sexualidade em geral nem com as questões femininas em particular. Enquanto a cultura da Igreja não colocar homens e mulheres numa base de verdadeira igualdade, as mulheres e as crianças continuarão vulneráveis ao abuso».

O Arcebispo Rembert G. Weakland apresentou uma explicação alternativa. «Por vezes, nem todas as vítimas adolescentes são tão "inocentes"; algumas podem ser sexualmente muito ativas e agressivas, e muitas vezes bastante espertas de rua.» O Arcebispo, evidentemente a falar por experiência própria, foi posteriormente forçado a demitir-se quando se revelou que tinha pago a um amante masculino quase 500 000 dólares para comprar o seu silêncio. O dinheiro teria vindo de fundos diocesanos.

Outros culparam não os adolescentes espertos de rua, mas os advogados de contencioso gananciosos pelo dinheiro da Igreja. Maurice Healy, Diretor de Comunicação da arquidiocese de São Francisco, disse ao *New York Times* no início de dezembro de 2002: «Há uma corrida ao ouro para entrar no negócio do contencioso contra padres.» A edição seguinte do jornal arquidiocesano enviada por correio aos católicos do norte da Califórnia destacou num artigo: «Advogados Procuram Agressivamente Negócios de Abuso Sexual», sem menção da agressão inicial perpetrada em gerações sucessivas de jovens crianças. A alegação de Healy de uma Igreja com «recursos limitados» foi feita precisamente ao mesmo tempo que a nova catedral era inaugurada no sul da Califórnia. Our Lady of Angels tinha sido construída a um custo de 200 milhões de dólares. Na altura da cerimónia de inauguração, a diocese de Los Angeles tinha setenta e dois padres atuais ou antigos sob investigação criminal e encontrava-se assediada por um grande número de queixas de vítimas de abusos clericais. Duas semanas após as cerimónias de inauguração, a arquidiocese anunciou um défice de 4,3 milhões de dólares e uma série de cortes e encerramentos nos seus serviços de aconselhamento.

Outras razões apontadas para a causa do escândalo por elementos da Igreja Católica Romana incluíam: «A pedofilia é espalhada por Satanás... O ataque aos católicos está na moda. Na verdade, os protestantes e os batistas têm ainda mais pedófilos. . .

os encobrimentos resultaram mais de frustração e ignorância... os seminários foram infiltrados há trinta ou quarenta anos por homossexuais e dissidentes. . O Papa João XXIII e o seu Concílio Vaticano são os únicos responsáveis.»

Aqueles que culparam o Segundo Concílio conseguiram condenar as suas decisões abertamente, mas, simultaneamente, citaram a «dissensão» como a maior razão para os escândalos de abuso sexual. Referiam-se à dissensão em questões de moral sexual que abrangiam o controlo de natalidade, o celibato, a homossexualidade, o aborto e o divórcio. Aqueles que tinham identificado uma dissensão generalizada em relação ao ensino da Igreja sobre estes assuntos culparam não a sociedade em geral, mas os bispos, a quem acusaram de falhar em definir a doutrina com firmeza ou em impô-la, e de recusar investigar provas credíveis de violações. No início de 2003, enquanto padres em locais tão distantes como a Pensilvânia e Hong Kong se declaravam culpados de abusar sexualmente de rapazes jovens, o Bispo John McCormack de Manchester, New Hampshire, tentava justificar a sua falha em informar as autoridades sobre os abusos sexuais praticados por padres. O seu depoimento revelou que, nos anos 1980, enquanto trabalhava como assistente do Cardeal Law, ocultou provas relativas às atividades sexuais de vários padres em Boston porque «estava a agir como padre e não como assistente social». Como a informação não lhe tinha chegado no âmbito do confessionário, ele estava, de facto, obrigado a transmiti-la às autoridades. O Bispo McCormack tinha também evitado fazer aos padres pedófilos «perguntas diretas ou fazer anotações por escrito». Estava ciente de que os seus registos estariam sujeitos a exibição judicial caso uma vítima movesse um processo contra a arquidiocese.

Em março de 2003, o gabinete do Procurador-Geral em New Hampshire emitiu um relatório de 154 páginas, acompanhado por mais de 9 000 páginas de documentos que o Procurador-Geral descreveu como provando que os líderes da Igreja da diocese de

Manchester tinham sido «intencionalmente cegos ao lidar com o abuso sexual pelo clero e com o perigo relacionado para as crianças».

Em meados de 2003, surgiram provas independentes e contundentes que confirmaram que pelo menos parte da causa apontava para os bispos. Uma das iniciativas mais positivas a sair da conferência de Dallas de meados de 2002 tinha sido a criação de um painel laico cuja missão era investigar o escândalo dos abusos sexuais. Este conselho de revisão nacional tinha plenos poderes para interrogar qualquer clérigo nos Estados Unidos. O homem nomeado para presidir ao painel foi o antigo Governador de Oklahoma, Frank Keating. Foi uma nomeação altamente popular. Keating, um católico devoto e um homem de integridade, era visto como honesto e independente. Muitos dos bispos que entrevistou deram ao painel total cooperação; outros não. Keating comparou os recalcitrantes a líderes da Máfia que invocavam a Quinta Emenda e se recusavam a responder a perguntas.

Um dos que se recusaram a cooperar foi o Cardeal Roger Mahony, de Los Angeles. Os seus esqueletos pessoais datavam de há muito tempo e incluíam a continuação do encobrimento dos sete padres que tinham abusado sexualmente de Rita Milla de forma reiterada. Em 2001, tinha sido revelado que o Cardeal Mahony tinha escrito ao Presidente Clinton durante o seu segundo mandato a solicitar que a pena de quinze anos de prisão aplicada ao traficante de cocaína de Los Angeles, Carlos Vignali, fosse comutada. Clinton acedeu controversamente no seu último dia no cargo.

No final de maio de 2002, escassos meses antes de o conselho de revisão nacional chefiado por Keating ser criado, um processo judicial foi movido contra o Cardeal Mahony. Intentado ao abrigo das leis federais americanas contra a extorsão e o crime organizado, concebidas para combater o crime organizado, o processo foi apresentado em nome de quatro homens que declararam ter sido molestados sexualmente quando eram rapazes

pelo Padre Michael Baker. Os homens acusaram Mahony de conspiração para cometer fraude e obstrução à justiça ao encobrir as atividades de Baker. Os autores do processo alegaram também que o cardeal tinha subornado duas das vítimas num acordo de 1,3 milhões de dólares que lhes exigia que mantivessem silêncio sobre o abuso sexual. Uma semana antes de o processo ter sido notificado, o Cardeal tinha admitido ter mantido em segredo durante catorze anos um caso de abuso de menores pelo Padre Baker. Confrontado com o processo, Mahony descartou as várias alegações como «infundadas», mas, pouco tempo depois, quando Frank Keating e o seu conselho de revisão nacional chegaram à cidade, Mahony mostrou-se hostil.

O cardeal insurgiu-se contra o facto de ser comparado à Máfia e forçou a demissão de Keating, confirmando assim para muitos que alguns bispos se recusavam simplesmente a prestar contas pelos seus atos. A carta de demissão de Frank Keating reconhecia o que tinha sido alcançado durante o ano, incluindo a nomeação de um profissional da aplicação da lei para sublinhar a mensagem: «O abuso sexual não é apenas uma falha moral. É um crime que deve ser integralmente processado judicialmente.» Continuava:

«Como disse recentemente, e tenho repetido em várias ocasiões, a nossa Igreja é uma instituição de fé. Um lar para o povo de Cristo. Não é uma empresa criminosa. Não tolera nem encobre atividades criminosas. Não segue um código de silêncio. As minhas observações, que alguns bispos consideraram ofensivas, foram de uma precisão mortal. Não me desculpo. Resistir a intimações de grandes júris, suprimir os nomes de clérigos infratores, negar, ofuscar, inventar desculpas, este é o modelo de uma organização criminosa, não da minha Igreja. A humilhação, os horrores do escândalo sexual, têm de ser uma aberração venenosa, uma página negra na nossa história que não pode jamais repetir-se. Tem sido desastroso para a Igreja na América.»

E não apenas para a Igreja americana. O alcance global do escândalo foi revelado por um relatório da Irmã Maura O'Donohue. Muitos acreditavam que este relatório tinha inspirado a referência invulgarmente explícita ao abuso sexual no discurso do Papa à Igreja da Oceânia em 1998. O relatório da Irmã Maura foi submetido confidencialmente ao Cardeal Eduardo Martínez, prefeto da Congregação para os Religiosos do Vaticano, em fevereiro de 1994. A Irmã Maura, médica na Ordem das Mencionárias Médicas de Maria, tinha mais de quarenta anos de experiência pastoral e médica. O seu relatório tinha como título «Preocupações Urgentes para a Igreja no Contexto do VIH/SIDA».

As suas investigações estabeleceram que padres e religiosos estavam a morrer de doenças relacionadas com a SIDA. Em muitos dos países onde a Irmã Maura trabalhava, a prostituição era amplamente aceite. No entanto, com a crescente consciencialização de que as prostitutas constituíam um grupo de alto risco, muitos homens procuravam uma alternativa. Um grupo considerado alvo «seguro» para atividade sexual eram as freiras. As freiras começaram a relatar abusos sexuais por parte dos seus professores e formadores e assédio sexual por parte de homens da população em geral. O outro grupo que visava mulheres dentro das ordens religiosas eram os padres. Num país, a Superiora de uma comunidade de freiras foi abordada por padres a solicitar que as freiras fossem disponibilizadas para favores sexuais. Quando a Superiora recusou, os padres explicaram que, se ela não cooperasse, seriam obrigados a «ir à aldeia procurar mulheres e arriscar-se a apanhar SIDA».

O relatório da Irmã Maura estabeleceu irrefutavelmente um catálogo chocante de abusos sexuais. Ela observou:

«Não se aplica a um único país ou mesmo continente, nem na verdade a um único grupo ou a todos os membros da sociedade. De facto, os exemplos seguintes derivam da experiência ao longo de um período de seis anos e dizem respeito a incidentes em cerca

de vinte e três países em cinco continentes: Botsuana, Brasil, Colômbia, Gana, Índia, Irlanda, Itália, Quénia, Lesoto, Maláui, Nigéria, Papua-Nova Guiné, Filipinas, África do Sul, Serra Leoa, Uganda, Tanzânia, Tonga, Estados Unidos da América, Zâmbia, Zaire, Zimbabué.»

Era sua fervorosa esperança que o relatório «motivasse uma ação adequada, especialmente por parte daqueles que ocupam posições de liderança na Igreja e dos responsáveis pela formação». O relatório detalhava padres e bispos a abusar e a explorar os seus poderes para se entregarem a relações sexuais. Candidatas potenciais à vida religiosa eram coagidas a conceder favores sexuais para garantir a obtenção dos certificados e/ou recomendações necessários. Freiras que ficavam grávidas eram forçadas a deixar a sua congregação, mas os padres responsáveis continuavam o seu ministério.

O relatório continha também muitas recomendações positivas para superar o abuso de mulheres dentro da Igreja. Um ano após ter submetido o relatório ao Cardeal Martínez, ninguém no Vaticano tinha tomado qualquer medida além de convidar a Irmã Maura e as suas colegas para uma reunião com Martínez e três membros da sua equipa. Como ela observou secamente num memorando posterior: «Era claro que não havia uma agenda pré-estabelecida.»

Posteriormente, outras mulheres seniores preocupadas, pertencentes a ordens religiosas, elaboraram relatórios semelhantes. Ainda assim, não houve qualquer ação, quer por parte do Cardeal Martínez, quer de qualquer outra figura sénior do Vaticano. Os breves comentários do Papa citados anteriormente ainda não tinham sido tornados públicos quando, com grande frustração, algumas das autoras dos relatórios contactaram o *National Catholic Reporter* no início de 2001. Como resultado, o jornal publicou uma reportagem de capa a 16 de março de 2001. O *La Repubblica*, o maior diário de Itália, deu seguimento quatro dias mais tarde com uma longa reportagem sobre o assunto.

O Vaticano foi forçado a responder. A sua declaração não veio do Papa nem do Cardeal Martínez, mas do ubíquo Navarro-Valls. «O problema é conhecido e está restrito a uma área geograficamente limitada.» Esse comentário deve ser comparado com a lista de países apresentada anteriormente, uma lista que não é de modo algum completa. A declaração continuava:

«A Santa Sé está a tratar da questão em colaboração com os bispos, com a União dos Superiores Gerais (USG) e com a União Internacional das Superioras Gerais (UISG). O trabalho tem duas vertentes: a formação das pessoas e a resolução dos casos individuais.»

Criar comissões não constitui uma solução. Nenhuma ação positiva tinha sido tomada pela Santa Sé ao longo dos sete anos decorridos desde que tomaram conhecimento pleno desta dimensão adicional do abuso sexual através da Irmã Maura O'Donohue e de outros especialistas. Longe de procurar uma «resolução dos casos individuais», a Santa Sé precisava de uma depuração de fundo nas fileiras do clero. O porta-voz do Vaticano concluiu: «Certas situações negativas não podem fazer esquecer a fidelidade frequentemente heroica da grande maioria dos religiosos, das religiosas e dos padres.»

A alegação de Navarro-Valls sobre a «fidelidade heroica da grande maioria» colide frontalmente com provas de investigação contundentes. Investigadores da Universidade de Saint Louis realizaram um inquérito nacional nos Estados Unidos. Foi concluído em 1996, mas intencionalmente nunca divulgado. Estimou que um mínimo de 34 000 freiras católicas, cerca de 40 por cento de todas as freiras nos Estados Unidos, tinham sofrido alguma forma de trauma sexual.

Financiado em grande parte por várias ordens religiosas católicas, os investigadores abordaram três áreas de vitimização sexual: abuso sexual na infância, onde a vítima tem menos de dezoito anos; exploração/coação sexual por parte de quem está

numa posição de poder sobre a freira; e, em terceiro lugar, assédio sexual no trabalho e dentro da comunidade de freiras. Aquando do inquérito, existiam aproximadamente 89 000 freiras católicas nos Estados Unidos e cerca de 85 000 (95 por cento) eram membros de institutos ou comunidades religiosas ativas. O inquérito de quinze páginas foi enviado para 2 500 nomes selecionados aleatoriamente dos 25 000 disponibilizados à equipa da Universidade. Todos os estados americanos estavam representados, além de nomes adicionais a trabalhar em vários países estrangeiros.

As respostas mostraram que 18,6 por cento tinham sido abusadas sexualmente em crianças. A maioria dos abusadores era do sexo masculino, com irmãos, tios, estranhos do sexo masculino, amigos da família do sexo masculino, pais e primos em primeiro lugar nessa ordem. Clérigos e freiras representavam quase 10 por cento dos abusadores de crianças. Na segunda etapa, 12,5 por cento tinham sido exploradas sexualmente e, na terceira etapa, 9,3 per cento tinham sido assediadas sexualmente durante o seu trabalho como religiosas. Os resultados sugeriram também que, considerando toda a sua vida desde a infância até ao presente, 40 por cento tinham sofrido alguma forma de trauma sexual e quase 22 por cento tinham sido abusadas durante a sua vida religiosa. Como a equipa de investigação observou: «As interpretações e implicações destes acontecimentos para a mulher individual e para a vida religiosa em geral são imperiosas.»

Padres e freiras católicos formavam o maior grupo de abusadores de mulheres religiosas, frequentemente ao agirem como conselheiros espirituais da vítima. Outros papéis identificados para os padres abusadores sexuais incluíam o de pároco, diretor de retiros, conselheiro e mentor. Os papéis mais frequentes para as freiras culpadas de abuso sexual eram o de mentora, diretora de formação, superiora religiosa e professora.

Em julho de 2001, representantes de 146 grupos religiosos, de direitos das mulheres e de direitos humanos lançaram uma

campanha internacional destinada a pressionar o Vaticano a acabar com o abuso sexual do clero e com a violência sexual contra freiras e mulheres laicas. No início do mesmo ano, o Parlamento Europeu aprovou uma moção de urgência a censurar o Vaticano e a solicitar «que o Vaticano examine seriamente qualquer indício de abuso sexual cometido no seio da sua organização». Exigiu também que o Vaticano «reintegrasse nos seus cargos na hierarquia religiosa as mulheres que foram afastadas das suas responsabilidades por terem chamado a atenção dos seus superiores para estes abusos». Foi também pedido à Santa Sé que cooperasse com qualquer inquérito judicial. No início de 2005, ainda não tinha respondido.

Enquanto os peticionários do Vaticano esperavam, o abuso sexual clerical continuava a ser exposto. Em maio de 2004, Margaret Kennedy, uma católica que fundou a *Christian Survivors of Sexual Abuse*, revelou-me alguns dos detalhes de um estudo ainda por publicar. Tinha compilado anteriormente detalhes de 120 casos de alegados abusos sexuais de mulheres por clérigos, mas o seu relatório mais recente aborda mais sessenta casos. Tal como o abuso sexual de crianças e adultos não se limita aos clérigos católicos romanos, o mesmo se aplica ao abuso sexual de mulheres. Todas as confissões religiosas têm ministros que são predadores sexuais. Entre os novos sessenta casos encontravam-se vinte e cinco que envolviam clérigos da Igreja de Inglaterra, vinte e cinco da Igreja Católica Romana e os restantes divididos entre metodistas, batistas e presbiterianos.

O relatório destacava: «Aproximadamente 50 por cento dos clérigos envolvidos nestes casos particulares são homens casados, o que na verdade desmorona a tese de que o celibato está no cerne do problema do abuso sexual clerical. Não se trata de celibato, trata-se de abuso de poder.»

Margaret Kennedy acredita que a maioria dos clérigos envolvidos deveria ser tratada como infratores sexuais: «O padre, na sua capacidade de profissional, deve aceitar que, quando uma

mulher recorre a ele em busca de ajuda, direção espiritual, aconselhamento e orientação, existem limites. A mulher é uma cliente e deve ser considerada como tal em todos os momentos. Não estamos a falar de um encontro social num campo de golfe. Acredito genuinamente que a cliente deveria poder entrar para uma reunião com o seu padre completamente nua e que o padre deveria ser capaz de manter um limite entre si e a sua cliente.» Muitos dos estudos de caso de Margaret Kennedy abordavam o padre ou o ministro dentro de uma relação pastoral a caminhar inexoravelmente para o abuso sexual. «As mesmas regras que se aplicam a médicos, fisioterapeutas e psicólogos deveriam aplicar-se aos clérigos.»

O testemunho contra os homens incluídos no relatório de Kennedy tinha um tom muito familiar: «Dizia-me que este era o nosso segredo e que eu não devia dizer nada a ninguém. Era isto que Deus queria — Deus ficaria contente comigo.» Ou: «Disse-me que era a vontade de Deus ter sexo comigo e, quando o recusei, disse que eu não estava a ser obediente a Deus. . Começou por tentar beijar-me e acariciar os meus seios.» .

O Padre Tamayo e os seus colegas padres diziam exatamente as mesmas coisas a Rita Milla durante os anos 1970. O Padre Gauthe dizia repetidamente aos seus acólitos que aquilo que lhes estava a fazer era a vontade de Deus.

Praticamente todos os abusadores sexuais clericais expostos ao longo dos anos trouxeram Deus para a equação e criaram um *ménage à trois* blasfemo e sacrílego.

A natureza exata da coação varia de abusador para abusador. O Padre Kamal Bathish não invocava o Todo-Poderoso diretamente, mas usava uma técnica muito eficaz de tornar a sua vítima dependente de si como seu mentor espiritual. Em 1983, Pauline Cunningham tinha acabado de cumprir uma comissão de três anos como enfermeira no Exército Britânico quando viu um anúncio para enfermeiras voluntárias em Jerusalém. Na altura,

tinha estado a considerar um futuro na enfermagem na Califórnia. «Trabalhar lá como enfermeira, conhecer um ótimo americano, casar, ter três filhos, esse era o meu sonho.» Em vez disso, deu por si a trabalhar em São José, um pequeno hospital cristão em Jerusalém Oriental, onde a sua fé católica da infância foi reavivada. Começou a frequentar a missa novamente: «Bem, algo simplesmente me tocou. Sempre tinha trabalhado como enfermeira e trabalhado no sentido de ajudar fisicamente as pessoas a curarem-se, mas frequentemente pensava que havia algo em falta.»

Em abril de 1985, entrou num Convento Carmelita em Belém como noviça. Pauline assumiu que, dentro de uma Ordem Carmelita, tudo seria paz, harmonia e tranquilidade, mas ficou muito rapidamente desencantada. Nada a tinha preparado para a mesquinhez, as fações em guerra e o frequente desaparecimento do cristianismo: «A Superiora legítima era bastante fraca. A freira que anteriormente tinha sido Prioresa durante muito tempo estava muito virada para jogos de poder ... Fiquei totalmente chocada. Tinha sido educada de forma muito estrita na fé católica e nunca por um momento tinha pensado que freiras e padres pudessem ser mesquinhos e intriguistas, ser tão pouco caridosos e comportar-se como se estivessem a viver num mundo secular em vez de numa Ordem Carmelita.»

Pauline, ou Irmã Marie Paul, como tinha passado a ser chamada, e outra noviça queixaram-se ao gabinete do Patriarca Latino, que tinha a responsabilidade e autoridade globais sobre a Ordem:

«Eles vieram ver-nos um par de vezes, mas a resposta deles foi: "Aceitem simplesmente o sofrimento. Isto é Jerusalém. Terão de aceitar a injustiça e tudo o que ocorre dentro da Ordem. Faz parte do vosso sofrimento particular em ordem à vossa purificação pessoal."»

Este conselho tinha vindo do secretário do Patriarca, o Padre Kamal Bathish.

Pauline tentou seguir o conselho, mas, em setembro de 1986, a Madre Superiora procurava constantemente a sua orientação e apoio; a noviça estava completamente fora da sua esfera de competência e decidiu deixar o convento. Dois anos mais tarde, em 1988, ainda à procura de uma forma de vida com base religiosa, regressou a Jerusalém. Por cortesia, informou o gabinete do Patriarca do seu regresso. Nesta altura, discutiu o seu futuro com o Padre Bathish e os seus planos para retomar a enfermagem. Bathish exortou-a a tornar-se uma «pessoa consagrada», um indivíduo que, enquanto vive e trabalha no mundo secular, oferece a sua vida ao serviço da Igreja. Em essência, era uma vocação laica, com uma vida de pobreza, castidade e obediência. Tal compromisso atraiu Pauline, que o viu como «uma forma adequada de prestar serviço». Bathish sugeriu um colega padre, o Padre Grech, como seu diretor espiritual. O bondoso e atencioso Bathish disse também que estaria «sempre disponível para quaisquer problemas futuros que pudesse ter». Pauline recorda que Bathish se tornou «alguém que sabia ouvir, particularmente depois de lhe ter feito uma queixa relativamente a outro padre que tinha tentado agredir-me sexualmente.»

O incidente tinha ocorrido escassamente um mês após o seu regresso, em março de 1988. Deixou Pauline ainda mais dependente do Padre Bathish para apoio e aconselhamento. O sistema secreto foi aplicado ao Padre Peter Madros, o padre que alegadamente tinha agredido Pauline, e ele foi transferido para outra localidade, Beit Sahour. Em breve, o gabinete do Patriarca recebeu outra queixa depois de Madros ter assediado uma mulher casada. Mais uma vez, foi silenciosamente transferido.

Pauline achava difícil relacionar-se com o Padre Grech. Ele nunca discutia os acontecimentos que tinham ocorrido no Convento, acontecimentos com os quais Pauline ainda tentava lidar. Bathish era diferente e, no início de agosto de 1988, a

enfermeira de trinta e um anos e o padre de quarenta e seis anos tinham estabelecido uma relação de confiança mútua. Ela recorria a ele cada vez mais em busca de apoio e orientação:

«Depois, numa noite, ele beijou-me. Fiquei total e completamente estupefacta. Meu Deus! Simplesmente não disse nada. Sabe quando se está fora com alguém e essa pessoa subitamente nos beija. Não a empurramos, nem fazemos uma cena, nem dizemos nada. Ficamos simplesmente muito silenciosos e afastamo-nos para não envergonhar a outra pessoa. Pensei: bem, não vou dizer nada, talvez tenha sido apenas um evento isolado. Eu valorizava o apoio dele e a sua compreensão da minha situação e do contexto de onde eu vinha, e valorizava isso muito, muito mais. Por isso, continuei a vê-lo e a falar com ele. Mas quanto mais o via, mais insistente ele se tornava sexualmente. Por vezes, quando eu chorava, ele beijava-me ou tocava-me e tornava-se mais reconfortante. Eu tinha uma dependência espiritual muito forte dele. Não física, de todo, mas fazia tudo o que ele me dizia para fazer. Eu tinha apreensões, sentia culpa, sentia vergonha.»

Ao longo dos nove meses subsequentes, esta curiosa relação continuou a desenvolver-se, com Pauline a obter conforto espiritual e o Padre Bathish a obter satisfação física. Os beijos passaram a carícias e, depois, o padre convenceu-a a aliviar a sua frustração masturbando-o, seguindo-se o sexo oral. O Padre Bathish pertence à mesma escola de ética sexual do ex-Presidente Bill Clinton: qualquer coisa aquém da penetração sexual não era ato sexual, nem mesmo para um padre que tinha feito voto de castidade. Pauline continuou a exibir uma atitude quase reverencial em relação ao Padre Bathish:

«Ele costumava acariciar-me e pôr as mãos por baixo da minha saia, coisas assim, e eu costumava empurrar as mãos dele, mas nunca disse verbalmente a palavra "não" porque pensava que, se o fizesse, iria envergonhá-lo ou humilhá-lo, e não tinha desejo algum de fazer qualquer uma das coisas. . . Pensei que, se

o fizesse, ele ficaria zangado e depois eu perderia aquele apoio, o apoio moral, o conforto — não tanto o conforto, mas a compreensão e o cuidado que ele me dava e de que eu precisava muito na altura.»

Questionei-a de perto sobre o paradoxo evidente de sofrer humilhação em vez de arriscar causá-la, de mostrar tal consideração pelos sentimentos dele enquanto ele demonstrativamente não tinha mostrado nenhuma pelos dela. Durante o tempo em que esteve no convento, ela tinha-se oposto energicamente ao comportamento de outros que era brando em comparação com o comportamento deste padre. Enquanto noviça, tinha-se oposto firmemente a qualquer invasão da sua privacidade, no entanto, ali estava ela a aceitar uma invasão muito mais profunda. Porquê aceitar tal comportamento? Ela respondeu: «Porque era alguém que eu sabia que me podia compreender e compreender de onde eu vinha, alguém com quem se podia partilhar coisas. Em quem se podia confiar.»

Um ano mais tarde, em julho de 1989, foi oferecida a Pauline a oportunidade de gerir uma hospedaria pertencente ao Patriarcado, o Palácio dos Cavaleiros. Ela tinha feito várias tentativas para acabar com o elemento sexual da sua relação com o Padre Bathish, mantendo, de forma bastante irrealista, o aspeto espiritual. Agora tentou novamente, mas sem sucesso. O padre ainda representava alguém a quem recorrer quando havia um problema. Pelo verão de 1992, a relação deles era um segredo público dentro da comunidade religiosa. Não havia dúvidas na mente dos vários padres no que tocava a atribuir culpas. A culpa era de Pauline e exclusivamente dela. A injustiça foi agravada quando Pauline foi demitida. A partir dessa data, Pauline Cunningham, a mulher que foi para Jerusalém à procura de uma vida religiosa, começou a lutar por justiça. Ambos os elementos viriam a revelar-se esquivos.

Eventualmente, após um julgamento criminal que começou em março de 1997 alegando exploração sexual e «violação

presumida», o patriarcado de Jerusalém foi considerado culpado e foram atribuídos a Pauline 240 000 xequéis, cerca de 25 000 libras. O julgamento terminou em 2003. Posteriormente, também lhe foram atribuídos 5000 xequéis depois de a hierarquia de Jerusalém ter tentado impedir a publicação da decisão inicial.

O Padre Tom Doyle está familiarizado com o caso e prestou uma declaração sob juramento em apoio da luta de Pauline para estabelecer a verdade. Para ele, este é

«um caso clássico de temor reverencial. Este temor é induzido numa pessoa em razão da força da estatura, posição, cargo ou relação especial da outra pessoa com a vítima ... A vítima tem um tal respeito ou temor emocional e psicológico por quem impõe a força que não consegue agir de outra forma que não a desejada por essa pessoa. Na cultura católica, é comum que leigos, crianças ou outros sejam induzidos por esta força quando na presença de clérigos.

Os católicos são doutrinados desde a infância que os padres tomam o lugar de Jesus Cristo e devem ser obedecidos a todo o custo e nunca questionados ou criticados. Esta posição elevada está ainda mais firmemente enraizada na mente e nas emoções de um católico se a pessoa for um clérigo de alta patente ou detiver um título elevado como "monsenhor" ou for bispo.»

Durante a relação de Pauline com o Padre Bathish, ele tornou-se primeiro monsenhor e depois bispo. O Padre Doyle observou:

«O vínculo traumático que passa a existir numa relação entre clérigo e leigo, especialmente numa relação sexual, é um vínculo patológico ou doentio que se torna mais firme e mais doentio quanto mais tempo a relação dura. Um exemplo comum de tal vínculo é o que existe entre uma esposa espancada e o seu marido agressor, à medida que ela continua a voltar para ele apesar da violência.»

O Patriarca Latino, Michel Sabbah, recusou-se consistentemente ao longo de muitos anos a encontrar-se com Pauline Cunningham, apesar do facto de haver pelo menos outras quatro mulheres que tinham sofrido abusos sexuais por parte do Bispo Bathish e de o bispo ter admitido a veracidade das alegações de Pauline. Ele fez esta confissão a uma comissão de inquérito criada pelo Patriarca. O Patriarca responde diretamente perante o Papa, mas a posição do Vaticano é que o caso é um assunto para o Patriarca.

O seminário à porta fechada no Vaticano sobre o abuso sexual clerical, realizado em abril de 2003, tinha terminado com o conteúdo das discussões, a agenda e as conclusões mantidos em estrito segredo. Passaram mais dez meses até que o Vaticano se dignasse a partilhar um pouco do que tinha transpirado.

Tipicamente alheio à realidade, o Vaticano declarou levianamente que as atas do seminário «poderiam estar disponíveis em março ou poderiam permanecer um documento privado disponível apenas para bispos e para profissionais consultores a trabalhar com a aprovação dos bispos».

O seminário tinha ouvido cerca de uma dezena de médicos e psiquiatras eminentes. Os especialistas eram todos da mesma opinião: todos pareciam horrorizados por a reunião de bispos dos EUA em Dallas ter defendido a tolerância zero quanto ao abuso. Numa breve conferência de imprensa realizada no Vaticano no final de fevereiro de 2004, o Bispo Elio Sgreccia, Presidente da Pontifícia Academia para a Vida, resumiu a conclusão mais desastrosa alcançada durante o seminário do Vaticano do ano anterior. Disse que os especialistas reunidos pelo Vaticano tinham concluído:

«É possível e necessário encontrar uma abordagem mesmo para padres que sejam culpados de abuso sexual, para prosseguir o tratamento e a reabilitação e não os abandonar ou considerá-los inúteis para a Igreja.»

Durante o seminário, vários dos especialistas, incluindo o psiquiatra americano Martin Kafka, falaram das políticas «excessivamente punitivas» adotadas pela hierarquia americana. Kafka e os seus colegas tinham a certeza de conhecer o caminho a seguir. A sua abordagem baseava-se na ilusão profissional e ameaçava subverter o curso da justiça. A acusação mais marcante às conclusões do seminário está nos critérios de seleção para os convidados. O Bispo Sgreccia explicou que «As instituições que eles representam são habitualmente utilizadas pelas conferências episcopais para o tratamento de padres e religiosos.» Era o equivalente a convidar os construtores do *Titanic* para construir um quebra-gelos.

Apesar de um historial quase ininterrupto de insucesso no tratamento de abusadores sexuais clericais, os especialistas escolhidos expressaram-se dogmaticamente.

O psicólogo canadiano William Marshall disse aos responsáveis do Vaticano que a tolerância zero para abusadores sexuais é

«um desastre. Se eu expulsar este sujeito da Igreja e ele perder o seu emprego, o seu rendimento, os seus benefícios de saúde e todos os seus amigos. . . sem outras competências para arranjar emprego, essas não são as condições para garantir que um antigo padre não cometerá mais abusos.» Alegou que vários bispos e clérigos americanos se aproximaram dele no primeiro intervalo e disseram: «É exatamente isso que os bispos nos EUA precisam de ouvir.»

Além de transformar bispos em assistentes sociais para abusadores sexuais clericais, a abordagem do seminário procurava manter os abusadores afastados de investigação ou julgamento judicial. Esta é a ironia máxima: depois de se transformarem em padres seculares, psiquiatras, psicólogos e médicos erigiram-se em juiz e júri sobre os padres que pecam. Desde o Papa João Paulo II até ao bispo mais recentemente nomeado, em qualquer

aspeto do escândalo de abusos sexuais, a primeira linha de defesa da Igreja tem sido:

«Nós não sabíamos. Nós não compreendíamos. Confiámos nos nossos próprios julgamentos quando confrontados com o abuso sexual clerical. Não havia dados, nem informação, nem estudos. Não havia nada disponível sobre este problema e problemas comportamentais associados.»

A falsidade dessa defesa foi demonstrada pelo Monsenhor Charles Scicluna, um oficial da Congregação para a Doutrina da Fé do Cardeal Ratzinger, durante o seminário secreto do Vaticano. Os especialistas que tinham sido convidados eram todos não católicos e o Monsenhor Scicluna deu-lhes uma lição de história muito necessária sobre como a Igreja tinha lidado com abusadores sexuais clericais em tempos anteriores. Citou, entre outros, o Papa Alexandre III, no Terceiro Concílio de Latrão em 1179, sobre abusadores sexuais: «Se forem clérigos, serão demitidos do estado clerical ou serão confinados a mosteiros para fazer penitência.»

Scicluna também citou o Papa Pio V a declarar, em 1568, que os abusadores sexuais «devem ser entregues às autoridades seculares para punição e, se for um clérigo, será despromovido de tudo».

O meu informador não deu pistas quanto à resposta dos senhores Kafka e Marshall à lição de história. Para que conste, o Monsenhor Scicluna chamou também a atenção para a posição da Igreja no início do século XX, citando o Código de Direito Canónico de 1917: «Os padres que se envolverem em má conduta sexual com crianças serão suspensos, serão declarados indignos, serão privados de qualquer cargo, benefício, dignidade ou responsabilidade que possam ter.» No entanto, não parece ter citado o Código de Direito Canónico revisto de 1984, cuja linguagem sobre o delito de abuso sexual de um menor (significando abaixo dos dezasseis anos) era muito mais suave.

Dizia que o abusador «deve ser punido com penas justas, não excluindo a demissão do estado clerical, se o caso assim o justificar». Durante grande parte da sua existência e até seis anos após Karol Wojtyla ter sido eleito Papa, a Igreja aplicou uma política de tolerância zero sem exceção ou desculpa. Como conseguiu esquecer a sua história?

Tendo citado copiosamente a história de como a Igreja Católica Romana tinha lidado com o abuso sexual ao longo dos séculos, o Monsenhor Scicluna infelizmente falhou em examinar o outro lado da moeda. Que informação contemporânea estava disponível para os bispos e cardeais da Igreja? Em caso após caso, o encobrimento, as mentiras, o engano, o uso cuidadoso do «sistema secreto» desmentem a sugestão repetida de que «se sabia tão pouco na altura e o cardeal ou o bispo eram culpados apenas de ignorância». Se aqueles que protegiam o padre abusador sexual acreditassem genuinamente, como afirmaram, que tudo podia ser curado pelo poder da oração, então porque ir a extremos tão elaborados para esconder o crime? Porque não ter um dia aberto de oração pelo padre infrator na sua igreja local? É possível acreditar que os bispos e cardeais não tivessem conhecimento da necessidade de afastar os pedófilos de qualquer contacto possível com crianças?

Em meados dos anos 1980, na altura do caso do Padre Gauthe, a Igreja tinha acesso a abundantes estudos sobre as origens e os efeitos do abuso sexual clerical. Um deles era *The Catholic Priest in the United States: Psychological Investigations*, do Padre Eugene C. Kennedy e Victor Heckler. Este trabalho pioneiro prestava especial atenção aos problemas emocionais e de desenvolvimento dos padres. Os autores concluíram que 7 por cento dos padres eram emocionalmente desenvolvidos, 18 por cento em desenvolvimento, 66 per cento subdesenvolvidos e 8 por cento com desenvolvimento deficiente. As percentagens extraordinariamente elevadas a indicar imaturidade emocional são esclarecedoras. O perfil pessoal dos imaturos recorda-me

vividamente a descrição de psicopatas feita por Sir David Henderson à Comissão Real sobre a Pena de Morte no início dos anos 1950:

«São perigosos quando frustrados. Estão desprovidos de afeto, são frios, insensíveis, desumanos, cínicos e mostram uma falta de julgamento e de previdência que é quase inconcebível. Podem ser adultos em anos, mas emocionalmente permanecem como crianças perigosas cujo comportamento pode reverter para um nível primitivo e sub-humano.»

O estudo do Padre Kennedy tinha sido encomendado pela Conferência Nacional dos Bispos Católicos no final dos anos 1960. Foi-lhes entregue em 1971. Teria sido uma ajuda inestimável para compreender a mente do padre abusador sexual, particularmente daqueles padres que abusavam de crianças pequenas e adolescentes. No entanto, os bispos nem sequer discutiram as questões levantadas no relatório, quanto mais aplicar as suas sugestões. Ignoraram simplesmente o seu próprio relatório.

A Igreja poderia também ter consultado os centros para a assistência a «padres problemáticos» geridos pelos Servos do Paráclito, o primeiro dos quais foi aberto em Jemez Springs, no Novo México, em 1949. Incluía também os registos do Instituto Psiquiátrico Seton, um hospital de propriedade e gestão católicas em Baltimore, Maryland, estabelecido em 1844. Richard Sipe trabalhou em Seton de 1967 a 1970. Professou como monge beneditino em 1953 e foi ordenado padre católico romano em 1959. É também um psicoterapeuta e psiquiatra qualificado. Recordou:

«Pouco depois de ter sido ordenado em 1959, fui destacado como professor e conselheiro numa escola secundária paroquial. Esta foi a minha primeira introdução à vida paroquial e ao mundo secreto da atividade sexual por parte de padres e religiosos

católicos com menores e adultos. Passei também a ter conhecimento do "sistema secreto".»

Foi esta revelação que motivou o interesse de Sipe no aconselhamento de padres e religiosos católicos. Viria a tornar-se o trabalho de uma vida. Revelou-me que Seton tinha mantido registos desde 1917, muitos dos quais incluem casos de abuso sexual por clérigos:

«[O caso de abuso sexual por clérigos] era frequentemente mascarado por colegas padres a trabalhar na clínica. . . depressão profunda, ou "as suas atividades levaram ao consumo excessivo de álcool", mas o abuso sexual era o problema fundamental. Na altura em que fui trabalhar para lá, no final dos anos sessenta, virtualmente todos os encaminhamentos para Seton eram de padres e religiosos por contacto sexual envolvendo menores. O encaminhamento era um dispositivo usado pela Igreja para evitar a exposição pública ou uma ação judicial.»

Sipe continuou depois a delimitar a extensão do problema e a sua resposta a tais casos:

«Colaborei com colegas de muitos países que trabalhavam no mesmo campo. Países Baixos, Irlanda, Inglaterra, Austrália, Índia e África. . . Canadá, Espanha, grande parte do Terceiro Mundo. É global.»

Pôs também fim à mentira de que os bispos não poderiam ter sabido a extensão do abuso clerical. Não só os dados, a informação e os registos sobre o abuso sexual clerical nas várias outras clínicas e hospitais estavam disponíveis para qualquer bispo que desejasse estar informado sobre pedofilia, como Sipe afirmou também que os bispos «estavam totalmente familiarizados de qualquer forma».

Não havia certamente qualquer razão para a Igreja ficar chocada ou ignorante em relação ao abuso sexual clerical quando o caso Gauthe explodiu em 1985. Além das fontes já

mencionadas, a Igreja poderia ter lido artigos jurídicos sobre má conduta do clero ou consultado livros de referência como o *Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais*, que definia a pedofilia da seguinte forma:

A O ato ou fantasia de se envolver em atividade sexual com crianças pré-púberes como um método repetidamente preferido ou exclusivo de alcançar excitação sexual.

B Se o indivíduo for um adulto, as crianças pré-púberes são pelo menos dez anos mais novas do que o indivíduo. Se o indivíduo for um adolescente tardio, nenhuma diferença de idade precisa é exigida, e o julgamento clínico deve ter em conta a diferença de idade, bem como a maturidade sexual da criança.

No Reino Unido, o Bispo Murphy O'Connor poderia ter recorrido a *Child Abuse and Neglect: A study of prevalence in Great Britain* ou a pelo menos doze outros estudos que estavam todos impressos na altura em que ele ignorava conselhos e protegia um pedófilo. Melhor ainda, poderia ter contactado os Servos do Paráclito em Gloucestershire, uma organização com mais de trinta anos de experiência no tratamento de pedófilos — para onde ele próprio tinha enviado o pedófilo em série Padre Hill. Em vez disso, ao miserável Hill foi dada carta-branca pelo homem que se senta hoje à frente da Igreja Católica Romana em Inglaterra.

O Vaticano estava totalmente ciente de muitos destes estudos. Em 1971, por exemplo, convidou o Doutor Conrad Baars e a Dra. Anna Terruwe a apresentar o seu trabalho sobre «as causas, tratamento e prevenção da imaturidade e doença emocional nos padres» numa reunião patrocinada pelo Sínodo dos Bispos. Entre os que ouviam na assistência estava o Cardeal Wojtyla, que foi eleito para o Conselho Sinodal no final desse Sínodo. O relatório do Dr. Baars baseava-se nos registos médicos e ficheiros de 1 500 padres tratados por problemas mentais. Psiquiatra católico nascido na Holanda, Baars concluiu que menos de 15 por cento

dos padres na Europa Ocidental e na América do Norte eram emocionalmente totalmente desenvolvidos. De 20 a 25 por cento tinham sérias dificuldades psiquiátricas que frequentemente resultavam em alcoolismo e de 60 a 70 por cento sofriam de graus menores de imaturidade emocional. O relatório fez dez recomendações, incluindo uma seleção mais eficaz de potenciais padres. Nenhuma foi implementada.

Enquanto uma maioria esmagadora de católicos inquiridos em todo o mundo continua a condenar a resposta da Igreja ao abuso sexual clerical, o Vaticano mantém a sua tradicional visão de longo prazo da história. Embora 80 por cento dos católicos americanos inquiridos pela Zogby acreditem que o sistema legal e não a Igreja deve processar as alegações, o Vaticano escuta apenas os seus especialistas, congregações e bispos escolhidos a dedo, que continuam a acreditar em manter o problema dentro da Igreja. Na recente sondagem do *Royal College of Surgeons* de Dublin, 75 por cento dos inquiridos consideram a resposta da Igreja «inadequada», 50 por cento acreditam que o dano feito à Igreja na Irlanda é «irreparável» e 92 por cento não acham que um padre que tenha abusado de crianças deva voltar ao ministério. Enquanto os fiéis comuns deixaram abundantemente claro o que acreditavam que deveria acontecer dentro da sua Igreja, o Vaticano continuou com o caminho antigo e ignorou a congregação. Em vez disso, presta atenção às palavras de psicólogos que desejam mostrar ao abusador sexual toda a consideração concebível.

Em mais de uma ocasião, o Papa João Paulo II declarou que os políticos seculares devem ajustar a lei civil à de Deus. No entanto, em relação ao crime financeiro e sexual, praticou uma terceira via — proteger o clero que rejeita tanto a lei civil como a de Deus. Alguns dos seus defensores, sem qualquer sentido de ironia, censuraram repórteres e jornalistas pelo que chamam de «abuso da comunicação social», mas ignoraram os reconhecimentos frequentes de responsáveis pela aplicação da lei

que aplaudiram os esforços da comunicação social para chegar à verdade. Por exemplo, a Procuradora Distrital Martha Coakley, de Massachusetts, agradeceu publicamente à imprensa após a prisão do Padre Paul Shanley. Reconheceu que o seu gabinete não tinha recursos para caças ao homem e agradeceu à comunicação social por rastrear Shanley. Reconheceu também a dívida do tribunal para com os escritores que dedicaram tempo, energia e dinheiro a investigar e traçar o perfil dos «padres predadores como Shanley».

Esta é claramente outra faceta do escândalo que enraiveceu o Vaticano. Não só se opõem ao devido processo legal em espírito, como também se opõem a ele na prática. O Procurador Distrital do Arizona, Rick Romley, escreveu ao Secretário de Estado do Vaticano, o Cardeal Angelo Sodano, solicitando que o Vaticano instruísse os padres que tinham sido acusados no Arizona em casos de abuso de crianças a regressar ao Estado. A sua carta voltou por abrir com uma nota de cobertura: «O item aqui anexo é devolvido ao remetente porque foi recusado pelo legítimo destinatário.» Romley estava no encalço de uma série de padres fugitivos, incluindo um escondido em Roma e outros no México e na Irlanda.

Se a Igreja Católica em Massachusetts enfrentou finalmente as suas responsabilidades, em muitas outras partes dos Estados Unidos a Igreja está a travar uma dura ação de retaguarda que lembra os anos de mentiras, evasivas e enganos do Cardeal Law. Em Rhode Island, por exemplo, trinta e oito vítimas de abuso sexual esperaram tanto tempo para que os seus processos fossem resolvidos que quatro dos onze padres acusados morreram. A Diocese de Providence conseguiu adiar o processo legal por mais de dez anos através de todos os expedientes concebíveis.

Em julho de 2003, para indisfarçada alegria do elemento reacionário dentro da Igreja e de certas companhias de seguros, o Supremo Tribunal dos Estados Unidos decidiu, por cinco votos contra quatro, como inconstitucional uma lei da Califórnia que

retirava a prescrição de crimes passados, permitindo assim o procedimento criminal por crimes de abuso sexual. Num voto de vencido, o Juiz Anthony Kennedy escreveu: «O tribunal... desconsidera os interesses daquelas vítimas de abuso de crianças que encontraram a coragem de enfrentar os seus acusadores e de os levar à justiça.» Muitos bispos em todo o mundo gostariam de ver limitações legais semelhantes introduzidas. Em privado, admitem que a sua posição é fortemente influenciada pelos seus conselheiros financeiros, pelas suas companhias de seguros e pelos seus advogados. Para evitar entrar em falência financeira, mais do que um bispo está rapidamente a esgotar o seu capital moral.

Em Inglaterra e no País de Gales, a Igreja mostra uma relutância enraizada semelhante em enfrentar as suas responsabilidades legais.

Continua a esconder-se atrás do curioso argumento de que não é responsável pelos seus padres individuais. Alega que, como os padres são «detentores de cargos», não são empregados nem trabalhadores independentes. O porta-voz do Primaz Católico de Inglaterra e do País de Gales tentou justificar as cláusulas de confidencialidade nos acordos feitos com as vítimas alegando: «Isto não são ordens de silenciamento; são acordos redigidos por advogados. A Igreja não redige estes acordos.» Naturalmente, a Igreja não dá instruções aos seus advogados. Limita-se a assinar mansamente os acordos e depois entrega os pagamentos de compensação (que o Vaticano sempre condenou).

No final de novembro de 2003, o Arcebispo Daniel Pilarczyk, de Cincinnati, entrou no tribunal após uma azeda batalha de dezoito meses durante a qual a arquidiocese tinha usado todos os recursos legais possíveis para bloquear o acesso da acusação aos registos da Igreja sobre padres pedófilos. Admitiu publicamente que, em pelo menos cinco ocasiões separadas entre 1979 e 1982, os responsáveis da arquidiocese foram informados de alegações relativas a abusos sexuais de crianças por padres e

«deliberadamente falharam» em comunicá-las. Foi uma admissão histórica, a primeira vez que uma arquidiocese foi condenada pelo seu papel em casos de abuso sexual clerical.

Pilarczyk tinha sido um dos bispos que falharam em agir de acordo com as recomendações do relatório de 1985 escrito pelo Padre Doyle, pelo Padre Peterson e pelo advogado Ray Mouton. Em 1992, o Arcebispo Pilarczyk, em resposta a uma carta de Tom Doyle, revelou por que razão o relatório tinha sido ignorado: «O facto é que o vosso relatório não apresentou nenhuma questão nova (de que a NCCB não estivesse ciente) ou informação que exigisse uma resposta materialmente diferente.» Talvez se o Arcebispo tivesse estudado o relatório mais atentamente não se tivesse encontrado em tribunal. Tendo aceitado a alegação de culpabilidade, o juiz Richard Niehaus multou a arquidiocese na quantia nominal de 10 000 dólares. Revelou depois que era católico enquanto olhava diretamente para o Arcebispo e continuou: «Acredito que uma organização religiosa não só deve seguir a lei civil, mas também a lei moral.»

Dois meses mais tarde, em janeiro de 2004, com a hierarquia da Igreja nos Estados Unidos e em Roma profundamente dividida sobre a resposta correta ao abuso sexual clerical, mais um escândalo começou a desenrolar-se. A Arquidiocese de Washington (DC) foi informada por uma sociedade de advogados de que esta representava pelo menos dez alegadas vítimas de uma rede de abuso sexual numa paróquia dos subúrbios de Maryland. Entre os anos 1960 e os anos 1980, «dezenas» de rapazes com idades compreendidas entre os oito e os dezasseis anos tinham sido tratados como «servos sexuais» por uma rede de padres sediada na paróquia. Até ao final de 2003, a arquidiocese tinha anunciado que vinte e seis padres tinham «sido credivelmente acusados de abuso sexual nos últimos 56 anos». Em janeiro de 2004, esse total subiu para mais de trinta.

Em fevereiro de 2004, uma semana após o Vaticano ter divulgado um mínimo de informação sobre as provas e

conclusões do seminário à porta fechada de 2003, o Conselho de Revisão Nacional dos Bispos Americanos divulgou um relatório detalhado a cobrir uma investigação de um ano sobre o abuso sexual por parte do clero na Igreja Católica dos EUA. Muitos tinham esperado que esta revisão independente produzisse finalmente factos e números inquestionáveis. O Conselho de Revisão tinha sido fortemente auxiliado pelo *John Jay College of Criminal Justice*, que tinha sido encarregado pelo Conselho de desenvolver dados empíricos sobre a natureza e o alcance do «problema que precipitou a crise».

Nem o Conselho nem o *John Jay College* encontraram portas abertas em todas as dioceses. Não obstante, elaboraram um relatório com muita informação inestimável, que reflete um grande mérito para o Conselho e para o seu Presidente, o Governador Keating, e para o questionamento tenaz da equipa de John Jay. De acordo com o relatório, os registos da Igreja indicam que, entre 1950 e 2002, 4 392 padres foram acusados de se envolverem em abuso sexual com um menor. Este número representava 4 por cento dos 109 694 padres em ministério ativo durante esse período. Houve aproximadamente 10 667 crianças relatadas como vítimas de abuso sexual pelo clero durante este tempo e a Igreja gastou mais de 500 milhões de dólares a lidar com o problema.

Como o relatório nota: «Em muito poucos casos, no entanto, a diocese ou ordem religiosa relatou a alegação às autoridades civis.» Em consequência, «mais de 100 padres ou antigos padres cumpriram pena na prisão por conduta envolvendo abuso sexual de um menor». Dito de outra forma — menos de 200 de um total de 4 392 padres foram presos.

Grupos de sobreviventes de vítimas denunciaram o relatório como «um branqueamento» e alegam que os números reais de abusadores sexuais clericais durante o período são muito mais elevados. O comentário do relatório de que 56 por cento dos padres acusados tinham apenas uma alegação relatada contra eles

provocou muitas críticas por parte de especialistas. Como o Padre Tom Doyle observou: «Esta afirmação desafia os dados fornecidos por profissionais de saúde mental relativamente ao número médio de vítimas de abusadores sexuais, tanto pedófilos como efebófilos (abusadores de adolescentes).» Tom Doyle fala com uma riqueza de conhecimento pessoal sobre o assunto — adquirido principalmente desde que foi forçado a sair do serviço diplomático do Vaticano por uma fação dentro dos bispos americanos. Durante os vinte anos intermédios, Doyle esteve envolvido em mais de 700 casos de abuso sexual clerical, quer a aconselhar, quer a testemunhar em nome das vítimas.

O número de 500 milhões de dólares dado para o custo do escândalo até à data é amplamente visto como uma subestimativa séria. Por exemplo, não inclui os 85 milhões de dólares pagos pela Arquidiocese de Boston. O montante geralmente aceite é de 1 milhar de milhão de dólares. Mesmo isto pode ser confortavelmente absorvido pela Igreja Católica dos EUA. A sua receita anual é superior a 8 milhar de milhões de dólares e possui bens imobiliários com um valor estimado entre 10 e 15 milhar de milhões de dólares.

Cerca de 20 por cento das alegações não foram sujeitas a qualquer investigação por parte das dioceses em questão porque «o padre tinha falecido ou estava inativo na altura da alegação». Outros 10 por cento foram caracterizados como «não comprovados», o que, como os autores do relatório notam, «não significa que a alegação fosse falsa; significa apenas que a diocese ou ordem religiosa não conseguiu determinar se o alegado abuso realmente teve lugar». Consequentemente, há uns potenciais 30 por cento flutuantes a pairar sobre as várias estatísticas.

O Conselho de Revisão está em terreno muito mais firme quando partilha os frutos das suas entrevistas, incluindo as realizadas com muitos membros da hierarquia da Igreja Católica dos EUA. Registam como, antes de 2002,

«o Vaticano se tinha abstido de assumir um papel significativo no que diz respeito à resposta dos bispos nos Estados Unidos às alegações de abuso sexual de menores por membros do clero. O Vaticano não reconheceu o alcance nem a gravidade do problema enfrentado pela Igreja nos Estados Unidos, apesar dos numerosos sinais de aviso; e rejeitou tentativas anteriores de reformar os procedimentos para afastar padres predadores.»

O relatório dá depois uma conta detalhada de como «uma série de bispos influentes nos Estados Unidos», a começar no final dos anos 1980, pediu ao Vaticano para criar um processo acelerado para afastar padres abusadores sexuais, porque o processo ao abrigo do Direito Canónico era um assunto prolongado que a cada passo estava concebido para proteger o padre acusado, mesmo depois de ter sido considerado culpado. O processo exigia também «a participação da vítima. Vários bispos, preocupados em parte com o facto de as vítimas acharem traumatizante confrontar o seu abusador num processo formal, estavam relutantes em pedir a sua assistência». Desta forma, a preocupação pela vítima protegia o abusador. Houve pedidos repetidos e contínuos por parte dos bispos para um processo acelerado «ao longo dos anos 1990, mas novamente sem sucesso».

Eventualmente, até o mestre do adiamento João Paulo II aceitou que tinha de tomar algum tipo de medida. Em 1993, criou uma comissão para estudar a melhor forma de aplicar o Direito Canónico à «situação particular nos Estados Unidos», pois até ao dia da sua morte continuou a acreditar que o abuso sexual pelo clero católico é «um problema unicamente americano».

Os Chefes das várias Congregações do Vaticano; amigos próximos e colegas como o Cardeal Ratzinger; os numerosos núncios papais em todo o mundo: qualquer um ou todos eles poderiam ter dito ao Papa a verdade. Ele poderia ter mandado investigar as várias ordens religiosas — os Salesianos ou os Franciscanos, por exemplo. Ambos têm operado uma versão

global do sistema secreto há décadas. Transferem padres abusadores sexuais da América Latina para a Europa, da Ásia para África.

Poderia ter convocado os bispos dos Estados Unidos ao Vaticano e exigido saber por que razão tantos dos seus membros estavam determinados a impedir o Conselho de Revisão Nacional de fazer o próprio trabalho para o qual os bispos o criaram, nomeadamente garantir que cada bispo nos Estados Unidos é submetido a uma auditoria nacional anual para assegurar que as dioceses estão a cumprir as políticas oficiais sobre o abuso sexual clerical. Poderia ter perguntado aos seus bispos o que é exatamente que eles têm tanto medo que o Conselho de Revisão descubra.

Com a primeira ronda de relatórios concluída, o notável crítico Padre Andrew Greeley observou em março de 2004: «A Esquerda Católica quer fazer-nos acreditar que o problema mais grave que a Igreja enfrenta é o celibato clerical. A Direita Católica, por outro lado, quer culpar os homossexuais por tudo.» O Padre Greeley não apoia nenhum dos lados. Para ele: «as pessoas culpadas são os bispos — insensíveis, cobardes, ignorantes, clericalistas — que reatribuíram funções a tais padres [isto é, abusadores sexuais]. Igualmente culpadas são as suas equipas — vigários-gerais, vigários para o clero, advogados civis e canonistas, psiquiatras, chefes de instituições mentais católicas.»

É uma lista longa, mas, como o relatório nacional de revisão ilustra com força, há um número considerável de «culpados» em falta. O Conselho de Revisão tinha concluído que 90 por cento das quase 200 dioceses católicas dentro dos Estados Unidos estavam «em conformidade com o compromisso que os Bispos tinham feito em meados de 2002 para proteger melhor as crianças e punir os infratores». Mas grupos de apoio às vítimas descartaram o relatório como tendencioso. Um desses grupos, a SNAP (*Survivors Network of those Abused by Priests*), revelou

que apenas dois dos seus quase cinco mil membros foram convidados a falar com os investigadores. Muito mais significativamente, os bispos tinham recomendado aos investigadores quem deveriam entrevistar. Quanto às arquidioceses que falharam em cumprir, Nova Iorque e Omaha eram duas delas. «Não há nenhum mecanismo para sancionar os responsáveis da igreja que não cumpram. . .»

Uma situação semelhante, digna de *Alice no País das Maravilhas*, ainda prevalece dentro da Igreja Católica Romana em Inglaterra e no País de Gales. Apesar de todas as belas palavras dos relatórios originais de Nolan, em julho de 2004 o relatório anual mais recente revelou que, durante 2003, tinha havido sessenta queixas de abusos sexuais, físicos e emocionais e que, em meados de 2004, nenhum dos alegados abusadores tinha sido processado judicialmente. O uso continuado do sistema secreto foi demonstrado aos paroquianos de Kentish Town, no norte de Londres, quando souberam, no final de 2004, que nos últimos dois anos um padre pedófilo, o Padre William Hofton, tinha estado a atender às suas necessidades espirituais. A verdade só veio a lume quando Hofton foi acusado de abusar sexualmente de mais dois rapazes jovens.

Declarou-se culpado e foi condenado a quatro anos de prisão.

De volta aos Estados Unidos, as repercussões do escândalo continuavam a emergir. Em maio de 2004, foi anunciado que a arquidiocese de Boston iria fechar pelo menos um sexto das suas paróquias, igrejas e escolas. O Cardeal O'Malley foi insistente em como os encerramentos não estavam ligados ao enorme pagamento de mais de 100 milhões de dólares às vítimas de abusos sexuais. Em termos fiscais, talvez estivesse certo, mas o escândalo despojou a Igreja Católica nos Estados Unidos de muito do seu prestígio e confiança, e isso refletiu-se nos bancos vazios.

Em julho, a Arquidiocese de Portland tornou-se a primeira diocese católica a requerer a falência. Tendo a diocese já pago mais de 50 milhões de dólares, enfrentava novos processos num total superior a 150 milhões de dólares. O processo de falência ao abrigo do «Capítulo 11» protege bens essenciais e interrompe temporariamente qualquer contencioso em curso.

Durante o verão de 2004, a Áustria foi abalada por um segundo escândalo sexual clerical envolvendo um bom amigo do Papa. O Bispo Kurt Krenn, um dos principais apoiantes do pedófilo Cardeal Groer, foi acusado de conivência com uma vasta gama de atividades sexuais que ocorriam dentro de um seminário sob o seu controlo. As infrações incluíam posse de pornografia infantil, descarregamento de vastas quantidades de material obsceno de um sítio Web polaco, abuso sexual de seminaristas por padres e provas esmagadoras da existência de uma rede homossexual. O Bispo Krenn recusou-se a demitir-se e descartou as várias atividades como «traquinices infantis». Com a Áustria mais uma vez mergulhada num tumulto devido a abusos sexuais clericais, o Vaticano usou de evasivas. Eventualmente, um Visitador-Investigador Apostólico foi enviado de Roma e, após mais conversações à porta fechada, o Bispo Krenn demitiu-se relutantemente.

Em 2002, aos bispos americanos tinha também sido prometida uma visita de um Visitador Apostólico. Três anos mais tarde, este ainda não tinha feito a sua aparição, mas os escândalos nos EUA continuavam a emergir. Em setembro, o antigo bispo de Springfield, Massachusetts, Thomas Dupre, foi acusado em dois autos de violação de crianças. Posteriormente, o procurador do condado disse que, embora estivesse satisfeito por os delitos terem sido cometidos, não instauraria procedimento criminal porque as acusações caíam fora do prazo de prescrição. No mesmo mês, do outro lado do país, na Califórnia, novas acusações foram apresentadas em tribunal. Os documentos detalham trinta e um padres que teriam abusado sexualmente de sessenta e três

crianças no Condado de Santa Barbara. As vítimas incluem três raparigas que foram repetidamente agredidas dentro do confessionário de San Roque aos sábados à tarde, entre 1979 e 1981. A litania completa dos alegados delitos cobre um período desde os anos 1930 até aos anos 1990.

No Kentucky, uma ação coletiva com cerca de 200 alegadas vítimas encontra-se atualmente em mediação. Em Tucson, Arizona, perante dezanove processos civis que alegam abuso sexual por parte de 126 dos padres diocesanos, o bispo local, Gerald Kicanas, prepara-se para declarar a falência da diocese. As ações judiciais foram movidas em nome de mais de 100 pessoas. O bispo já supervisionou o pagamento de quase 20 milhões de dólares. Em meados de 2004, o Papa João Paulo II despromoveu do estado clerical dois dos padres de Tucson, Teta e Robert Trupia. Este último foi descrito pelo Bispo Kicanas como um predador «notório e recorrentemente sexual». Teta tinha sido suspenso pela diocese em 2002, após ser objeto de «acusações credíveis de abuso de crianças». Em dezembro de 2004, a diocese de Orange County, Califórnia, concordou com um acordo de 100 milhões de dólares a pagar a oitenta e sete vítimas. A seguir está Los Angeles, a maior diocese da nação, a enfrentar mais de 500 queixas. Durante o mesmo mês, a Arquidiocese de Louisville concordou em pagar 27,7 milhões de dólares e a Arquidiocese de Chicago concordou em pagar 12 milhões de dólares.

Pedi ao Padre Doyle que estimasse precisamente quantos casos estão atualmente a tramitar no processo legal dentro dos Estados Unidos.

«Eu diria que provavelmente perto de 2 000, e ainda estão a surgir mais. Sabe, o que também temos são os orfanatos e as escolas onde as crianças vítimas estão a chegar-se à frente. É um processo sem fim. E eu, juntamente com outros que estão profundamente envolvidos, acreditamos que não estamos nem de perto do fim disto. Nem de perto de limpar o lixo e a profundidade e amplitude do abuso.»

Logo no encalço das sombrias previsões do Padre Doyle veio a confirmação. Em fevereiro de 2005, uma investigação criminal foi aberta em Dallas pelo procurador do distrito. Três anos depois de a diocese de Dallas ter alegado que todas as acusações de abuso clerical tinham sido comunicadas, novas revelações indicaram que a diocese tinha ocultado informação sobre casos adicionais. Na mesma semana, o Arcebispo Daniel Pilarczyk, de Cincinnati, foi exposto pela segunda vez por proteger um abusador sexual recorrente. O Padre David Kelley abusou de dezenas de rapazes e pôde continuar as suas agressões ao longo de muitos anos devido à eficácia do sistema secreto que operava em Cincinnati. Pilarczyk, recorde-se, foi um dos bispos que se mostraram tão desdenhosos em relação ao relatório de 1985 escrito pelo Padre Doyle, pelo Padre Peterson e pelo advogado Ray Mouton. Foi também o bispo que, em novembro de 2003, tinha sido obrigado a admitir em pleno tribunal que a sua arquidiocese tinha «deliberadamente falhado» em comunicar às autoridades competentes uma série de casos de abuso sexual clerical.

Poucos dias após este último escândalo em Cincinnati, foram publicados os resultados da segunda auditoria anual às políticas de prevenção de abusos sexuais nas dioceses americanas. Revelou que 1 092 novas queixas foram apresentadas contra clérigos em 2004 e que mais de 840 milhões de dólares tinham sido pagos em acordos judiciais desde 1950. Novamente deve ser enfatizado que o valor da compensação é descartado por muitos como sendo uma séria subestimativa. No início de junho, após o anúncio de que a diocese de Covington, Kentucky, iria pagar 120 milhões de dólares, o valor oficial de compensações pagas situava-se em 1,06 milhar de milhão de dólares. Só no Sul da Califórnia, advogados a atuar em representação de vítimas de abuso insistiram que, quando os seus vários casos forem resolvidos, pagamentos adicionais somarão mais 1 milhar de milhão de dólares. O custo em espiral das queixas de compensação é uma crise que não se

limita aos Estados Unidos. Existe em muitos países. No final de março de 2005, por exemplo, a Igreja Católica na Irlanda enfrentava novas queixas ao longo dos cinco anos seguintes que uma estimativa colocava em 35 milhões de libras.

Em agosto de 2005, o contencioso de Portland tomou várias outras direções bizarras. Cada um dos quase 400 000 católicos romanos no estado de Oregon, na costa oeste, foi informado de que era réu no processo, e o homem que tinha sucedido ao Cardeal Ratzinger como Chefe da Congregação para a Doutrina da Fé, o Arcebispo Levada, foi nomeado como réu. Ele tinha sido anteriormente Arcebispo de Portland. Levada, tendo renunciado à imunidade diplomática, concordou em ser interrogado sob juramento em janeiro de 2006. A designação de Levada como réu não carecia de um aspeto irónico. O Arcebispo tinha tido acesso precoce ao relatório detalhado dos Padres Doyle e Peterson e de Ray Mouton em 1985 e, após um entusiasmo inicial pelas recomendações nele contidas, tinha sido um daqueles que deixaram o relatório definhar. Em 2005, as vítimas de abuso em Portland já tinham obtido sentenças contra a diocese que somavam mais de 150 milhões de dólares. Dezenas de outros autores de processos procuram 400 milhões de dólares em ações judiciais pendentes.

Durante a última semana de setembro de 2005, a Visita Apostólica, uma inspeção oficial a cada um dos 229 seminários católicos nos Estados Unidos acordada em abril de 2002, finalmente começou. O facto de ter levado mais de três anos a arrancar é um comentário eloquente sobre as prioridades do Vaticano.

Em outubro, o Relatório Ferns foi publicado na Irlanda, revelando pela primeira vez a extensão do abuso sexual clerical ao longo de muitas décadas. Era também a história de crueldade física, negligência e incompetência, agravada por conspiração criminosa, corrupção e arrogância por parte de homens sem aptidão para serem padres. Havia o Bispo Donal Herlihy, durante

vinte anos encarregado de Ferns, um homem que se recusava a tratar a questão do abuso sexual como uma matéria criminosa, considerando-a uma questão moral. Depois havia o seu sucessor, o Bispo Brendan Comiskey, que consistentemente falhou em afastar abusadores clericais por considerar que fazê-lo seria «injusto», uma vez que as alegações de abuso não estavam comprovadas.

O escândalo de Ferns abriu as comportas na Irlanda. Parecia não passar um único dia sem novas revelações de norte a sul do país, de Cork e Ross no sul até Derry e Down e Connor na Irlanda do Norte. Revelou-se que, nos últimos quarenta anos, 241 padres tinham sido acusados de abuso sexual. Vinte e dois tinham sido condenados, mas muitos tinham morrido antes do julgamento. Em novembro, o Governo Irlandês anunciou um inquérito aprofundado na diocese de Dublin em resposta a alegações de abuso sexual contra sessenta e sete padres de Dublin. Posteriormente, o Ministro da Justiça McDowell anunciou que uma investigação independente teria lugar dentro de cada diocese no país.

Uma semana após as revelações de Dublin, a polícia no Norte de Yorkshire revelou que tinha concluído uma investigação de quinze meses sobre anos de abuso sexual por clérigos ingleses. A localização estupefactou não só católicos devotos, mas também grande parte da nação. O Colégio de Ampleforth, a mais célebre escola privada católica de Inglaterra, tem como missão a educação «espiritual, moral e intelectual» de crianças que se tornarão «inspiradas por elevados ideais e capazes de liderança». Durante pelo menos três décadas, entre 1966 e 1995, os alunos estiveram também em elevado risco de abuso sexual por parte de alguns dos monges que ali lecionavam. As agressões variavam de abusos menores a violação. Houve pelo menos trinta a quarenta vítimas, mas o número final de vítimas durante esse período foi estimado por antigos alunos como estando «na casa dos três

dígitos». Algumas das vítimas na escola preparatória tinham menos de dez anos de idade.

Durante esses anos, o Cardeal Basil Hume era Abade de Ampleforth e Arcebispo de Westminster, o Primaz de Inglaterra. Três dos padres pedófilos estiveram perante os tribunais; três outros morreram antes que os seus abusos às crianças se tornassem conhecidos. O Cardeal Hume encobriu as atividades do Padre Piers Grant-Ferris. Estas incluíam abusar sexualmente de quinze rapazes ao longo de um período de nove anos. O cardeal ofereceu também a uma mulher que tinha sido molestada por outro padre uma «doação» não solicitada de 1 500 libras para aconselhamento, enquanto a urgia a não contactar a polícia. Não há dúvida de que o Primaz teria sido forçado a demitir-se do seu cargo se estes factos se tivessem tornado de conhecimento público antes da sua morte em 1997. O motivo do Cardeal Cardeal Hume tem um tom familiar: «Pelo bem da mãe igreja.»

Nos Estados Unidos, um juiz federal no Kentucky decidiu recentemente que a Santa Sé é um estado estrangeiro que goza de certas proteções de imunidade. Na opinião do juiz, estas incluíam proteção para o Vaticano contra quaisquer queixas decorrentes de litígios de abuso sexual: imunidade não só de procedimento criminal, mas de qualquer forma de ação legal relativamente ao abuso clerical de crianças. Em dezembro de 2005, outro juiz federal, desta vez no Texas, decidiu que o Papa Bento XVI goza de imunidade como Chefe de Estado e retirou-o de uma ação civil que o acusava de conspiração para encobrir o abuso sexual de menores por um seminarista.

Se 2005 tinha terminado com uma nota positiva para o Papa e para os seus colegas dentro do Vaticano, eles teriam tirado pouco conforto das notícias saídas de Boston durante as primeiras semanas do Novo Ano. Revelou-se que, apenas nos últimos dois anos, a Arquidiocese de Boston tinha recebido mais de 215 milhões de dólares provenientes de seguros e vendas de terrenos, o suficiente para pagar às alegadas vítimas de abuso do clero vinte

e oito vezes a compensação que a Arquidiocese tinha oferecido. Simultaneamente, revelou-se que 200 novas queixas tinham sido apresentadas por alegadas vítimas contra a Arquidiocese. Em março de 2006, a «auditoria» oficial às dioceses dos EUA para o ano anterior reforçou a crença de que o abuso sexual clerical continuava a ser o maior problema enfrentado pela Igreja. Tinha havido 783 novas acusações credíveis de abuso sexual contra clérigos americanos apresentadas nesse ano, 81 por cento envolvendo vítimas do sexo masculino.

As dioceses americanas pagaram em compensações quase meio milhar de milhão de dólares, 466,9 milhões de dólares. Isto representa um aumento de quase 300 por cento relativamente ao valor de 2004, de 157,8 milhões de dólares. A Igreja pagou mais 13 milhões de dólares para sustentar padres infratores.

Também em março de 2006, foram revelados os resultados de uma investigação do Arcebispo Martin sobre pedófilos clericais dentro da diocese de Dublin. Mais de uma centena de padres tinham sido acusados ao longo de um período que recuava até 1940. O Arcebispo observou: «É difícil para mim ver que, em alguns destes casos, tantas crianças foram abusadas. É muito difícil ponderar isso contra seja o que for.» A diocese já pagou cerca de 10 milhões de dólares e, tal como muitas das suas congéneres americanas, enfrentava a venda de património para responder a novas queixas de compensação.

A acumulação global de casos é agora tão grande que qualquer bispo que escreva à CDF a solicitar uma decisão sobre um padre errante enfrenta um atraso de dezoito meses antes de obter uma resposta. A acrescer a esta carga de trabalho, o agora Cardeal Levada tem problemas contínuos próprios. Entre as questões não resolvidas na antiga diocese de Levada, Portland, estão alegações de que ele aplicou pessoalmente o sistema secreto, incluindo pagamentos secretos a vítimas e permitindo que um pedófilo confesso continuasse a trabalhar em várias paróquias.

Em maio de 2006, *The Power and the Glory* foi publicado pela primeira vez em Itália, após as alegações contidas nesta secção relativamente ao Padre Marcial Maciel, o fundador dos Legionários de Cristo, terem alcançado um desfecho. O inquérito que o então Cardeal Ratzinger tinha ordenado e depois suspenso «para poupar o Santo Padre a qualquer embaraço» tinha sido reativado. O Cardeal Levada e o Papa Bento XVI tinham concluído que pelo menos algumas das alegações eram bem fundamentadas. Por que razão se tinha levado décadas para alcançar esta conclusão não foi explicado. Um grupo de homens que tinha sido sistematicamente abusado ao longo de muitos anos, e vilipendiado quando procurou o reconhecimento do Vaticano para o que tinha sofrido, tinha finalmente alcançado uma pequena medida da justiça que tão ricamente merecia. O falecido Papa João Paulo II, que estava totalmente ciente das provas detalhadas contra Maciel, tinha respondido com palavras de elogio ao pedófilo e honrado o homem. O seu sucessor, que se recusara a agir durante a vida de Wojtyla, aprovou finalmente a decisão de Levada de afastar Maciel do ministério sacerdotal e de lhe ordenar que passasse os dias restantes da sua vida em «penitência e oração». Ele seria poupado a um julgamento canónico devido à «sua idade avançada e saúde delicada».

O Vaticano, que durante séculos disse às pessoas, sob pena de condenação eterna, como deveriam conduzir as suas vidas sexuais, exige agora que os abusos sexuais clericais que foram revelados ao longo dos últimos trinta anos sejam perdoados e esquecidos. O Papa João Paulo II, o Cardeal Ratzinger e muitos outros Príncipes da Igreja com as mesmas ideias declararam publicamente que são os abusadores que são as vítimas. Para citar o Cardeal Ratzinger:

«Tem a ver com o reflexo da nossa sociedade altamente sexualizada. Os padres são também afetados pela situação geral. Podem ser especialmente vulneráveis, ou suscetíveis, embora a percentagem de casos de abuso não seja mais elevada do que

noutras profissões. Seria de esperar, naturalmente, que fosse mais baixa...»

Para o Cardeal Norberto Carrera, do México, os vilões da história não eram os clérigos abusadores sexuais, mas o *New York Times*, o *Boston Globe*, o *Washington Post* e quaisquer outros órgãos de comunicação social que procurassem a verdade sobre o Cardeal Law de Boston. As suas atividades assemelhavam-se, para Carrera, «ao que aconteceu no século passado com as perseguições no México, em Espanha, na Alemanha nazi e nos países comunistas». Prelados em muitos países expressaram sentimentos semelhantes. Aqueles que expõem os abusadores sexuais são denunciados como «inimigos da Igreja». Demonstrativamente, o conceito de tolerância zero da Igreja Católica consiste em aplicá-lo aos seus críticos, enquanto oferece o máximo de tolerância e compreensão aos criminosos dentro das suas fileiras.

Pela falha, não só do Papa João Paulo II e do seu sucessor, mas também de praticamente toda a hierarquia católica, em confrontar a questão do abuso sexual dentro do clero, a Igreja Católica abdicou de quaisquer direitos históricos que anteriormente tenha alegado ter para falar aos seus leigos sobre questões de fé e moral. Abusar de uma criança, violar um inocente, é para a vasta maioria um ato inconcebível. Para um membro do sacerdócio ou de uma ordem religiosa abusar de uma criança, de um adolescente ou de um adulto é a traição máxima de confiança. O dano pode vir a ser eventualmente sublimado, mas é permanente. O abuso sexual clerical é um ataque total ao corpo, à mente e à alma da vítima. Combina dor física, angústia mental e violação emocional e espiritual.

Parte 2:

Ratzinger: Confrontando o Sistema Secreto

OS ASSESSORES DE IMPRENSA A TRABALHAR em nome dos bispos católicos dos EUA continuaram a manter-se totalmente ocupados, como confirmado por escassos exemplos retirados dos comunicados de imprensa do Conselho de Revisão Nacional relativos a 2007. Nos Estados Unidos, durante esse ano, mais 689 vítimas fizeram 691 alegações. Estas são referidas como «casos antigos». Embora a maioria das vítimas fossem rapazes jovens com idades compreendidas entre os dez e os catorze anos, nenhuma discriminação exata foi alguma vez apresentada. O valor financeiro para acordos nesse ano é citado como sendo de 420 milhões de dólares, não incluindo honorários de advogados de 53,4 milhões de dólares; terapia para as vítimas em 7,2 milhões de dólares; apoio a infratores em 13,3 milhões de dólares e 4,3 milhões de dólares para «outros custos». Assim, o custo total para as dioceses nos Estados Unidos no ano de 2007 foi de 498 milhões de dólares — muito perto de meio milhar de milhão de dólares. A esse valor devem ser somados os custos suportados pelos institutos religiosos. Quando essas várias quantias são incluídas, o custo combinado para dioceses, eparquias e institutos religiosos é de 615 milhões de dólares.

Esta ocultação do verdadeiro dano financeiro causado à Igreja Católica dos EUA como resultado direto do abuso sexual clerical de jovens continuou no ano seguinte. O relatório do Conselho de Revisão Nacional para 2008 inclui a seguinte declaração:

«As despesas totais relacionadas com alegações por parte de Dioceses, eparquias e institutos religiosos clericais e mistos diminuíram 29 por cento entre 2007 e 2008... Em 2008, o montante pago em acordos foi um total de $374.408.554.»

Na verdade, o total combinado — quando os honorários legais e os outros fatores referidos anteriormente são incluídos — foi de 436,1 milhões de dólares, um total para os dois anos de 1,511 milhar de milhões de dólares.

Os bispos dos EUA não foram os únicos a demonstrar uma capacidade para poupar na verdade. Em muitíssimos países, comportamentos inaceitáveis estavam a ser expostos. Na Irlanda, uma queda em desgraça foi particularmente surpreendente. Envolveu o Bispo John Magee, um padre que anteriormente tinha sido secretário de três papas, sendo o terceiro o Papa João Paulo II. Magee era um homem que conhecia intimamente o funcionamento do Estado da Cidade do Vaticano. Promovido a bispo pelo Papa em 1987, regressou à sua Irlanda natal para assumir o cuidado pastoral de cerca de 120 000 almas na Diocese de Cloyne.

Uma série de vaticanistas, uma estirpe de jornalistas que se orgulha de estar à frente do rebanho da comunicação social, tinha a certeza de que o Bispo Magee estava a ser preparado para cargos elevados. Previam que se tornaria Arcebispo de Armagh, seguido da atribuição do barrete vermelho de cardeal. Não viria a ser assim. Talvez um homem que passou muitos anos muito perto do poder supremo da Igreja Católica assuma inconscientemente atitudes e um comportamento correspondentes a uma posição mais elevada do que a realidade justifica.

Inicialmente, as atividades do Bispo Magee foram muito bem-sucedidas, mas, eventualmente, o seu estilo começou a causar atrito. Tinha havido um pico de quase cinquenta seminaristas na diocese, mas o número começou a diminuir. Pela última parte da primeira década do século XXI, havia apenas três jovens a treinar para o sacerdócio.

O Bispo Magee demonstrou uma constante preocupação sobre a questão do abuso clerical. Escrevendo numa carta pastoral em abril de 2002, declarou que o abuso clerical de crianças tinha

causado «grande dor e vergonha a toda a igreja na Irlanda. Uma confiança sagrada tinha sido traída e jovens inocentes foram feridos e violados de uma forma hedionda por padres». Escreveu que o processo de cura só poderia ser eficaz «quando toda a verdade for dita». Continuou: «Aapoio totalmente a decisão dos bispos irlandeses de ordenar uma auditoria independente a todos os ficheiros diocesanos para estabelecer toda a verdade sobre como as queixas relativas a abusos sexuais de crianças foram tratadas.»

Na altura em que Magee fez estas louváveis observações, a investigação de Ferns referida anteriormente tinha iniciado os seus trabalhos. Em janeiro de 2005, a comissão estava nas suas etapas finais. Mais uma vez, o Bispo Magee foi o portador de notícias positivas sobre a questão do abuso sexual clerical de jovens. Informou o novo Conselho Diocesano de Padres de que tinha nomeado um coordenador a tempo inteiro dentro da Comissão Diocesana de Proteção da Criança para dar formação a todos os envolvidos no ministério com crianças. Mais de 150 padres, religiosos e leigos já tinham sido formados, e Magee continuou: «Prevejo um ambiente muito mais saudável e seguro nas atividades relacionadas com a Igreja.»

Em outubro de 2005, a bomba-relógio que era o Relatório Ferns foi publicada, com mais de 100 alegações de abuso sexual praticado por vinte e um padres identificados. Os ataques ocorreram entre 1962 e 2002. O mais recente teve lugar praticamente ao mesmo tempo que a Comissão Ferns tinha iniciado a sua investigação. A publicação do Relatório Ferns estimulou o Bispo Magee a pegar novamente na pena. A sua carta sobre a proteção da criança foi lida em voz alta nas missas por toda a Diocese de Cloyne. Continha a seguinte declaração:

«Palavras de pedido de desculpa parecem muito fracos e inadequados e, no entanto, não podem deixar de ser ditos. A nossa primeira preocupação deve ser estender a mão às vítimas e garantir que o que aconteceu nunca mais voltará a acontecer.»

As várias declarações do Bispo Magee relativamente ao abuso clerical de crianças indicavam claramente um homem totalmente empenhado na divulgação completa de tais abusos que fossem levados ao seu conhecimento. Revelavam um bispo, já em abril de 2002, em pleno acordo com a crença de que «toda a verdade deve ser dita» e que «a decisão dos seus colegas bispos irlandeses de que deveria haver uma auditoria independente a todos os ficheiros diocesanos para estabelecer toda a verdade sobre como as queixas de abuso sexual infantil tinham sido tratadas» era o único caminho a seguir. Transparência total.

Na verdade, o domínio do Bispo Magee em Cloyne foi a única diocese em todo o país a não seguir os procedimentos de proteção da criança que tinham sido introduzidos pelos bispos em 1996. Estas diretrizes foram atualizadas em 2000 e novamente em 2005. Ao longo de todo este período, Magee falhou em praticar o que regularmente pregava. Em dezembro de 2004, um padre relatou ao Bispo Magee que tinha sido abusado quando criança; nessa altura, recusou-se a identificar o agressor. Em maio de 2005, nomeou o seu abusador, que era outro padre da diocese. Quatro meses mais tarde, Magee reuniu-se com o perpetrador, que posteriormente se demitiu. Seis meses depois disto, a *Gardaí* (polícia irlandesa) foi informada; apenas o nome da vítima foi fornecido. O facto de o acusado ser um colega padre na diocese foi ocultado.

As diretrizes de 1996 exigiam a divulgação integral imediata às autoridades civis. No domínio de Magee, este caso esteve longe de ser único. Um segundo padre, simplesmente referido nos relatórios oficiais como Padre B, tinha causado uma série de queixas apresentadas ao bispo.

A primeira alegação contra o Padre B foi feita em 1995 pelo pai de uma jovem rapariga. A polícia foi informada. Uma segunda alegação foi feita em setembro de 1996, pela mãe de um rapaz adolescente. A 9 de dezembro de 1997, outra rapariga alegou ter sido abusada sexualmente pelo Padre B enquanto ele ouvia a sua

confissão. O padre, um professor de orientação vocacional, foi colocado sob ministério restritivo pelo bispo. Em janeiro de 2003, a mãe do rapaz adolescente estava de volta ao gabinete de Magee, queixando-se de que tinha havido novas agressões ao seu filho pelo mesmo padre.

A primeira vez que as autoridades policiais foram informadas destas alegações foi mais de oito anos após a queixa inicial. O relatório da investigação subsequente pelo Conselho Nacional para a Salvaguarda da Criança (NBSC) em nome da Igreja Católica deixa claro que a falha do Bispo Magee e dos seus colegas em «nomear o alegado perpetrador à *Gardaí* não foi excecional. De facto, é descrita como "a sua prática normal" pelo Bispo numa ata assinada de uma reunião que teve lugar a 25 de maio de 2006.» A investigação encontrou também «gritantemente ausentes quaisquer referências à necessidade de proteger pessoas vulneráveis e de agir de forma atempada e eficaz para alcançar esse fim». A única preocupação parecia ser com o alegado padre abusador.

Assim, durante vários anos que se estenderam por duas décadas, não existiu uma única política da Igreja relativamente ao abuso sexual clerical de crianças, mas duas. A primeira aplicava-se a todo o país, com uma exceção. A segunda aplicava-se exclusivamente à Diocese de Cloyne e à forma como o seu bispo geria os assuntos dos 120 000 residentes. Confrontado com as provas que tinham sido tão minuciosamente pesquisadas pelos responsáveis do NBSC, a resposta do Bispo Magee foi: «A segurança das crianças é a prioridade para mim e para a Diocese de Cloyne.»

O terrível dano que Magee e os seus colegas perpetraram dentro de Cloyne não se limitou a essa única diocese. As revelações surgiram num momento em que muitos no país esperavam que, com as várias verificações que tinham sido implementadas pela Igreja, se tivesse talvez mudado de rumo, que o pior tivesse ficado para trás.

Confrontado com as implicações do relatório do NSBC, o Bispo Magee enfrentou muitíssimos apelos para o seu afastamento imediato, idealmente a sua demissão. O bispo, contudo, recusou-se a ceder. Magee, que tinha estado no próprio coração da base de poder supremo da Igreja Católica durante décadas, falhou em compreender o facto de que, em janeiro de 2009, estava desprovido de apoio oficial. Finalmente, a 7 de março de 2009, anunciou que, a seu pedido, o Papa tinha colocado a gestão da diocese nas mãos de Dermot Clifford, Arcebispo Metropolitano de Cashel e Emly. A 24 de março de 2010, foi anunciado pela Santa Sé que o Bispo Magee se tinha demitido formalmente das suas funções como Bispo de Cloyne e era agora bispo emérito.

Após a publicação de um relatório do Serviço Executivo de Saúde, detalhando uma série de outros casos que não tinham sido comunicados às autoridades ou tratados de acordo com os procedimentos auto-reguladores dentro da diocese de Magee, surgiram ainda novos pedidos para o afastamento do bispo. A sua resposta foi pedir desculpa às vítimas destes abusos. Indicou também que não tinha intenção de se demitir. O dano para a imagem da fé na Irlanda continuou a aumentar. Finalmente, foi anunciado durante a Páscoa de 2010 que o Papa Bento XVI tinha aceite a demissão do Bispo John Magee de Cloyne.

O que tornou os acontecimentos em Cloyne particularmente chocantes não foi o número de casos de abuso sexual; na verdade, os números até à data são misericordiosamente pequenos. O que realmente afetou as pessoas foi o envolvimento de um homem tão altamente respeitado no centro deste escândalo. John Magee tinha sido amplamente considerado um exemplo do melhor do sacerdócio irlandês. Muito antes de o seu destino ser determinado, havia um receio generalizado de que, se alguém como Magee podia «errar de forma tão grave», o que é que isso dizia sobre os outros bispos na Irlanda?

Muito antes da partida de Magee, a Irlanda tinha a sua resposta a essa pergunta.

O Relatório Ferns de 2005 tinha dado parte da resposta e revelações mais devastadoras iriam seguir-se, e não apenas na Irlanda.

A carreira ignóbil do Reverendo Marcial Maciel Degollado, fundador e superior geral da Ordem dos Legionários de Cristo, continuou sem entraves ao longo do pontificado do Papa João Paulo II. Fundada em 1941, a Legião de Cristo foi declarada por Maciel como tendo uma missão muito específica: «estender o Reino de Cristo na sociedade... A nossa missão fundamental é levar todas as pessoas a conhecer, amar e partilhar Cristo com os outros, com Apostolados e instituições nos campos da educação, serviço aos pobres e evangelização». O então Cardeal Ratzinger que, como chefe da congregação, estava encarregado da responsabilidade de responsabilizar não apenas pedófilos, mas todas as formas de padres abusadores sexuais, não tomou qualquer medida contra o pedófilo Maciel entre 1982 e 2006, além de observar a um dos meus informadores do Vaticano que tinha ordenado secretamente o inquérito sobre volumes de declarações sob juramento que detalhavam factos de abuso sexual por Maciel ao longo de mais de meio século, «para poupar o Santo Padre a qualquer embaraço».

O Papa João Paulo II foi ao encontro do seu Criador no sábado, 2 de abril de 2005. Graças ao então Cardeal Ratzinger, ele tinha de facto sido poupado a qualquer embaraço relativamente às atividades de Marcial Maciel Degollado. É pouco provável que, mesmo se tivesse sido confrontado com a verdade nua e crua, tivesse aceite qualquer parte dela. Anos antes, tinha ignorado pessoalmente declarações sob juramento de várias vítimas de Maciel. Tinha protegido pedófilos ativos como o Cardeal Groer e o Padre Maciel durante muitos anos. Foi uma proteção que incluiu virar-se irado contra os acusadores dos fundadores da

Legião de Cristo, e descrever Maciel como «um guia eficaz para a juventude».

Com Karol Wojtyla morto, e Ratzinger eleito como seu sucessor, poder-se-ia esperar alguma ação rápida por parte do Vaticano. Afinal, o novo Papa tinha expressado em privado a opinião, anos antes, de que as provas contra Maciel eram esmagadoras, o que dificilmente é surpreendente quando se percebe que o testemunho sobre Maciel tinha também sido enviado através dos canais oficiais do Vaticano em 1976, 1978 e 1989. Finalmente, em 2007, o Vaticano anunciou que, após um exame intensivo das várias acusações e «tendo em conta a idade avançada do Reverendo Maciel e a sua saúde delicada, tinha decidido abster-se de tomar qualquer medida contra Maciel». Em vez disso, tinha sido convidado pelo novo Prefeto da Congregação da Fé, o Cardeal William Levada, a «uma vida reservada de oração e penitência, renunciando ao ministério público».

Presumivelmente, esse é um exemplo da versão do Vaticano de «tolerância zero» e ali o Papa Bento esperava devotamente que o assunto estivesse encerrado. O Reverendo Maciel morreu no ano seguinte, a 30 de janeiro de 2008. Muitas pessoas devem ter dado um suspiro coletivo de alívio. Se assim foi, foram prematuras.

Em menos de um mês, começaram a emergir novas provas de que Maciel, para além do seu persistente e contínuo abuso de rapazes jovens confiados aos seus cuidados, se tinha também entregue a relações sexuais com mulheres. Uma filha, agora uma mulher de trinta anos, emergiu da sua confortável vida de classe média em Madrid, onde possuía uma série de propriedades residenciais, cortesia do seu bondoso pai, que tinha fornecido os fundos — originalmente parte de doações feitas à Legião de Cristo. Um antigo diretor financeiro da Legião, o Padre Fitcher, revelou que dava rotineiramente a Maciel grandes quantias em dinheiro e que nenhuma prestação de contas era feita. Dez mil

dólares de cada vez desapareciam. Os seguidores de Maciel, por sua vez, tinham de prestar contas de cada cêntimo que gastavam. O Padre Fitcher podia não saber para onde este dinheiro ia, mas é inconcebível que todos os membros seniores fossem igualmente ignorantes.

A Legião de Cristo não era um culto de esquina compreendendo apenas uma mão cheia de seguidores. Aquando da morte do seu fundador, em janeiro de 2008, alegava ter mais de 700 padres e 2 000 seminaristas em vinte países. As estimativas dos seus ativos variavam: o semanário de notícias italiano, *L'Espresso*, considerava que a Legião valia 25 milhar de milhões de euros; o *Wall Street Journal* afirmou que o orçamento anual da Ordem era de 650 milhões de dólares.

Outros custos que o fundador tinha coberto diziam respeito à sua dependência de toda a vida da morfina. Entre os seus muitos admiradores, alega-se, havia bastantes que beneficiavam financeiramente, se não espiritualmente. Três dos seus mais fortes apoiantes ao longo dos anos que alegadamente receberam pagamentos substanciais foram o Secretário de Estado do Vaticano de 1990 a 2006, o Cardeal Angelo Sodano; o Cardeal Eduardo Martínez Somalo, prefeto da Congregação para os Institutos de Vida Consagrada e Sociedades de Vida Apostólica, e o Monsenhor Stanislaw Dziwisz, agora Cardeal Dziwisz, durante muitos anos secretário pessoal do Papa João Paulo II. Quando o *National Catholic Reporter* «procurou repetidamente» contactar e entrevistar os três cardeais antes de publicar uma extensa série em duas partes sobre a vida e a época de Maciel, deparou-se com recusas sistemáticas e evasivas, o que é estranho tendo em conta o facto de que a aceitação de tais quantias pelos três homens não violaria, em si, nenhuma lei da Igreja: uma grande doação em dinheiro desta natureza seria vista como «uma dádiva pia».

Membros seniores da Legião declararam, pouco depois da morte de Maciel, que tinham a certeza de que a alma do fundador tinha ido diretamente para o Céu. A esmagadora prova factual

sugere a direção contrária. Se existe de facto uma vida depois desta que corresponda à versão que a fé católica ensina, então certamente a alma deste homem malévolo estará muito longe do paraíso. O ato de perdoar sacramentalmente um indivíduo que ele tinha acabado de abusar é em si mesmo um abuso profundo do confessionário; foi apenas um dos muitos atos que colocaram o fundador da Legião fora da margem da decência. É uma blasfémia que Maciel praticou em centenas de ocasiões.

O Papa Bento tem a tarefa — uma de muitas relativamente ao abuso sexual clerical — de decidir se deve ou não dissolver os Legionários de Cristo. É evidente para muitíssimos que ele deveria indubitavelmente dar esse passo. Fazer menos, permitir que a Legião continue de alguma forma higienizada, seria abusar novamente de cada uma das vítimas de Maciel.

Apesar da prova esmagadora, há pessoas a argumentar e a fazer *lobby* pela continuação da Legião «sob nova direção». Falam do «grande bem» que ainda existe dentro da Legião. Algum pai de uma criança pequena correria esse risco?

O regime atual que controla a Legião — um regime que assegurou ao mundo que a alma de Maciel residia agora no Céu, e que lançar dúvidas sobre as afirmações de que Maciel tinha sido ao longo da sua vida «um santo vivo» era um ato de maldade — ultrapassa o credível. Menos de um ano após a morte de Maciel em janeiro de 2008, esses defensores de Maciel viram-se obrigados a admitir que o seu «santo vivo» era na verdade o oposto. Mais tarde em 2009, membros seniores da Legião pediam desculpa a «todos os que foram prejudicados ou escandalizados pelos "delitos" do Padre Marcial Maciel», e lamentavam as suas próprias «falhas de comunicação», linguagem da Legião para mentiras. A liderança temporária reconheceu também que o agora antigo «santo vivo» tinha sido pai de uma criança durante um longo caso, «e cometido outros atos graves».

Durante mais de sessenta anos o Padre Maciel tinha sido apresentado como um exemplar de virtude por, entre outros, o próprio Padre Maciel e o Papa João Paulo II. Em março de 2010, a comissão executiva concluiu: «Aceitamos que, dada a gravidade das suas faltas, não podemos tomar a sua pessoa como um modelo de vida cristã ou sacerdotal.» Esta declaração coincidiu com o relatório de cinco bispos que, agindo sob as instruções do Papa, tinham estado a investigar a Legião. Aconteceu também por volta da mesma altura em que uma mulher mexicana, Blanca Lara Guitierrez, revelou que o Padre Maciel era o pai de dois dos seus filhos. Apurou-se que eles tinham permanecido ignorantes durante muitos anos de que o seu pai era um padre.

Entre os membros da Legião que têm estado cientes há alguns anos da natureza e dos atos do seu líder está o segundo responsável na hierarquia da ordem, o Padre Luis Garza Medina; há outros. Num memorando interno de maio de 2010, os atuais líderes da Legião demonstraram que a mendacidade que era uma marca tão forte da vida de Maciel continua viva entre a atual liderança da Legião. Afirmam agora que nada sabiam da vida dupla do seu fundador. Esta é uma posição que é contradita pelas realidades de provas significativas, bem como pelo simples bom senso. A atual liderança, tal como Maciel, foi pesada na balança e encontrada em falta.

Durante os últimos dois anos o Papa Bento foi sujeito a críticas globais sobre a questão do abuso sexual clerical. Dissolver os Legionários de Cristo e declarar o Reverendo Marcial Maciel e a sua seita anátema seria uma declaração poderosa de que a limpeza tinha finalmente começado desta imundície que permeia virtualmente todos os países do mundo onde há uma população católica romana significativa.

Não vai acontecer sob este Papa que, como Cardeal Ratzinger, o Prefeto da Congregação para a Doutrina da Fé (CDF), ganhou ao longo dos anos uma série de outros títulos, incluindo o de *Enforcer* do Vaticano. A lista de alguns dos

melhores académicos e pensadores da Igreja Católica que foram silenciados e permanentemente prejudicados por Ratzinger durante os seus anos na CDF é longa. O seu crime foi ter e expressar opiniões que eram inaceitáveis nas mentes do Papa João Paulo II e do seu executor. Karol Wojtyla não só esperava uma aceitação inquestionável da sua autoridade, como a exigia. O homem que garantiu que a exigência papal fosse cumprida foi Ratzinger.

Clifford Longley, consultor editorial do *The Tablet* e autor e jornalista de assuntos religiosos há muito respeitado internacionalmente, observou:

«O Cardeal Ratzinger é odiado e temido em todo o mundo católico.» Já não é o caso; isso foi há muito tempo.

Aguarda-se uma decisão do Papa sobre o destino da Legião e dos seus membros. Cada homem protesta não meramente inocência, mas também total ignorância das atividades do falecido líder. Hoje, a Legião é um império de universidades (quinze na última contagem), escolas, negócios comerciais, os cinquenta institutos de ensino superior, as 176 escolas primárias e secundárias, com o número atual de estudantes a aproximar-se dos 135 000. Mais fácil, de longe mais fácil, o Papa Bento provavelmente raciocinará, deixar as infraestruturas existentes relativamente intocadas, abandonando o nome Legionários de Cristo. A mudança de nome poderia possivelmente ser anunciada pelo delegado apostólico que o Papa sem dúvida nomeará. Já começa a parecer que será feita uma tentativa para encostar o falecido fundador a um canto — uma banda de um homem só na corrupção. Aqueles entre os fiéis comuns devem ter grande cuidado com este estratagema em particular; nenhuma ordem religiosa na história da Igreja Católica alguma vez sobreviveu depois de repudiar o seu fundador.

Aqueles que aconselham o Papa sobre toda esta questão estão muito conscientes da necessidade de proceder com cautela

relativamente aos vários problemas delineados acima, particularmente a riqueza da Legião — não apenas a fortuna atual, mas também doações futuras. Entre os doadores mais proeminentes ao longo dos anos estão os proprietários do império mexicano do panificação Grupo Bimbo, e Carlos Slim, o magnata das telecomunicações listado pela *Forbes* como o homem mais rico do mundo. Uma indicação do tipo de dinheiro que alguns destes doadores deram no passado pode ser avaliada pelas quantias que se diz terem sido dadas à Ordem por Flora Barragán de Garza, que se julga ter doado 50 milhões de dólares durante a sua vida. A dimensão do escândalo que agora se gerou poderá ver tais doações a encontrar uma nova casa, a menos que seja tratado com requintada modéstia e mestria.

Um dos filhos do Padre Maciel, José Raúl González, está atualmente a preparar-se para processar os Legionários de Cristo, alegando fraude e negligência. O Vaticano em geral e o Papa Bento em particular seriam seriamente prejudicados se essa ação prosseguisse.

Enquanto a saga dos Legionários continuou a bom ritmo, outros escândalos em diferentes locais exigiram também atenção. A Legião não é uma aberração isolada. A longa Quaresma para a Igreja Irlandesa parece também não ter fim à vista. Muito antes do afastamento forçado do Bispo Magee, o Governo Irlandês anunciava planos para expandir um inquérito sobre o tratamento dado pela Igreja às queixas de abuso sexual. As repercussões do Relatório Ferns de 2005 ainda ressoavam quatro anos mais tarde. Um dos resultados mais positivos ocorreu quando mais de 70 por cento dos padres na Diocese de Ferns se voluntariaram para se submeter a verificações de antecedentes pela polícia. A confiança pública em Ferns poderia ter sido ainda mais restaurada se os outros 30 por cento tivessem seguido esse exemplo.

Em abril de 2009, o Arcebispo Diarmuid Martin de Dublin alertou publicamente todos os católicos irlandeses para se prepararem para a publicação do Relatório Ryan em maio. Esta

foi uma investigação monumental, com o nome do Presidente, o Juiz Seán Ryan, iniciada em 1999 e concluída dez anos mais tarde.

Com o título «Relatório da Comissão sobre Abuso Sexual Infantil», abordava em grande detalhe, ao longo das suas 2 600 páginas, os abusos clericais que recuavam até antes da Segunda Guerra Mundial. O mandato da Comissão era investigar todas as formas de abuso infantil nas instituições irlandesas para crianças. A maioria das alegações que investigou concentrou-se no sistema operado em cerca de sessenta «Escolas de Reforma e Industriais» residenciais geridas por Ordens da Igreja Católica, na sua maioria dirigidas pelos Irmãos Cristãos.

O relatório deveria ser de leitura obrigatória para o vasto leque de apologistas não apenas do atual Papa; é uma acusação verdadeiramente chocante. O relatório estabelece que o sistema dentro destas escolas tratava as crianças «como reclusos de prisão e escravos», desprovidos de quaisquer direitos legais. O relatório identificou comportamentos sub-humanos que registam repetidamente espancamentos e violações, submissão a espancamentos em público estando nus, coação a praticar sexo oral e até espancamentos após tentativas falhadas de violação por parte de Irmãos Cristãos.

Adjetivos como «sistémico», «generalizado», «crónico», «excessivo», «arbitrário» e «endémico» são usados pela Comissão para descrever o indescritível. Esses apologistas procurarão em vão provas de que o que ocorreu foi perpetrado por uma minoria muito pequena, embora mesmo um pervertido degenerado já fosse um a mais. É claro, a partir dos detalhes contidos neste documento, que estamos confrontados com um mal generalizado que se prolongou ano após ano, década após década.

É, por isso, mistificador que o falecido Karol Wojtyla tenha descartado o abuso clerical de crianças como «um problema americano». Qualquer pessoa que partilhe esse nível de

autoiludimento e, portanto, conclua, por exemplo, que aquilo que a Comissão Ryan enfrentou foi em primeiro lugar «um problema irlandês» deve refletir que, para onde quer que os Irmãos Cristãos fossem — fosse o Canadá, a Austrália ou outro local —, levaram consigo a sua versão do cristianismo, que incluía brutalidade sistemática.

O relatório contém quarenta e três conclusões e vinte recomendações. Entre as primeiras incluem-se:

- **Globalmente:** o abuso físico e emocional e a negligência eram características das instituições. O abuso sexual ocorreu em muitas delas, particularmente em instituições para rapazes. As escolas eram geridas de uma forma rigidamente disciplinada que impunha uma disciplina irrazoável e opressiva às crianças e até ao pessoal.

- **Abuso físico:** as Escolas de Reforma e Industriais dependiam de um controlo rígido por meio de castigos corporais severos e do medo de tais punições, o qual impregnava a maioria das instituições e a maior parte daquelas geridas para rapazes. As crianças viviam com o terror diário de não saberem de onde viria o espancamento seguinte.

- **Abuso sexual:** o abuso sexual era endémico em instituições para rapazes. As escolas investigadas revelaram um nível substancial de abuso sexual de rapazes sob custódia, que se estendia desde toques e carícias impróprias até violações com violência. Os perpetradores de abusos conseguiam operar sem serem detetados durante longos períodos no coração das instituições.

Quando confrontadas com provas de abuso sexual, a resposta das autoridades religiosas era transferir o infrator para outro local onde, em muitos casos, ficava livre para abusar novamente. Embora as raparigas fossem submetidas a abusos sexuais predatórios, este não era sistémico em escolas para raparigas.

Existe a crença em alguns círculos de que este sistema secreto de transferir um molestador é um estratagema que começou nos anos 1980, mas o longo alcance desta investigação, que recua a testemunhos anteriores à Segunda Guerra Mundial, expõe esse boato. As provas estendem-se muito mais longe e vão de 1914 em diante.

Mais de 25 000 crianças frequentaram estas instituições. Aproximadamente 1 500 apresentaram queixas à Comissão. Sem dúvida que esse número teria sido muito maior se outros tivessem vivido para contar a sua história; outros ainda não testemunharam por uma variedade de razões, que iam da vergonha ao medo. O efeito destes abusos sobre as crianças permanece para o resto das suas vidas. Não foi fácil para nenhuma delas testemunhar perante estranhos; isso exigiria uma coragem extraordinária. Falaram da negligência, dos fracos padrões de cuidados físicos, da fome roedora dia após dia, lutando para sobreviver com comida mínima que era inedível e mal preparada. Descreveram a falta de aquecimento em salas desoladas e o abuso tanto emocional como físico. Ir à casa de banho era frequentemente aproveitado como uma oportunidade para degradação e humilhação. Recordaram que a crítica era incessante, assim como o abuso verbal, que era invariavelmente acompanhado por gritos sobre o quão inúteis elas eram.

A Comissão estabeleceu também que governos sucessivos mancomunaram com os perpetradores. As inspeções do Ministério da Educação eram «fundamentalmente viciadas e incapazes de ser eficazes». O ministério não aplicava os padrões estabelecidos nas regras e nas suas próprias diretrizes ao investigar queixas, mas «procurava proteger e defender as congregações religiosas e as escolas». O ministério lidava de forma inadequada com as queixas sobre abuso sexual, «que eram geralmente descartadas ou ignoradas».

As recomendações da Comissão foram limitadas pelo Governo Irlandês a apenas duas categorias. Em suma, o

contribuinte irlandês pagou a conta dos custos do inquérito e de quaisquer compensações, mas permaneceu na ignorância sobre quem era exatamente o culpado. Foi uma situação que perduraria devido a compromissos anteriores assumidos com os Irmãos Cristãos, incluindo a promessa de que não haveria procedimentos criminais, embora as provas de atos criminosos fossem esmagadoras.

Tinha havido a intenção de aplicar uma política de «denúncia pública», mas tal foi bloqueado por uma ação judicial intentada pelos Irmãos Cristãos. Os Irmãos solicitaram e receberam permissão para lidar com os abusadores anonimamente. Assim, o relatório não indica se todos os abusadores eram membros de ordens religiosas encarregadas de escolas ou se partes externas estavam envolvidas. Não obstante a camisa de forças imposta à Comissão, o relatório teve um impacto profundo na Irlanda e fora dela. Mas um lamento sustentado e um ranger de dentes perante tal comportamento criminoso continuado não têm valor a menos que, no final, haja uma medida de justiça para as vítimas. Sem isso, haveria pouco a mostrar além de uma montanha de trivialidades.

Acontece que ao «sem denúncia pública» seguiu-se a revelação de mais uma torção na ferida. Um «acordo de indemnização» tinha sido assinado entre dois representantes da Conferência dos Religiosos da Irlanda (CORI), um grupo chapéu que representava 138 congregações religiosas, em nome de dezoito ordens religiosas que tinham gerido as instituições residenciais, e o então Ministro da Educação, Michael Woods. Não teria sido irrazoável esperar que muitos dos responsáveis pelos atos condenados pela Comissão acabassem em tribunal e, depois, na prisão. Em vez disso, o negócio que tinha sido feito entre o governo e a CORI não só garantiu imunidade e privacidade, como foi ainda mais longe: as ordens religiosas ficaram também indemnizadas de qualquer ação legal, pelo que quaisquer custos seriam agora suportados pelo contribuinte

irlandês em troca de uma transferência de património e ativos no valor de 128 milhões de euros. Nenhuns representantes das vítimas tinham estado envolvidos em qualquer destas negociações.

A quantia de 128 milhões de euros nem sequer cobria o custo da Comissão, não deixando nada para compensar as vítimas. Este negócio permaneceu secreto até ser revelado pela comunicação social em janeiro de 2003. Tinha sido concluído por um governo de gestão à data das eleições de 2002, no último dia possível de trabalhos. Como tal, o acordo não teve nem a aprovação do Conselho de Ministros nem o benefício de um debate sobre as questões no *Dáil*. O custo global para o contribuinte irlandês foi estimado em 1 milhar de milhão de euros.

Isto é o que atualmente passa por justiça na Irlanda para as vítimas de abuso sexual e físico. Em junho de 2009, o Papa Bento demonstrou mais uma vez que habita uma zona muito rareffeita e intocada pela realidade. Em conversa com os bispos irlandeses Martin e Brady, o Papa exortou-os:

«A estabelecer a verdade sobre o que aconteceu, garantir que a justiça seja feita para todos, implementar as medidas que evitarão que estes abusos voltem a acontecer, com vista à cura dos sobreviventes.»

Esta reunião entre Bento e os dois bispos teve lugar um mês após o Relatório Ryan ter sido publicado. O apelo do Papa foi dirigido não apenas aos dois homens sentados diante dele, mas a toda a Igreja Católica da Irlanda e aos seus padres e freiras. Muito simplesmente, estava a pedir à Igreja que encontrasse uma solução satisfatória. Muitos padres dentro dessa Igreja parecem ter concluído, à luz das várias cláusulas do «acordo de indemnização», que já tinham uma solução satisfatória.

Este não era nem é um problema restrito aos orfanatos, escolas de correção e instituições. Na Irlanda, havia lições mais amplas a retirar. Mesmo depois de os detalhes meticulosos

contidos no Relatório Ryan terem sido publicados, os apologistas continuaram a negar a verdade, sem dúvida motivados por um sentimento partilhado por muitos dentro do Vaticano e de outros locais «pelo bem da Mãe Igreja». Esconderam-se atrás de uma panóplia de argumentos curiosos: «Isto foi apenas uma pequena minoria de padres . . . Estas crianças que foram alegadamente abusadas, bem, nada foi provado em tribunal . . . Eram todos uns deserdados da sorte, parte da classe criminosa . . . Este inquérito apenas analisou crianças mantidas em instituições residenciais e escolas industriais.» Esse último argumento tinha particular ressonância para o católico tradicional. «Façam um inquérito à Arquidiocese de Dublin e obterão um quadro completamente diferente», dizia o argumento. Por vezes, a vida está bem escrita.

A seguir para consideração veio o Relatório Murphy, novamente com o nome da sua Presidente, a Juíza Yvonne Murphy, com o mandato de relatar sobre a forma como as autoridades da Igreja e do Estado lidaram com uma amostra representativa de alegações e suspeitas de abuso sexual infantil contra clérigos a operar sob a égide da Arquidiocese de Dublin durante o período de 1975 a 2004.

A Juíza Murphy e a sua Comissão foram nomeadas em novembro de 2005; o seu relatório foi publicado em novembro de 2009. A publicação foi adiada durante cerca de seis meses pelo governo e só foi eventualmente divulgado porque o Supremo Tribunal Irlandês decidiu que deveria sê-lo. À última hora, o Governo Irlandês, que estava naturalmente totalmente ciente do conteúdo do relatório, pediu ao Tribunal que adiasse ainda mais a publicação. O Tribunal recusou o pedido.

A Comissão Murphy trabalhava num âmbito muito mais reduzido do que o Relatório Ryan. O seu intervalo temporal estava confinado a vinte e nove anos, e a amostra representativa de casos investigados estava confinada às atividades de quarenta e seis padres. A introdução do relatório, formulada numa linguagem calma e neutra, revela serenamente factos bastante chocantes.

«É importante, na perspetiva da Comissão, não equiparar o número de queixas aos casos reais de abuso sexual infantil. Embora um número significativo de padres contra os quais foram feitas alegações tenha admitido o abuso sexual infantil, alguns negaram-no. Dos investigados pela Comissão, um padre admitiu ter abusado de mais de 100 crianças, enquanto outro aceitou que tinha abusado numa base quinzenal durante a vigência do seu ministério, que durou mais de 25 anos [um mínimo de 650 atos sexuais separados de abuso em crianças]. O número total de queixas documentadas registadas contra esses dois padres é de pouco mais de setenta. Noutro caso, há apenas uma queixa, mas o padre admitiu ter abusado de pelo menos outras seis crianças.»

Responsáveis da Arquidiocese de Dublin transmitiram à Comissão que os vários casos que tinham vindo a lume ao longo dos trinta e cinco anos anteriores tinham deixado a Igreja, em comum com o público em geral, «apanhada de surpresa pelo volume das revelações . . . As autoridades da Igreja alegaram repetidamente ter estado, antes do final dos anos 1990, numa "curva de aprendizagem" em relação a esta matéria. Tendo concluído a sua investigação, a Comissão não aceita a veracidade de tais alegações e afirmações.»

Mais uma vez, o espetro da supressão da verdade pelo bem da Mãe Igreja levanta a cabeça.

«As preocupações da Arquidiocese de Dublin ao lidar com casos de abuso sexual infantil, pelo menos até meados dos anos 1990, foram a manutenção do segredo, a evitação do escândalo, a proteção da reputação da Igreja e a preservação dos seus ativos. Todas as outras considerações, incluindo o bem-estar das crianças e a justiça para as vítimas, foram subordinadas a estas prioridades. A Arquidiocese não aplicou as suas próprias regras de direito canónico e fez o seu melhor para evitar qualquer aplicação da lei do Estado.»

Não há muito conforto para os apologistas nestas conclusões. De facto, como se pode ver, embora a área de investigação diferisse grandemente da investigação épica do Juiz Ryan às escolas industriais e orfanatos, as provas e as conclusões a retirar dos respetivos relatórios têm uma simetria avassaladora. Quanto à alegação de ignorância da «curva de aprendizagem», o Arcebispo McQuaid já lidava com tais casos nos anos 1950 e 1960. Houve bispos em todo o mundo que usaram esta defesa durante os últimos trinta anos. Qualquer homem adulto — seja ele um bispo ou um homem em qualquer outro passeio da vida — que não soubesse, muito antes de este escândalo se tornar do conhecimento público, que homens adultos ter sexo com crianças é errado e insidiosamente prejudicial para as crianças é um idiota, um mentiroso, ou ambos.

O Arcebispo McQuaid e os três arcebispos anteriores de Dublin durante o período sob investigação — Ryan, McNamara e Connell — não saem deste exame com qualquer honra. O relatório observa:

«Nem um único deles comunicou o seu conhecimento de abuso sexual infantil à *Gardaí* ao longo dos anos 1960, 1970 ou 1980. Não foi senão em novembro de 1995 que o Arcebispo Connell permitiu que os nomes de dezasseis padres sobre os quais a Arquidiocese tinha recebido queixas fossem entregues à *Gardaí*. Este número não estava completo. Nessa altura, havia conhecimento dentro da Arquidiocese de pelo menos vinte e oito padres contra os quais tinha havido queixas.»

Das ações específicas, ou da falta delas, por parte dos vários Arcebispos, a Comissão comenta:

«O Arcebispo McQuaid estava familiarizado com as exigências do Direito Canónico, mas não as aplicou totalmente. É claro que os seus contactos com o Padre Edmondus em 1960 visavam evitar o escândalo e não mostravam qualquer preocupação pelo bem-estar das crianças.»

O nome «Edmondus» é um pseudónimo. Aos padres que cooperaram com a Comissão foi dada a opção de se esconderem atrás de um nome fictício. Trinta e três dos quarenta e seis aproveitaram essa oferta.

«O Arcebispo Ryan falhou em investigar devidamente as queixas, entre outras, contra o Padre McNamee, o Padre Macguire, o Padre Ioannes, o Padre Septimus e o Padre Carney. Ignorou também o conselho dado por um psiquiatra no caso do Padre Moore de que ele não deveria ser colocado num ambiente paroquial. Moore foi posteriormente condenado por uma agressão sexual grave a uma jovem adolescente enquanto trabalhava como vigário paroquial . . .»

«O Arcebispo McNamara . . . restituiu as faculdades sacerdotais ao Padre Carney apesar de este se ter declarado culpado de acusações de abuso sexual infantil em 1983 e apesar de haver suspeitas sobre ele em relação a numerosas outras crianças. Falhou em garantir que o Padre Carney obedecesse às instruções e permitiu-lhe, com efeito, escarnecer dos desejos dos seus superiores.»

Reveladoramente, o retrato do Arcebispo McNamara termina com: «Ele viu a necessidade de cobertura de seguro e iniciou o processo para a obter.»

Do Arcebispo Connell, a Comissão nota que «[Ele] viu muito poucos dos queixosos. (Os seus predecessores parecem não ter visto nenhum.) Daqueles que viu, alguns acharam-no simpático e afável, mas com pouca compreensão da situação global das vítimas. Outros acharam-no distante e frio.»

Uma área onde o Arcebispo Connell demonstrou grande atividade foi no que diz respeito ao contencioso civil contra a arquidiocese. Ele aprovou pessoalmente as contestações que foram apresentadas pela arquidiocese. A responsabilidade por danos ou prejuízos nunca foi admitida. A Comissão, comentando isto, observou: «As estratégias do Arcebispo nos casos cíveis,

embora legalmente aceitáveis, frequentemente aumentaram a dor e o desgosto de muitos queixosos.»

À medida que se avança no relatório, a calma das palavras cuidadosamente escolhidas aumenta o poder da revelação que se está a desenrolar: as guerras de alecrim e manjerona entre prelados rivais, a arrogância de alguns, a aparente incompreensão de outros e, acima de tudo, o desejo da vasta maioria dos responsáveis da Igreja dentro de Dublin de, a todo o tempo, esconder, ocultar e mascarar a verdade é estarrecedor. O jogo do sacudir da água do capote é de nível olímpico. A intervalos regulares no relatório, o poder do eufemismo de factos particulares choca o leitor.

A Comissão não encontrou provas diretas de uma rede de pedofilia entre os padres da arquidiocese de Dublin, mas havia «algumas ligações preocupantes».

«O Padre Carney e o Padre McCarthy abusaram de crianças durante as suas visitas a lares de crianças. Levaram também crianças de férias e partilharam alojamento com dois queixosos distintos. Um rapaz que foi inicialmente abusado pelo Padre McCarthy foi posteriormente abusado pelo Padre Carney. O Padre Carney abusou de crianças em piscinas e era por vezes acompanhado às piscinas pelo Padre Macguire.»

«Quando o Padre Ioannes estava a ser investigado pelo abuso de um jovem rapaz, o Padre Boland, que não era padre na diocese na altura, apareceu na casa do jovem rapaz a oferecer conforto e aproveitou a oportunidade para ele próprio abusar do jovem rapaz.»

Noutra parte do relatório (Capítulo 11), a Comissão explica o método usado para selecionar que padres entrevistar. Tinham recebido informação relativa a queixas, suspeitas ou conhecimento de abuso sexual infantil no que diz respeito a 172 padres nomeados e onze padres não nomeados.

«Após um exame preliminar, a Comissão concluiu que 102 destes padres estavam dentro do âmbito do mandato.»

«Desses padres que não estavam dentro dos termos de referência da Comissão, duas razões principais para a sua exclusão foram identificadas:»

- a queixa foi feita fora do período temporal de 1975-2004;
- o padre não estava a operar sob a égide da Arquidiocese de Dublin na altura do alegado abuso. Os padres em questão eram principalmente membros de ordens e sociedades religiosas que estavam a trabalhar em Dublin, mas não em nome da Arquidiocese.

Os critérios indicam os escrúpulos que foram aplicados. A Comissão escolheu depois uma amostra representativa do grupo de 102. Mais uma vez, a abordagem imparcial que foi aplicada, e que é totalmente explicada no relatório, é impressionante. Ninguém que leia este relatório poderá alguma vez alegar que este é o trabalho de um tribunal de fachada. As implicações dos critérios muito cuidadosos aplicados levam o leitor irresistivelmente à conclusão de que o que encontraram relativamente aos quarenta e seis padres examinados, também teriam encontrado nos restantes cinquenta e seis padres. É um facto que deve ser tido em conta quando se consideram apenas alguns fragmentos de dois dos quarenta e seis históricos de casos.

Marie Collins foi uma das várias pessoas abusadas pelo Padre Edmondus. Ela foi severamente afetada pelo abuso, como ilustra parte da sua declaração à Comissão.

'O Padre [Edmondus] traiu a confiança nele depositada pelos seus superiores religiosos. Traiu a confiança das autoridades hospitalares. Traiu a confiança dos meus pais. Todos me tinham entregue aos seus cuidados. Traiu a minha confiança e a minha inocência. Abusou do seu poder e usou o meu respeito pela sua

posição religiosa para me abusar e degradar — uma criança — não apenas uma criança, mas uma criança doente. Quão mais baixo do que isto se pode descer? Um homem assim merece as nossas orações, não a nossa proteção [ênfase no original].'

O Padre Edmondus cometeu uma série de agressões sexuais contra jovens pacientes com idades compreendidas entre os oito e os onze anos no Hospital de Crianças de Nossa Senhora, em Crumlin, no final dos anos 1950 e 1960. Dezasseis anos mais tarde, estava sediado no Condado de Wicklow, onde cometeu uma agressão sexual contra uma criança de nove anos. Como nota o relatório, "O caso também tem de ser considerado pela Comissão porque, nos anos 1990, suspeitas sobre o seu comportamento enquanto era coadjutor numa paróquia do Norte de Dublin foram levadas ao conhecimento da Arquidiocese."

O Padre Edmondus nasceu em 1931 e foi ordenado em 1957. Ocupou subsequentemente uma série de cargos na arquidiocese de Dublin. Em agosto de 1960, o então chefe da Igreja Católica em Dublin, o Arcebispo McQuaid, foi informado de que um rolo de filme fotográfico enviado para uma empresa do Reino Unido para revelação tinha sido entregue por um agente de segurança à Scotland Yard que, tendo estabelecido que o proprietário era residente em Irlanda, remeteu o assunto para o comissário da Gardaí. Não há evidência de qualquer investigação subsequente por parte da polícia irlandesa. Em vez disso, o assunto foi tratado de uma forma muito típica da época. Ocorreu uma conversa tranquila entre o Comissário da Polícia Costigan e o arcebispo. McQuaid foi informado de que a empresa fotográfica do Reino Unido tinha 'entregue à Scotland Yard um filme a cores com a etiqueta Rev. [Edmondus], Hospital de Crianças, Crumlin, Dublin, do qual vinte e seis transparências eram das partes privadas de duas meninas de dez ou onze anos.' O comissário da polícia pediu ao arcebispo que assumisse o caso porque um padre estava envolvido e a Gardaí 'não podia provar nada'. Pelo contrário, a prova já estava nas suas mãos.

Apesar do facto de haver uma prova tão irrefutável de abuso sexual, o comissário da polícia disse ao arcebispo que não faria mais nada, e nada foi exatamente o que a polícia irlandesa fez. Quanto aos negativos e ao filme — desapareceram. McQuaid remeteu o assunto para o seu auxiliar, o Bispo Dunne, que expressou a opinião de que tinha sido cometido um crimen pessimum — 'o pior crime', que inclui o abuso sexual de crianças.

No dia seguinte, o Arcebispo McQuaid reuniu-se com o Padre Edmondus, que admitiu ter fotografado as crianças em posturas sexuais, sós e em grupo. McQuaid fez uma nota da reunião que em partes se lê:

'As crianças andavam a brincar, a levantar as saias. Ele [Padre Edmondus] repreendeu-as. Vendo que esta era uma oportunidade de descobrir como eram os genitais, fingiu que não havia filme na câmara que transportava e fotografou-as em posturas sexuais, sós e sentadas juntas, principalmente de uma forma ou postura que abria as partes. Ele tinha declarado que o tinha feito como quem tira uma foto artística, não vendo pecado grave de todo e não sofrendo qualquer perturbação física em si mesmo. Ele estava intrigado, contudo, pois tinha visto desenhos lineares, quanto à estrutura e funções do órgão feminino. Ao questionar, descobri que tinha sido criado com irmãos, [na verdade Edmondus também tinha uma irmã] nunca se tinha movimentado socialmente com raparigas e tendia a evitá-las, como no hospital com as enfermeiras. Eu sugeri chamar o Doutor 'Rutherford', um bom católico,

'Senti que ele compreendia claramente a natureza do ato pecaminoso envolvido e enviá-lo para um retiro iria difamá-lo.'

Assim, o Arcebispo de Dublin demonstrou não só um nível perigoso de ingenuidade, mas uma preocupação que se dirigia unicamente ao padre, não menos ao assisti-lo no seu 'espanto'.

McQuaid não fez qualquer esforço para estabelecer a identidade das jovens raparigas. Nem considerou apropriado contactar o hospital de Crumlin ou colocar protocolos em vigor para futuros capelães do hospital. Tendo em conta o facto de o arcebispo ser o presidente do conselho de administração, a omissão de salvaguardas para o futuro equivalia a um ato de negligência criminal.

O arcebispo conferenciou com o Bispo Dunne e ambos concordaram que não havia um crime objetivo e subjetivo do tipo previsto na instrução de 1922 relativamente ao crimen pessimum, e consequentemente que não havia necessidade de remeter o assunto para o Santo Ofício em Roma. Uma das consequências da falha do arcebispo em agir foi colocar uma bomba-relógio no hospital de crianças, que permaneceu sem saber que tinha sido deixado numa posição altamente vulnerável. O Padre Edmondus viu o Doutor Rutherford em três ocasiões. Quaisquer relatórios do médico tinham sido removidos dos arquivos da Igreja na altura em que a Comissão estava reunida.

O facto de as fotografias terem sido tiradas com engano numa altura em que nenhum pessoal de enfermagem estava presente e de o filme ter sido enviado para o Reino Unido para revelação indicaria intenção criminal a qualquer observador normal. Claramente nem o arcebispo nem o seu bispo entravam nessa categoria. O Bispo Dunne tinha demonstrado uma flexibilidade notável no seu processo de pensamento. A sua conclusão inicial foi de que um crimen pessimum tinha definitivamente sido cometido. Meros três dias e uma reunião adicional com o seu arcebispo tinham transformado a sua opinião completamente.

A Comissão concluiu que o motivo do arcebispo foi evitar um escândalo tanto na Irlanda como em Roma. O atual Arcebispo de Dublin, Diarmuid Martin, aceita que as conclusões do seu antecessor estavam erradas, e que as medidas tomadas foram inadequadas, mas perturbadoramente não aceita que McQuaid

tenha sido motivado por um desejo de evitar um escândalo tanto na Irlanda como em Roma.

De muitas formas, desde que estas comissões na Irlanda começaram, Diarmuid Martin tem estado na vanguarda da mudança, mantendo-se resoluto e condenando a velha guarda que continua a resistir à mudança, mas nesta questão pareceria que o arcebispo ainda não 'entendeu'. Marie Collins, uma das jovens raparigas abusadas no hospital de Crumlin em 1960, tinha tentado muito antes da Comissão Murphy obter algum reconhecimento do que tinha ocorrido e também um compromisso de que o Padre Edmondus seria mantido bem longe de crianças. Em 1985 ela falou com o seu coadjutor local, o Padre Eddie Griffin. Ela estava no processo de lhe dar um relato completo quando o coadjutor lhe disse que não queria saber o nome do seu agressor porque então 'teria de fazer algo a esse respeito.' Explicando subsequentemente a sua posição à polícia irlandesa cerca de dezassete anos mais tarde, em 2004, quando a Comissão era altamente visível, ele disse:

'Nós, como padres, tínhamos sido aconselhados na faculdade a não procurar o nome de padres contra os quais estivessem a ser feitas alegações. A Marie Collins não me disse o nome do padre. Eu disse-lhe para não sentir qualquer culpa pelo que tinha acontecido e que o padre tinha agido mal e, se ela tinha culpa, eu podia dar-lhe a absolvição.'

Portanto, tendo instruído a Sra. Collins a não lhe dar a identidade do seu agressor, ele disse à polícia, '. . . perguntei-me por que razão ela estava ali e pensei que ela se pudesse estar a sentir culpada.' Na verdade, muitas vítimas de abuso sexual clerical sentem culpa. Também sentem profunda vergonha. Também querem que sejam tomadas medidas para controlar o padre infrator. O que o Padre Griffin não conseguiu alcançar foi que tinha acabado de ser informado de uma infração criminal grave. Seriam necessários mais dez longos anos até que Marie fosse capaz de ganhar coragem e reportar o abuso ao Paço

Arquiepiscopal em 1995. O autor do crime, entretanto, tinha continuado a comprazer os seus desejos sexuais.

Em 1993, enquanto Edmondus era coadjutor em Edenmore, no Norte de Dublin, a sua constante preparação e aliciamento sexual de jovens crianças acabou por fazer com que fossem apresentadas queixas. O Bispo Moriarty, o padre auxiliar para a área, descobriu que o Padre Edmondus tinha o hábito de transportar jovens crianças de carro, permitindo-lhes mudar de roupa e vestir os seus fatos de banho na sua casa; dava-lhes dinheiro e encorajava um grupo de jovens que eram faltosos crónicos às aulas a passar tempo com ele. Nenhum adulto era permitido na sua casa — ele favorecia, em vez disso, os muito jovens. O bispo discutiu o problema com padres locais e com o Arcebispo Connell, e depois contentou-se em avisar o Padre Edmondus sobre o seu comportamento e 'aconselhá-lo' a abster-se das atividades acima referidas. Nenhuma tentativa foi feita pelas autoridades arquidiocesanas para verificar os arquivos ou outros ficheiros relativos a Edmondus quando estas várias queixas foram recebidas. Informação foi também adquirida nesta altura de que Edmondus estava a gravar vozes de crianças e, quando questionado sobre esta atividade, admitiu também fotografar crianças.

À exceção da sua tentativa em 1985 de obter ajuda do seu coadjutor local — uma experiência que deixou Marie Collins ainda mais traumatizada do que anteriormente — esta mulher severamente prejudicada psicologicamente tinha sofrido em silêncio durante quase trinta e cinco anos. O que finalmente a encorajou a tentar novamente no que diz respeito a contactar as autoridades católicas foi a preocupação de que outras crianças pudessem ter sido abusadas pelo Padre Edmondus. Consequentemente, além de contactar o arcebispo, Marie também escreveu para o hospital de Crumlin. É impossível apreender adequadamente o inferno privado no qual esta mulher tinha estado a viver durante tantos anos. Muito padre em muito país ao longo

do período desde o início dos anos 1980 confrontado com um caso de abuso sexual clerical numa jovem vítima tinha tomado uma posição de que 'irão ultrapassar isso com o tempo . . . deixa isso para trás . . . segue com a tua vida,' e outros lugares-comuns untuosos inspirados por uma ignorância total do dano que foi feito a uma criança inocente. Homens que levaram uma vida celibatária não são talvez os conselheiros mais qualificados num caso que envolva abuso sexual.

Contactar a arquidiocese em 1995 serviu de estímulo para Marie Collins; à parte do hospital de Crumlin, cartas começaram a fluir para outras secções da Igreja Católica; o seu padre local e o Bispo Forristal foram apenas mais dois destinatários. O Arcebispo Connell remeteu o caso para o Monsenhor Stenson, mas não fez qualquer tentativa de confirmar a receção da carta dela. O padre local de Collins também não respondeu. Deve ter parecido à vítima que a sua tarefa em obter justiça natural equivalia a, sozinha, arrastar a Igreja Irlandesa para o final do século vinte. Embora o Monsenhor Stenson acreditasse em Marie, não lhe disse que tinha havido outros incidentes e outras preocupações relativamente ao Padre Edmondus no hospital de Crumlin. Tê-lo feito ter-lhe-ia dado não só tranquilidade psicológica, mas encorajamento de que finalmente não estava a combater esta coisa sozinha.

Nem lhe foi dito que ela tinha levado diretamente a um avanço significativo no que diz respeito à resposta da Igreja Irlandesa a tais casos. Com a permissão do Arcebispo Connell, o monsenhor fez uma declaração de divulgação parcial à polícia relativamente ao Padre Edmondus; este foi um primeiro passo histórico. Que tenha sido preciso esperar até novembro de 1995 para que isto ocorresse é inadmissível. Anteriormente, muitos agentes policiais séniores, incluindo comissários de polícia, consideravam os padres agressores como estando fora da sua alçada — perpetuando assim não só tais casos, mas criando uma situação muito atrativa para potenciais pedófilos.

Quando o Monsenhor Stenson delineou a natureza do abuso sobre a Sra. Collins ao homem responsável, o Padre Edmondus respondeu, ‘Não consigo situar a rapariga,’ mas aceitou que ‘toques inadequados’ poderiam ter acontecido. Mais tarde observou, ‘Se eu tenho um problema, era com meninas.’ Ele não tinha, veio a verificar-se, qualquer ‘problema’ com meninos.

Edmondus foi remetido para uma avaliação no Instituto Grandana em Shankill, Dublin. O instituto é um serviço para aqueles cujas vidas foram afetadas por abuso sexual, tanto vítimas como agressores. Um relatório de dezembro de 1995 sobre o padre recomendava que ele ‘fosse removido do ministério tal como está presentemente constituído’. A avaliação baseou-se na ‘natureza de escalada do alegado abuso . . . O alegado padrão abusivo começou com o que parecia ser diversão inocente e de boa índole, mas foi depois seguido por exigências mais sinistras sobre a criança.’

Em março de 1996, a Sra. Collins reuniu-se com o Monsenhor Stenson novamente. Ela estava ansiosa sobre vários aspetos e perguntou, ‘O Padre Edmondus admitiu a alegação que eu fiz?’ O monsenhor confirmou que ele na verdade tinha admitido. De facto ele não tinha, tinha meramente concordado com a sugestão do monsenhor. Stenson confirmou a Marie que Edmondus não estava na paróquia, estava a viver numa casa religiosa e estava a receber terapia. No seu registo escrito da reunião ele observou que estava satisfeito por ‘ela não estar apostada em criar dificuldades ao Padre Edmondus ou na verdade à Igreja.’ Mais uma vez aquele tema de proteger a Mãe Igreja ergue a sua cabeça. Nenhum encobrimento era demasiado grande; nenhum engano demasiado vasto. Tudo e qualquer coisa tinha de ser feito para esconder a verdade e assim proteger a reputação da Igreja Católica Romana, não de mentiras perversas, mas da verdade nua e crua.

Ao contrário do que tinha sido dito a Marie Collins, o Padre Edmondus ainda estava a viver na paróquia, apesar de lhe ter sido

ordenado que saísse. Ele tinha também sido deixado na sua posição pelo Cardeal Connell, que lhe disse que ele não devia exercer o ministério na paróquia. O Cardeal Connell disse à Comissão que a razão pela qual tinha deixado o padre no lugar foi 'porque não tinha havido nada contra [Edmondus] durante algo como trinta anos, e pareceu-me um pouco duro demais. Eu fi-lo no interesse das crianças,'

Era naturalmente incorreto dizer que não tinha havido nada contra este padre durante trinta anos, como uma leitura dos seus próprios ficheiros teria demonstrado ao cardeal. Apesar das instruções do arcebispo, o Padre Edmondus continuou exatamente como antes das instruções. Uma vez tendo deixado a comunidade, continuou a visitar a paróquia frequentemente, vestido com traje clerical e continuou a ouvir confissões. Ninguém monitorizou as suas atividades e ele continuou a estar listado como coadjutor em Edenmore ao longo de 1996 e 1997.

A Gardaí, tendo sido incitada por Marie Collins, decidiu finalmente lançar um novo olhar sobre o seu caso. Numa reunião com o Monsenhor Stenson pediram uma cópia do ficheiro do Padre Edmondus, ou pelo menos a oportunidade de o estudar. As atividades inovadoras anteriores de Stenson no que diz respeito a dar à polícia alguns detalhes básicos sobre o padre tinham no entretanto sido reconsideradas. Ele recusou dar-lhes uma cópia da carta, declarando que precisaria de aconselhamento jurídico. Recusou deixar que eles lessem o ficheiro, declarando que o Direito Canónico impedia tal ação. Expressou consternação por Marie Collins ter mostrado à polícia a sua carta para ela na qual ele tinha escrito sobre o Padre Edmondus admitir a infração; ele também recusou fazer uma declaração nesse sentido. Claramente o monsenhor não estava numa maré de generosidade nesse dia.

Todo este assunto foi perseguido — como tantos casos de abuso foram e na verdade ainda são — por demasiados responsáveis dentro da Igreja Católica a desrespeitar continuamente as ordens do Vaticano relativas à transparência.

Todas as arquidioceses no mundo continuam a proteger os seus ficheiros secretos, continuam a encobrir o que consideram ser inadequado para vir a público.

Foi apenas depois de um painel consultivo ter feito uma série de recomendações básicas relativamente ao caso Edmondus que o bom senso começou a prevalecer um pouco. Entre essas recomendações estava 'o Arcebispo deve reunir-se com Marie Collins e oferecer uma pessoa de apoio.' Em dezembro de 1996 o Arcebispo Connell reuniu-se com a Sra. Collins e o seu padre de apoio, Padre James Norman. Durante esta reunião o arcebispo pediu desculpas a Marie pela 'mágua causada a ela'. O Padre Norman manteve uma nota desta reunião, e o que se segue é ipsis verbis:

'Durante a reunião Marie levantou uma carta que tinha escrito ao Arcebispo a 4 de junho [1996] respeitante ao futuro de Edmondus. O Arcebispo não deu uma explicação sobre o porquê de não ter respondido à carta dela, exceto para dizer que ela tinha levantado questões muito difíceis.

'Quando Marie perguntou ao Arcebispo por que razão ele não tinha dado uma declaração à Gardaí a confirmar que havia outro caso em ficheiro dos anos 1960, o Arcebispo respondeu que isso minaria a confiança das pessoas na Igreja se pensassem que os ficheiros estavam a ser passados para a Gardaí, isto é, casos de anulação. Ele também disse que o caso anterior não era grave, pois envolvia apenas o tirar de fotografias.'

Pareceria que o arcebispo estava naquele momento ignorante do que existia dentro dos seus próprios ficheiros sobre Edmondus. As notas do Padre Norman continuam: 'Marie delineou em detalhe como ter aquele tipo de fotografia tirada a tinha magoado e prejudicado. O Arcebispo ficou muito chocado e perturbado pela história que Marie lhe tinha contado.'

Subsequentemente, Marie perguntou ao arcebispo por que razão ele não tinha seguido o documento de enquadramento, uma

série de diretrizes para auxiliar os bispos no procedimento correto ao lidar com casos de abuso. O seu comentário de que 'não era vinculativo no direito canónico ou civil, portanto, eu podia seguir as partes que quisesse seguir' foi seguido pela observação, 'Eu tinha de proteger o bom nome do padre que a tinha abusado.'

Em março de 1997 o Padre Edmondus foi detido e acusado de infrações relativas ao abuso de uma criança na paróquia do Condado de Wicklow e também do abuso sexual da Sra. Collins. Em junho de 1997 o Padre Edmondus declarou-se culpado de duas acusações de agressão indecente a Marie Collins. Alguns dias mais tarde declarou-se culpado de duas acusações de agressão indecente à rapariga na paróquia do Condado de Wicklow. Foi sentenciado a dezoito meses de prisão relativamente às agressões à Sra. Collins e a nove meses de prisão a cumprir concorrentemente relativamente às agressões do Condado de Wicklow. Em novembro de 1997 a sentença total foi reduzida em recurso para nove meses. Antes do caso ele tinha-se reunido com a Sra. Collins, tinha-lhe pedido desculpas e oferecido fazer uma contribuição financeira para ela.

Após a condenação, uma variedade de pessoas fez declarações. O Arcebispo Connell condenou o abuso de crianças como 'errado e malévolo'. Ele também alegou que as dioceses tinham estado a cooperar com a Gardaí. Quando isto foi contestado, o Monsenhor Stenson observou que a diocese nunca alegou que tinha cooperado totalmente, com ênfase na palavra 'totalmente', com a Gardaí.

Em maio de 1998, o Padre Edmondus foi libertado da prisão; foi reformado do ministério ativo sob condições monitorizadas. O facto de este homem ter sido finalmente levado à justiça ficou a dever-se inteiramente aos esforços da mulher que tinha sofrido abuso sexual quando era uma jovem rapariga. Marie Collins triunfou apesar dos melhores esforços da Gardaí, da Arquidiocese de Dublin e de um número considerável de bispos e padres.

Abaixo estão algumas citações da avaliação da Comissão sobre este caso. A sua avaliação completa pode ser lida nas páginas 205 a 209 do seu relatório:

... A conclusão do Arcebispo McQuaid de que as ações do Pe. Edmondus surgiram meramente de um '"espanto" sobre a anatomia feminina é risível . . . Ou o Arcebispo McQuaid não conseguia lidar com o facto de um padre que estava numa posição privilegiada de capelão de um hospital de crianças ter abusado fundamentalmente dessa posição e explorado sexualmente crianças jovens e vulneráveis a aguardar tratamento, ou precisava de uma explicação que lidasse com a preocupação justificável do Bispo Dunne e que também justificasse não reportar a matéria a Roma. A Comissão considera que a segunda explicação é a mais provável.

'. . . Como ele [o coadjutor local] pôde ter formado a visão de que ela poderia estar a sentir-se culpada e a necessitar de absolvição quando, de facto, estava a revelar um abuso é difícil de compreender para a Comissão.

'A sua asserção de que, como padres, tinham sido aconselhados na faculdade a não procurar os nomes de padres contra os quais estivessem a ser feitas alegações num contexto espiritual ou de aconselhamento é motivo de grande preocupação para a Comissão. Tal atitude explicaria em grande medida as muitas deficiências terríveis no tratamento por parte da Igreja de queixas de abuso sexual de crianças ao longo dos anos. Mesmo que ele próprio não quisesse ouvir os detalhes completos da queixa dela, deveria ter providenciado para que ela visse o seu pároco ou outra pessoa que estivesse numa posição de lidar com a queixa.'

'A Comissão está particularmente preocupada pelo facto de a Arquidiocese parecer ter estado em violação da diretriz que estabelece: "Se o bispo ou superior religioso estiver satisfeito de que ocorreu abuso sexual de crianças, devem ser tomadas

medidas apropriadas para garantir que o padre ou religioso acusado não permaneça em qualquer nomeação pastoral que proporcione acesso a crianças." O facto de o Padre Edmondus ter sido autorizado a usar traje clerical, frequentar a paróquia frequentemente e cumprir funções paroquiais, apesar de ter sido alegadamente removido da paróquia pelo Arcebispo, foi particularmente preocupante. O Cardeal Connell disse à Comissão que não era sua culpa que o Padre Edmondus não obedecesse às instruções. Infelizmente este comentário sublinha novamente a falha da Arquidiocese em monitorizar adequadamente padres que são disciplinados.

'Tudo o que a Sra. Collins conseguiu extrair da Arquidiocese ao longo dos anos ... foi dado de má vontade e sempre após uma luta . . . não há dúvida de que a Sra. Collins, na sua campanha corajosa e muitas vezes solitária ... foi instrumental em mudar a compreensão da Arquidiocese sobre estes casos e em trazer uma atmosfera muito maior de abertura sobre a incidência e o tratamento do abuso sexual de crianças.'

Em junho de 1992, o Padre Noel Reynolds foi nomeado pároco de Glendalough, no Condado de Wicklow. Estava nesta altura a aproximar-se do seu sexagésimo aniversário e tinha sido padre há pouco mais de trinta anos. Esta era a sua primeira nomeação desse género. A sua carreira anterior incluiu períodos como capelão em várias escolas de raparigas, antes de ser nomeado coadjutor da paróquia de Kilmore Road em 1969. Estava nesta etapa já a abusar sexualmente de crianças. A sua abordagem variava. Anos mais tarde, uma das mães que prestou depoimento à Comissão relatou como ele tinha sido uma presença constante na sua casa ao longo de um período de sete anos. 'Ele tomava refeições com a família e via televisão com eles. Pedia permissão para desejar boa noite às raparigas e, sem que ela soubesse, estava a abusá-las no seu quarto.' As suas amizades com crianças eram amplamente notadas na paróquia. Levara constantemente crianças jovens para a sua casa e organizara

também passeios à beira-mar. Mais tarde admitiria abusar de crianças em todos os muitos locais para onde foi colocado.

Um colega padre, ao entrar no quarto do Padre Reynolds para desligar as luzes, ficou chocado ao ver o que mais tarde estimou ser uma mulher de cerca de trinta anos de idade a dormir na cama do Padre Reynolds. Parece improvável ter sido uma mulher de trinta anos. Mais tarde, durante interrogatórios policiais, Reynolds admitiu ter abusado de uma adolescente ao longo de um período de dois dias na altura em questão.

Em 1983, pediu uma transferência de Dublin para uma colocação numa ilha para que pudesse 'estar mais em sintonia com as pessoas'. Disse ao arcebispo que queria 'separar-me da vida em Dublin, onde há demasiadas distrações'. Obteve o seu desejo. Nenhuma avaliação foi realizada e ele foi colocado na ilha de Tuam. Claramente as distrações foram com ele, como mais tarde admitiu à polícia ter abusado de uma série de vítimas não identificadas enquanto estava em Tuam. Um período na paróquia de Bonnybrook foi seguido por outro como coadjutor em Saggart, Condado de Dublin, antes da sua nomeação em Glendalough.

Em 1995, cerca de três anos depois de ter assumido as suas funções, o Arcebispo Connell iniciou uma investigação preliminar de uma série de queixas emanadas de Glendalough. O Monsenhor Stenson foi nomeado como delegado, uma forma de superintendente da polícia clerical. Levara quase cinco meses para localizar o diretor da escola e obter uma reunião. Quando essa reunião eventualmente ocorreu, o diretor alegou que não tinha havido qualquer abuso físico ou sexual. Disse que um encarregado de educação tinha falado diretamente com o Padre Reynolds sobre o assunto e que o padre tinha indicado que isso iria parar. Essas duas declarações são, naturalmente, diretamente contraditórias. O diretor na sua declaração disse:

'Havia boatos e insinuações — nunca mais o deixei numa turma sozinho subsequentemente. Não permiti que a minha filha

fosse acólita. Estavam a dizer que ele estava a falar sobre "fazer amor" quando as raparigas falaram comigo pela primeira vez.'

Outro encarregado de educação tinha falado com a polícia sobre rumores no ano anterior de que o Padre Reynolds estava a interferir sexualmente com crianças locais. O Monsenhor Stenson entrevistou Reynolds em março de 1996. Reynolds admitiu 'falar de forma imprópria' com as raparigas: '. . . piadas que teríamos vergonha de contar na companhia dos pais delas. Jogos de palavras — uma rima com conotações sexuais.' Mas desde que o encarregado de educação reclamante tinha falado com ele, nos últimos dois anos ele tinha 'parado com tudo isto'. Reynolds continuou para o Monsenhor Stenson:

'Foi a minha própria leviandade em vez de malícia. Não queria assustar ninguém nem fazê-los sentir inseguros.

'Algo semelhante tinha ocorrido noutras paróquias, mas nunca se tornou público.

'Se eu tivesse sido avaliado antes de ir para Clonliffe [o seminário diocesano católico] teria sido considerado uma pessoa reprimida a necessitar de afeto. A minha mãe morreu quando eu tinha quatro anos. Anseio por amor.

'Em 1959 na Escola Técnica de Dundrum entrei em pânico ao dar às crianças uma aula de educação sexual. Estava sempre a tentar dissociar a ideia de sujidade do sexo . . .

'Acredito que a solidão enquanto criança tem sido um fator enorme. Admitiria que a minha orientação sexual é para crianças. As crianças despertavam-me sexualmente . . .

'Aos sessenta e três anos o meu julgamento nestas áreas das crianças tem sido leviano. Acho que consigo controlar isso. Era um hábito. Acho que consigo evitar comportamentos impróprios a partir de agora — leviandade imprudente. Irei para qualquer ajuda que seja necessária.'

Pouco depois desta reunião, o Padre Reynolds expressou o desejo de se mudar para Moone (Moone, no Condado de Kildare, é a sede da Ordem Cisterciense). Isto pareceu aceitável para o Arcebispo Connell, que foi menos do que franco com o Abade de Moone. O que se seguiu teve uma inevitabilidade sobre si. O Padre Reynolds teve uma reunião com o abade, que aprendeu o suficiente para fazer soar o seu alarme mental, pelo menos suavemente. Escreveu ao Monsenhor Stenson:

'No decorrer da nossa conversa ele [Padre Reynolds] contou-me sobre alguns incidentes envolvendo crianças enquanto administrava como pároco em Glendalough. Ele tinha discutido os incidentes com o Arcebispo, que lhe disse para me pedir para o contactar. Ele parecia bastante reticente sobre toda a matéria e eu não quis pressioná-lo porque é uma área muito sensível. Mas pareceria que houve uma queixa feita ao Paço Arquiepiscopal. Faria gosto, portanto, que me pudesse dar a saber o que pensa que eu deveria saber sobre estes incidentes.'

Em maio de 1996, o abade e o monsenhor reuniram-se. Foi acordado que o Padre Reynolds deveria ser avaliado por alguém como o Dr. Patrick Walsh, com vista a auxiliar os monges e o Padre Reynolds a alcançar uma decisão. Reynolds não se juntou aos Cistercienses.

Em março de 1997, o caso foi remetido para um painel consultivo. O Monsenhor Stenson, como delegado, produziu um relatório para o painel. Um mês mais tarde, o painel concluiu que não considerava haver qualquer prova firme de que tivessem ocorrido incidentes de abuso sexual de crianças, embora parecesse claro que algum comportamento inadequado tinha acontecido.

Dois anos tinham decorrido desde o decreto emitido pelo Arcebispo Connell a iniciar uma investigação 'preliminar' sobre as queixas relativamente ao Padre Reynolds e ele ainda tinha a gestão da sua paróquia. Agora haveria uma avaliação adicional, desta vez no Instituto Granada.

Em maio de 1997, o Dr. Walsh emitiu um relatório preliminar. Notou que não podia dar uma conclusão definitiva ‘até ter concluído uma avaliação mais detalhada da personalidade do Pe. Reynolds e do histórico do problema’. O Dr. Walsh declarou que Reynolds era capaz de manter um ministério positivo e apropriado para com adultos. Na opinião do médico, Reynolds era capaz de um ministério positivo e apropriado para com crianças, mas de uma forma limitada.

‘Ele recomendou que o Pe. Reynolds não estivesse envolvido em interações não estruturadas ou informais com crianças na paróquia ou na escola. Também recomendou que o Pe. Reynolds se confinasse à administração dos sacramentos da forma normal, mas com a ressalva de que, quando ouvisse confissões, mantivesse o protocolo adequado e evitasse o contacto físico e permanecesse focado na administração do sacramento . . . não deveria estar envolvido em matérias que lidassem com sexualidade. No geral, o Dr. Walsh concluiu que o Padre Reynolds tinha mostrado “uma confusão considerável nas suas relações com crianças. Ele confundiu as suas próprias necessidades como criança com as necessidades delas e consequentemente falhou em manter limites adequados entre adulto e criança. Além disso usou linguagem inadequada nas suas aulas e na interação com crianças.”’

O médico também recomendou que um padre de apoio fosse colocado para Reynolds. Isto não foi feito durante mais de um ano. No entretanto, um curso de ação foi decidido pelo Arcebispo Connell que, como tanto na história do abuso sexual clerical, era inacreditável. Menos de dois meses após as recomendações do médico relativamente ao contacto futuro com crianças, o arcebispo nomeou o Padre Reynolds para o Hospital Nacional de Reabilitação em Dún Laoghaire. O hospital atende não só adultos a necessitar de reabilitação; também tem uma enfermaria de crianças e uma escola. Durante o período em que Reynolds esteve

no hospital houve 646 doentes internados, dos quais noventa e quatro tinham dezoito anos ou menos.

O hospital não foi informado do histórico de Reynolds. O Instituto Granada, onde ele ainda era um paciente, não foi avisado da nomeação. Nem o foi o Bispo O'Mahony, que, como bispo de ligação para capelães hospitalares, deveria ter sido totalmente informado. Na verdade, foi só quando o bispo foi chamado ao hospital em maio de 1998 devido a preocupações sobre a saúde física do Padre Reynolds que ele se tomou ciente de que o padre 'poderia ter um problema com abuso de crianças'.

O Bispo O'Mahony reuniu-se quer com o Padre Reynolds quer com o seu especialista, Dr. Walsh, em maio de 1998. Subsequentemente o Dr. Walsh escreveu ao bispo, declarando ser da firme opinião de que o Padre Reynolds não representava qualquer ameaça para as crianças, mas sublinhou que a sua recomendação referida anteriormente, relativamente aos parâmetros que deveriam aplicar-se no que diz respeito a qualquer contacto que o Padre Reynolds tivesse com crianças, deveria ser respeitada.

Por esta altura a rede estava a fechar-se em torno do Padre Reynolds. Alguns meses antes, em fevereiro, a mãe de uma das suas alegadas vítimas falou com o Monsenhor Dolan, indicando que a sua filha tinha sido abusada sexualmente por um padre cerca de vinte anos antes. Ela não identificou o padre; nem, surpreendentemente, lhe foi pedido que o fizesse. Foi também informada de que, como a sua filha era agora uma adulta, teria de fazer a queixa ela própria. A mãe disse ao monsenhor que ela própria estava a ter aconselhamento devido ao abuso sexual da sua filha. A Comissão viria mais tarde a observar que achou estranho que a identidade do agressor não tivesse sido pedida. O nome teria levado ao ficheiro de Reynolds e às várias admissões já registadas.

Através de tudo isto o Padre Reynolds continuou a atuar como capelão no hospital. Seis dias depois de o Dr. Walsh ter escrito a O'Mahony a reassegurá-lo de que o seu paciente era inofensivo relativamente a crianças, o Monsenhor Dolan foi contactado por uma assistente social a trabalhar num centro de tratamento de toxicodependência. Uma das suas clientes estava a alegar que tinha sido abusada pelo Padre Reynolds quando tinha nove anos de idade.

Em julho de 1998 o Arcebispo Connell finalmente libertou o Padre Reynolds das suas funções como capelão hospitalar. Em novembro de 1998 a mãe que tinha inicialmente contactado a arquidiocese em fevereiro alegando que uma das suas filhas tinha sido abusada sexualmente regressou. Identificou o padre como Padre Reynolds e alegou agora que não uma, mas duas das suas filhas tinham sido abusadas sexualmente por ele. Subsequentemente, ela reuniu-se com o Padre Reynolds e o seu padre de apoio. Nesta reunião Reynolds reconheceu que tinha de facto abusado das suas duas filhas.

Apesar do facto de Reynolds ter, em frente a testemunhas, admitido livremente abusar sexualmente de duas jovens raparigas, a arquidiocese ainda assim recusou reportar a matéria à polícia. Mantiveram a visão de que, como as duas irmãs tinham recuado diante dessa provação, não era apropriado para a arquidiocese informar a polícia.

Em junho de 1999 a polícia foi informada de outras queixas relativamente ao Padre Reynolds; estas diziam respeito a abuso sexual enquanto ele estava afeto à paróquia de Kilmore West no final dos anos 1970. Era claro por esta altura, pelas declarações na posse da polícia, que as alegações eram 'extremamente graves'. A assistente social no centro de toxicodependência disse que era o pior caso de 'abuso grave e sistemático' que ela alguma vez tinha encontrado. Em agosto de 1999 começavam a surgir algumas fugas de informação para os jornais. Um relato falava de violação por um padre idoso sobre duas irmãs. O jornal também alegava

que o padre tinha usado um crucifixo no que foi descrito como uma agressão sexual sórdida.

O Padre Reynolds tinha, em janeiro de 1999, encontrado um lugar num lar de idosos. Tinha sido examinado medicamente. Havia doença cardíaca, as fases iniciais de diabetes e doença de Parkinson. Ele estava, contudo, suficientemente bem em agosto de 1999 para viajar a Roma para celebrar o quadragésimo aniversário da sua ordenação.

Em outubro de 1999, houve ainda outra queixa de abuso sexual; esta foi novamente em Kilmore West nos anos 1970. Esta mulher alegou que, enquanto se preparava para a sua comunhão, o Padre Reynolds a sentou no seu colo e colocou as suas mãos nas calças dela e colocou os seus dedos na sua vagina. Foi alegado que isto tinha acontecido em cinco ocasiões separadas antes da sua primeira comunhão.

O Padre Reynolds foi detido em outubro de 1999 pela infração de violação de uma das duas irmãs referidas anteriormente, entre os anos de 1971 e 1979. A polícia realizou uma investigação muito minuciosa sobre este caso, e teve interrogatórios extensos com o padre acusado. Ele admitiu abuso generalizado, incluindo agredir uma das irmãs quando ela tinha onze anos e a outra quando tinha seis anos de idade, e colocar o seu dedo nas vaginas delas quando estavam na cama na sua própria casa. Admitiu ter inserido um crucifixo na vagina e no reto de uma das raparigas. Disse que tinha reconhecido à mãe das raparigas que tinha abusado das suas filhas e ofereceu-lhe 30 000 libras em compensação, que ela tinha recusado. Ele ofereceu em prova à polícia o crucifixo que tinha usado para abusar de uma das irmãs. Disse à polícia que era atraído sexualmente por jovens raparigas e que elas não eram as únicas duas vítimas em Kilmore. Conseguia lembrar-se de cerca de vinte raparigas no total; havia outras em East Wall e na ilha de Tuam.

A polícia tomou conhecimento de outros doze denunciantes. Nove fizeram declarações; os outros três recusaram-se a fazê-lo. Os incidentes variaram desde carícias em genitais a tocar nas suas pernas, penetração digital, violação anal, tentativa de ato sexual e convidar crianças a acariciar o seu pénis. No total, nove pessoas do sexo feminino e seis do sexo masculino alegaram que tinham sido abusadas pelo Padre Reynolds. Na altura dos vários abusos tinham idades compreendidas entre os seis e os onze anos. Como a Comissão observou dentro do seu relatório, 'Naturalmente, ele admitiu muitos mais casos de abuso, pelo menos vinte apenas em Kilmore.'

Um ficheiro muito abrangente foi enviado pela polícia ao Diretor do Ministério Público (DPP), que tinha começado a dar seguimento a uma acusação quando representações pelo advogado do padre respeitantes à saúde em declínio do seu cliente — especificamente relatórios verificados medicamente respeitantes ao início de demência — persuadiram o DPP a mudar de ideias. Foi uma decisão que deixou as duas irmãs, entre outros, 'amargamente desiludidas com o resultado'.

A Comissão delineou em detalhe o comportamento chocante da arquidiocese, começando com a sua falha em tomar o curso de ação correto logo em 1994 — uma falha que continuou ao longo de todo o assunto — é resumida na avaliação da Comissão com um exemplo clássico de eufemismo:

"Este caso foi extremamente mal tratado pela Arquidiocese." As várias observações concluíram com outra observação seca: "Parece à Comissão que uma abordagem um pouco extraordinária foi adotada para com o Pe. Reynolds."

Entre essas duas declarações a Comissão disseca clinicamente o caso do Padre Reynolds.

'. . . Numerosas indicações de abuso grave e de admissões pelo Pe. Reynolds foram ignoradas. As suspeitas sobre o Pe. Reynolds surgiram durante o seu tempo em Glendalough em

1994. Apesar do facto de os pais não terem desejo de ir à Gardaí ou à junta de saúde, e desejarem que a Igreja tratasse do assunto, foi apenas em março de 1996 que qualquer entrevista com o Pe. Reynolds foi realizada. Ele admitiu as queixas. Declarou que algo semelhante tinha acontecido noutras paróquias . . . Apesar desta admissão, foi-lhe permitido permanecer como pároco em Glendalough até julho de 1997. A Comissão aceita que o Monsenhor Stenson apenas tomou conhecimento das queixas em outubro de 1995.

'Na entrevista com o Monsenhor Stenson em março de 1996, o Padre Reynolds também admitiu que a sua orientação sexual era para crianças. Um registo desta entrevista está assinado pelo Pe. Reynolds. Novamente, apesar disto, foi-lhe dada uma nomeação no Hospital Nacional de Reabilitação. Esta nomeação deu-lhe acesso a crianças jovens. Subsequentemente, o Bispo O'Mahony tomou conhecimento de que o Pe. Reynolds poderia ter um problema com abuso sexual de crianças, mas não parece ter mencionado isto a mais ninguém na Arquidiocese ou, na verdade, ao hospital. Isto, acredita a Comissão, representa uma falha de comunicação grave entre aqueles com a responsabilidade geral na Arquidiocese.'

A Comissão conclui:

'Parece à Comissão que, se as duas mulheres não tivessem elas próprias feito queixa à Gardaí, a Arquidiocese teria ficado bastante feliz em ignorar o facto de ter ocorrido qualquer abuso.'

A conclusão geral da Comissão Murphy a toda a sua investigação merece ser lida em voz alta dos púlpitos de cada Igreja Católica, não só na Irlanda mas em cada Igreja Católica por todo o mundo, de forma regular:

'A Comissão não tem dúvidas de que o abuso sexual clerical de crianças foi encoberto pela Arquidiocese de Dublin e por outras autoridades da Igreja durante grande parte do período coberto pelo mandato da Comissão. As estruturas e regras da

Igreja Católica facilitaram esse encobrimento. As autoridades do Estado facilitaram o encobrimento ao não cumprirem as suas responsabilidades para garantir que a lei era aplicada igualmente a todos e ao permitirem que as instituições da Igreja estivessem fora do alcance dos processos normais de aplicação da lei. O bem-estar das crianças, que deveria ter sido a primeira prioridade, nem sequer foi um fator a ser considerado nas fases iniciais. Em vez disso, o foco esteve no evitar do escândalo e na preservação do bom nome, estatuto e bens da instituição e daquilo que a instituição considerava como os seus membros mais importantes — os padres. Em meados dos anos 1990 uma luz começou a ser lançada sobre o escândalo e o encobrimento. Gradualmente, a história desenrolou-se. É da responsabilidade do Estado garantir que nenhuma imunidade institucional semelhante volte a ser permitida. Isto só pode ser garantido se todas as instituições estiverem abertas ao escrutínio e não for concedido um estatuto de isenção por quaisquer órgãos do Estado.'

Houve um amplo consenso sobre os factos que a Comissão Murphy tinha estabelecido e sobre as suas conclusões. O que tinha sido exposto mais uma vez era o caráter falacioso do Papa João Paulo II quando observou que o abuso sexual clerical de crianças era 'um problema americano'. Muitos dentro do Vaticano na altura desta declaração concordaram de todo o coração com o Santo Padre. Muitos hoje, não só dentro do Vaticano mas muito mais além, ainda se agarram a outros mitos que cercam a questão. Descartam qualquer prova que contradiga as visões que mantêm e as opiniões que exprimem levianamente.

No prazo de um mês após a publicação do relatório em novembro de 2009, quatro bispos tinham-se demitido. Afastaram-se sob forte pressão da opinião pública, condenação da comunicação social e o claro incentivo do arcebispo de Dublin, Diarmuid Martin.

O arcebispo tinha por volta de novembro de 2009 ganho um impulso poderoso. Além de fazer uma limpeza entre os bispos da

Irlanda, tinha ido atrás das dezoito ordens religiosas que, como resultado de uma investigação muito anterior sobre o abuso sexual clerical conhecida como a Comissão Hussey, tinham concordado em fornecer cerca de 128 milhões de euros em indemnizações às vítimas de abuso infantil. O dinheiro devia ser angariado através de uma combinação de transferências de dinheiro líquido, bens imobiliários e terrenos. Foi um acordo muito cómodo para as ordens religiosas, com cláusulas que estipulavam que quaisquer vítimas que aceitassem acordos monetários renunciariam ao direito de processar quer a Igreja quer o governo. Além disso, as identidades dos padres agressores deveriam ser mantidas em segredo.

Apesar do facto de terem arrancado tais termos às vítimas, sete anos mais tarde, o Arcebispo Martin descobriu que, muito tipicamente, tinham falhado em honrar os termos de pagamento. Foi uma falha que o arcebispo descreveu como 'impressionante'. Antes de ter terminado com elas, a maioria das ordens religiosas estava igualmente impressionada. Os esforços de Martin em favor das vítimas incluíram a entrega pessoal ao Papa de uma carta dos representantes das vítimas de abuso a pedir 1 milhar de milhão de euros em indemnizações. A indemnização total paga foi de aproximadamente 1,2 mil milhões de euros. Os 128 milhões de euros originalmente prometidos tinham-se tornado em meros 10 por cento do total final.

Os Irmãos Cristãos também sentiram a pressão do formidável arcebispo. As suas reputações tinham sido amplamente destruídas pelo Relatório Ryan, contudo também eles tinham colocado objeções sobre o que poderia ser considerado uma indemnização adequada. Eventualmente, no final de novembro de 2009, ofereceram um pacote de 242 milhões de dólares para resolver as reclamações das pessoas sobreviventes que tinham sido abusadas quando crianças pelos Irmãos Cristãos. Expressaram também a 'vergonha e tristeza' da Ordem pelo abuso descoberto pela Comissão Ryan. Um dos prelados de saída, o Bispo James

Moriarty, negou ter ignorado queixas de abuso sexual, mas concedeu: ‘Eu deveria ter desafiado a cultura dominante.’

Entretanto, a resposta do Papa Bento à contínua e longa Quaresma na Irlanda foi uma declaração de que partilhava a ‘indignação, traição e vergonha’ sentidas pelo povo irlandês relativamente ao Relatório Murphy. O Papa estava ‘perturbado e desgostoso’ com o conteúdo do relatório. O Papa Bento prometeu também uma carta pastoral.

Havia muitos outros países a necessitar de conforto e orientação, incluindo os Estados Unidos. O relatório anual dos bispos dos EUA para 2009 revelou um aumento contínuo no valor que o escândalo de abuso clerical estava a custar à Igreja Católica dos EUA. Mais uma vez os números estavam incompletos: cinco eparquias e a Diocese de Lincoln recusaram-se a fornecer quaisquer números para a auditoria. O custo global, novamente incluindo acordos, terapia para vítimas, honorários de advogados, apoio a infratores e outras despesas foi uma cifra próxima dos 230 milhões de dólares.

O relatório concluiu que 398 novas alegações credíveis foram apresentadas contra 286 padres diocesanos ou diáconos em 2009. Por trás dos números frios e impessoais estão algumas histórias muito perturbadoras. Em julho de 2009 a Arquidiocese de Chicago pagou 4 milhões de dólares para resolver seis casos de abuso. Os casos envolviam abuso sexual por quatro padres entre 1970 e 1986; a prova que tinha emergido incluía um vislumbre de como o prolongado encobrimento pela diocese funcionava. O depoimento de 180 páginas do Bispo Raymond Goedert foi uma condenação poderosa da corrupção que tinha abundado dentro da arquidiocese:

‘Eu sabia que a lei civil considerava o abuso sexual um crime, mas a lei da Igreja exigia que eu tratasse tais matérias confidencialmente. Simplesmente não falaria sobre os casos com

ninguém exceto com aqueles que tinham o direito de saber dentro da Diocese.'

A Igreja acreditava, e em muitos setores continua a acreditar, que funciona num plano mais elevado do que as leis humanas, embora naturalmente a lei da Igreja seja também feita pelo homem. Marc Pearlman, um dos advogados a representar as vítimas, observou:

"O que emerge aqui é que os interesses da instituição vêm em primeiro lugar, depois o homem, o autor do crime. E algures ao longe estão as vítimas do crime."

Entre junho de 2001 e junho de 2008 a Arquidiocese de Chicago pagou 80,2 milhões de dólares em acordos judiciais relativos a abuso sexual clerical. Mais uma vez, a prova confirmou que o sistema secreto global tinha operado na arquidiocese durante décadas. Assim, predadores em série eram movidos de paróquia em paróquia, contaminando mais e mais vítimas. Eram protegidos por um segredo institucional profundamente enraizado 'pelo bem do nome da Mãe Igreja'. O depoimento do Bispo Goedert admitiu que ele sabia que pelo menos vinte e cinco padres tinham abusado sexualmente de crianças, mas não os tinha denunciado.

Em setembro de 2009 uma história muito semelhante desenrolou-se na costa oeste. O encobrimento tinha sido ordenado pelo Cardeal Roger Mahony da Arquidiocese de Los Angeles, que instruiu um subordinado a atrasar a denúncia de abuso sexual clerical à polícia até que o padre em questão pudesse ser reduzido ao estado laical. O padre, o Reverendo Michael Baker, foi eventualmente reduzido ao estado laical em dezembro de 2000; a arquidiocese não denunciou as alegações de abuso contra Baker à polícia até 2002. Nessa altura Baker foi acusado de trinta e quatro contagens de abuso sexual envolvendo seis vítimas. Ele tinha originalmente dito a Mahony em 1986 que tinha abusado de dois rapazes de 1978 a 1985. Em vez de aconselhar imediatamente a

polícia, Mahony enviou o padre para uma instalação residencial que tratava padres agressores sexuais. Baker foi subsequentemente afeto a nove paróquias diferentes, mas proibido de ter contacto individual com menores, uma restrição que violou pelo menos três vezes. Depois de Baker ter sido finalmente acusado ao abrigo de uma lei californiana que permitia a acusação em casos envolvendo atos anteriores a 1988, o Supremo Tribunal dos EUA anulou a lei californiana. Novamente a lei não escrita 'proteger o padre agressor' tinha prevalecido.

Vermont também ofereceu exemplos da aplicação da lei não escrita. Em outubro de 2009 um tribunal de Vermont atribuiu 2,2 milhões de dólares a uma vítima de abuso sexual por negligência da Diocese de Burlington na sua supervisão do agressor, Padre Edward Paquette. A diocese tinha sido anteriormente ordenada a pagar 12 milhões de dólares a outras vítimas do Padre Paquette e outros vinte casos estavam pendentes.

Este desejo de proteger o culpado, de resistir a cada tentativa concebível feita em favor das vítimas de abuso sexual clerical continuou a demonstrar o total desprezo demonstrado por muitas dioceses para com as ordens papais na questão de uma maior transparência. Em novembro de 2009 a Diocese de Bridgeport, Connecticut, tendo perdido uma série inteira de batalhas judiciais nas suas tentativas de impedir a divulgação de ficheiros relativos ao tratamento de queixas de abuso sexual, apresentou ainda outra moção num tribunal de Connecticut a pedir a um juiz que reexaminasse a sua ordem para a libertação de documentos diocesanos. Os advogados diocesanos apresentaram documentos reconhecendo que oito padres numa paróquia tinham sido acusados de abuso sexual ao longo de um período de anos, mas argumentaram que não há necessidade de libertar documentação adicional. A Diocese de Bridgeport tinha anteriormente falhado em todos os esforços que fez para anular uma ordem do Tribunal Estadual, incluindo recursos para o Supremo Tribunal de Connecticut e para o Supremo Tribunal dos EUA.

A Diocese de Fairbanks, que se estende ao longo dos dois terços mais a norte do Alasca mas tem menos de 15 000 católicos, meras quarenta e seis paróquias e apenas vinte e um padres, tinha pedido a falência no ano anterior, alcançando um acordo em novembro de 2009 para resolver as reclamações de quase 300 vítimas de abuso por 10 milhões de dólares. Que um lugar tão remoto e afastado da corrente principal dos Estados Unidos tenha sofrido tal abuso sexual de crianças demonstra poderosamente que esta praga particular alcança os cantos mais distantes.

Por volta de 2010 a preocupação dentro da hierarquia católica romana nos Estados Unidos relativamente às contínuas repercussões financeiras causadas pelas grandes indemnizações atribuídas nos casos de abuso sexual clerical tinha-se aprofundado dramaticamente. Embora o número de novos casos de abuso tivesse caído muito consideravelmente desde os números elevados registados no início da década, eram os abusos que tinham ocorrido em anos anteriores que pareciam não ter fim. Embora a Igreja dos EUA permanecesse a mais rica do mundo, os contínuos acordos substanciais durante um período de recessão deixaram uma série de dioceses entre a espada e a parede.

Pelo menos sete tinham pedido a falência no passado recente. Outras recorreram à venda de património imobiliário para pagar às vítimas.

Em Connecticut, durante o mês de março de 2010, um projeto de lei que pedia uma extensão nos prazos de prescrição em casos de abuso sexual de crianças colocou um dilema moral particularmente agudo. A 10 e 11 de abril de 2010 uma carta criada pelos bispos do estado foi lida em cada missa:

‘Connecticut já tem a lei de retroatividade mais longa dos Estados Unidos — trinta anos após a idade de dezoito anos . . . O Projeto de Lei 5473 da Câmara tornaria Connecticut o único Estado sem um prazo de prescrição. O projeto de lei colocaria

todas as instituições da Igreja, incluindo a sua paróquia, em risco.'

A carta deles não carecia de hipérbole:

'Poderiam ser feitas reclamações . . . que poderiam ter cinquenta, sessenta, setenta anos ou mais. Mais frequentemente, estas reclamações seriam difíceis de defender porque indivíduos-chave faleceram, memórias desvaneceram-se e documentos e outras provas foram perdidos.'

A probabilidade de uma vítima na casa dos seus noventa anos subir ao banco das testemunhas pareceria improvável. Cada caso seria certamente considerado pelo seu mérito. No evento, o projeto de lei foi retirado, tendo falhado em atrair apoio suficiente na Câmara e no Senado Estadual. Qualquer pessoa que apresente uma reclamação em Connecticut no seu quadragésimo nono ano, trinta anos após o seu décimo oitavo aniversário quando pode fazer uma acusação pela primeira vez, está assim fadada ao fracasso. Em muitos outros estados o período retroativo é consideravelmente mais curto. A derrota do projeto de lei foi aclamada por um porta-voz dos bispos, não menos porque cerca de sessenta casos de abuso sexual contra o Hospital St. Francis e o falecido Dr. George Reardon, que tinha trabalhado no hospital de 1963 a 1993, não poderiam agora prosseguir. As vítimas tinham sido privadas do seu dia no tribunal.

Anteriormente, quando Reardon morreu em 1998, essas muitas vítimas tinham assumido que qualquer oportunidade de obter justiça tinha morrido com ele. Contudo, em 2007, quando o novo proprietário estava a remodelar a casa do falecido médico, um esconderijo de mais de 50 000 diaporamas e 100 rolos de pornografia infantil foi descoberto.

A preocupação com provas relativas ao abuso de crianças não estava confinada à costa leste: em Los Angeles a arquidiocese estava a agir muito de acordo com o seu padrão três anos depois de ter concordado com o maior acordo de abuso por padres na

história dos EUA. Um elemento-chave desse acordo — a divulgação pública dos ficheiros pessoais do padre infrator — ainda não se tinha tornado uma realidade. Os documentos eram vistos pelas vítimas como uma série de provas irrefutáveis que continham detalhes importantes e ainda por revelar de abusos que já tinham levado a diocese a desembolsar 660 milhões de dólares. As vítimas careciam de recursos para pressionar a arquidiocese a cumprir. Antes do acordo de 2007, os escritórios diocesanos tinham estado inundados de advogados que cheiravam a um Klondike dos tempos modernos. Assim que recolheram os seus grandes honorários, o circo tinha mudado de local.

Para as muitas centenas de vítimas foi um abuso adicional, desta vez dos seus direitos legais. A 26 de maio, 4 000 católicos, incluindo sete cardeais, cinquenta e nove bispos e 411 padres, acolheram o Arcebispo José Gomez como arcebispo coadjutor da maior diocese dos Estados Unidos numa Missa de Receção. 'À medida que me aproximo do fim do meu tempo a tratar deste canto da Vinha, o báculo do pastor é passado ao Arcebispo Gomez,' disse o Cardeal Roger Mahony. 'Mahony vai; Gomez vem. Apenas Cristo permanece.' Assim como permanecem as vítimas do abuso sexual clerical generalizado, à espera de reparação.

O comportamento duvidoso de outro príncipe da Igreja foi revelado durante o mesmo mês em que o Cardeal Mahony se despedia de Los Angeles: o Cardeal William Levada. Tendo em conta o facto de Levada ser o atual sucessor do Papa como chefe da Congregação para a Doutrina da Fé (CDF), esta foi ainda outra indicação de quão profundamente o escândalo de abuso tinha penetrado as fileiras dos prelados. Foi estabelecido que, enquanto servia em duas posições anteriores como arcebispo de Portland e subsequentemente arcebispo de São Francisco, Levada tinha permitido que pelo menos quatro padres que ele sabia ter abusado sexualmente de crianças permanecessem no ministério público. Tendo em mente que o chefe da CDF é responsável pela resposta

da Igreja Católica ao abuso sexual clerical de crianças, as implicações do histórico de Levada são de grande alcance.

Erin Olson, uma advogada de Portland que esteve envolvida em numerosos processos judiciais de abuso sexual contra a Arquidiocese de Portland, disse:

'Não é surpresa que a Igreja Católica continue atolada no escândalo de abuso quando o Cardeal encarregado de como a Igreja como um todo responde a alegações de sexo com crianças fez ele próprio um trabalho tão fraco como bispo e arcebispo.'

Contactado dez dias antes de o *New York Times* publicar uma história longa e detalhada sobre vários aspetos da sua carreira, o Cardeal Levada respondeu por correio eletrónico, declarando que não tinha 'o tempo nem o acesso a registos' para responder à lista de perguntas que lhe tinham sido submetidas. Em vez disso, indicou ao repórter uma homilia que proferiu numa cerimónia de pedido de desculpas a vítimas de abuso clerical em 2003, a qual o cardeal disse que poderia ser útil para 'compreender as mudanças no meu próprio pensamento e comportamento, bem como a evolução na abordagem adotada pelos bispos católicos dos EUA'.

O próprio pensamento e comportamento do cardeal estão registados anteriormente dentro deste livro. Em 1985 Levada tinha-se reunido com os três homens responsáveis pelo manual para lidar com casos de abuso sexual de crianças, um documento que — se tivesse sido seguido pela Igreja dos EUA — teria poupado não só muito dinheiro mas um grande sofrimento. O Padre Doyle e os seus dois colegas autores passaram um dia a analisar o conjunto de provas e a conclusão do seu relatório com Levada. O arcebispo, como era então, expressou grande entusiasmo por todas as recomendações. Naquele momento ele 'entendeu'. Cerca de duas semanas mais tarde tinha-se esquecido. Os bispos, relatou Levada, tinham arquivado o relatório e convocariam a sua própria comissão para examinar a questão. Na

verdade não houve comissão; na verdade não houve plano alternativo.

Duas décadas mais tarde, ao prestar depoimento em tribunal nos escândalos de abuso sexual de Portland, Levada conseguia lembrar-se de pouco da sua reunião com os três autores. O cardeal tem indubitavelmente os seus apoiantes, que se juntaram em torno do homem que alegou uma defesa familiar no âmbito da homilia referida anteriormente, proferida em 2003. Levada falou da importância de reportar incidentes às autoridades e de remover 'padres infratores' do ministério.

'Toda a Igreja ficou chocada e escandalizada com o abuso feito por alguns dos seus padres a crianças e jovens . . . a Igreja está lentamente a aprender quão profunda é esta ferida, quão lenta a cicatrizar e quão diligente deve ser o nosso esforço para garantir que não voltará a acontecer.' [itálico do autor]

O seu histórico em Portland e São Francisco mostra um homem 'que sabia mais do que os outros', mesmo quando era abundantemente claro que não sabia. Confrontado com a prova de que o Reverendo Aldo Orso-Manzonetta tinha convidado um rapaz para ficar a passar a noite na residência paroquial, Levada meramente disse ao padre para não repetir o erro. Isto foi três anos depois de Levada ter tido a sua reunião de um dia inteiro com o Padre Doyle e os seus colegas, durante a qual o problema do abuso em série foi um dos principais tópicos discutidos. Orso-Manzonetta não respondeu às repreensões suaves que Levada tinha proferido em 1988. Os boatos continuaram a abundar. Em maio de 1992, o Reverendo Charles Lienert, o vigário do clero para a arquidiocese, escreveu a Levada, detalhando o extenso histórico de acusações contra Orso-Manzonetta. Passaram mais dois anos antes que ainda outra queixa por parte de uma das vítimas de Orso-Manzonetta motivasse uma avaliação psicológica. Uma carta para o médico examinador vinda de Lienert expressava preocupação sobre o 'número impressionante de alegações . . . Estes registos são passíveis de ser divulgados

caso alguém decida processar-nos.' Orso-Manzonetta retirou-se subsequentemente. Morreu em 1996.

A ingenuidade que está implícita em muito da resposta de Levada ao abuso sexual clerical esteve em exibição a partir de outro quadrante durante o mês de maio de 2010. O Reverendo Blase Cupich é o presidente do Comité para a Proteção de Crianças e Jovens da Conferência dos Bispos Católicos dos EUA. Na revista America escreveu um artigo intitulado 'Doze Coisas que os Bispos Aprenderam com a Crise dos Abusos'. A primeira das suas 'doze coisas' basta para dar uma ideia das suas revelações.

'1. O dano para as vítimas é mais profundo do que os não vítimas podem imaginar. O abuso sexual de menores é devastador precisamente porque surge numa etapa da sua vida em que estão vulneráveis, ternos de entusiasmo, esperançosos no futuro e ansiosos por amizades baseadas na confiança e lealdade.'

O estado de Connecticut parece ter traçado uma linha na areia e vai tomar uma posição militante em tantas questões quanto possível. Tendo ganho uma vitória estrondosa sobre as tentativas de reescrever o prazo de prescrição em abril, em maio os advogados diocesanos estavam de volta ao tribunal novamente enquanto uma mulher não identificada procurava acesso a 661 páginas de documentos, incluindo uma carta de 2005 sobre o seu alegado agressor, o Reverendo Thomas Shea. A carta tinha sido enviada pela diocese ao então Cardeal Joseph Ratzinger. A mulher alegava que era uma paroquiana de doze anos de idade quando foi agredida sexualmente por Shea e que a agressão teve lugar na Igreja de St. Joseph. O seu advogado, Robert Reardon, quer ver relatórios, notas e cartas sobre Shea vindos de responsáveis da Igreja, dos médicos e psiquiatras que o trataram, e dos paroquianos que se queixaram dele. Está também a pressionar para a libertação da carta enviada a Ratzinger. A diocese alega que as 661 páginas são 'comunicações confidenciais não sujeitas a divulgação'.

Reardon está convencido de que os documentos irão mostrar não só que o Padre Shea abusou sexualmente da sua cliente, mas também que a diocese e a Igreja de St. Joseph se envolveram numa conspiração para proteger padres agressores sexuais através da aplicação do sistema secreto. O advogado queixou-se de que os documentos que a diocese já libertou retratam Shea sob uma luz favorável, embora ele tivesse um longo histórico, grande parte do qual era tudo menos 'favorável'.

O Padre Shea, agora falecido, tinha um histórico perturbador durante o qual tinha sido acusado de molestar pelo menos dezasseis raparigas em onze paróquias dentro da diocese. Os bispos mudavam-no frequentemente de uma igreja para outra depois de os pais se queixarem do seu comportamento, que envolvia frequentemente beijar e acariciar jovens raparigas. Os bispos nunca o denunciaram à polícia, contudo quando o Bispo Daniel Reilly transferiu Shea para a Igreja de St. Joseph em 1976 foi com ordens para que o padre fosse mantido longe das crianças na escola paroquial. Numa entrevista de 2004 a um jornal de Connecticut, o Padre Shea negou ter acariciado raparigas, mas numa observação curiosamente formulada disse:

'Eu demonstrava o que considerava um afeto razoável segundo quaisquer normas com que tivesse de trabalhar, dava-lhes apenas um simples beijo. Há coisas que gostaria de não ter feito. O facto é que há algumas destas coisas que nos deveriam ter ensinado no seminário mas não nos ensinaram.' [itálico do autor]

Pode-se apenas perguntar exatamente que tipo de procedimento de seleção, se é que houve algum, foi aplicado a Shea antes de ele ser aceite como noviço, e também que tipo de monitorização regular foi aplicada. Até à data em que este texto foi escrito, o pedido de Robert Reardon ainda está por resolver.

No meio das batalhas judiciais nos EUA para estabelecer a verdade e das novas revelações de abuso surge a notícia do preço contínuo que está a ser pago pelas dioceses por crimes cometidos

há muito tempo. Como registado anteriormente, em outubro de 2009 a Diocese de Burlington em Vermont foi ordenada a pagar 2,2 milhões de dólares a uma vítima de abuso clerical. Em maio de 2010 a mesma diocese concordou em pagar mais de 20 milhões de dólares para resolver vinte e nove processos judiciais alegando abuso sexual de menores, e pelo menos mais 2,35 milhões de dólares a três vítimas que ganharam julgamentos por júri.

Numa carta de 13 de maio de 2010, o Bispo Salvatore Matano de Burlington escreveu:

'Peço mais uma vez desculpas da forma mais sincera pela dor que as vítimas sofreram: peço que se juntem a mim em oração constante por estes irmãos e irmãs feridos e magoados . . . Peço também o perdão do nosso Senhor por qualquer insensibilidade ou falta de caridade que eu possa ter demonstrado ao longo deste processo.'

Apenas duas semanas mais tarde surgiu outro ato nesta triste história. A Igreja Católica de Vermont concordou em vender a sua histórica sede de trinta e dois acres com vista para o Lago Champlain à faculdade alternativa de artes liberais, o Burlington College.

Colocaram também à venda o Camp Holy Cross, de 26,5 acres. Os dois locais renderão pelo menos 20 milhões de dólares. As vítimas de abuso receberão os seus respetivos pagamentos e os católicos de Vermont terão perdido uma parte importante da sua história.

Em Boston a arquidiocese está a enfrentar pesados pagamentos de impostos sobre bens imobiliários em paróquias que foram formalmente encerradas. Os bens imobiliários da Igreja estão normalmente isentos de impostos, mas os responsáveis locais, confrontados com pressões orçamentais próprias, estão a transferir o fardo. Argumentam que, se os edifícios não estão a ser usados para fins religiosos, então são tributáveis.

Em Delaware um juiz de falências decidiu recentemente que os credores na Diocese Católica de Wilmington podem tentar reivindicar direitos sobre ativos de certas paróquias detidos pela diocese. A decisão significa que as alegadas vítimas de abuso sexual por padres podem perseguir a totalidade dos 120 milhões de dólares na conta conjunta. É uma conta que contém não só os fundos diocesanos de 45 milhões de dólares, mas também fundos detidos em fideicomisso pela diocese em nome de várias paróquias; um vespeiro em gestação, pois coloca toda a arquidiocese sob a ameaça de falência.

Se o falecido Padre Shea sentia que havia 'coisas que nos deveriam ter ensinado', pergunta-se como teria ele respondido ao tipo de questionamento e seleção que aguarda um homem que no mundo de hoje acredita ter vocação para o sacerdócio. 'Quando foi a última vez que teve relações sexuais?' é uma das primeiras perguntas feitas a um candidato. A resposta preferencial deve ser de pelo menos 'há três anos'. 'Que tipo de experiências sexuais teve? Gosta de pornografia?' Ser-lhe-ão feitas essas perguntas e muito mais numa linha semelhante, incluindo um teste obrigatório de VIH e um questionário de 587 perguntas — o Inventário Multifásico de Personalidade do Minnesota, que rastreia depressão, paranoia e confusão de género.

Exatamente quão eficazes são estas várias técnicas só será percetível no futuro. De utilidade mais prática, certamente para qualquer católico em luta para estabelecer exatamente qual era a posição da Igreja Católica numa série de questões ligadas ao abuso sexual clerical, é um documento emitido em meados de maio de 2010 pela Conferência dos Bispos Católicos dos Estados Unidos (USCCB). Oferece uma série de perguntas e respostas que estão prontamente disponíveis. Entre as questões abordadas estão 'O que acontece depois de o bispo reportar os resultados do inquérito preliminar à CDF?', 'Como se parece um julgamento de abuso sexual quando realizado ao abrigo do Direito Canónico?', 'A CDF pede alguma vez ao Papa que imponha uma sanção?'.

Seria bom ter cópias disto na biblioteca de cada jornal, estação de rádio e de televisão. A informação factual poderia ajudar a reduzir muito da cobertura mal informada. Um exemplo atual de desinformação que criou gordas nas capas de jornais pelo mundo fora ocorreu no final de junho de 2010.

O Vaticano está atualmente a fazer o seu melhor, através dos seus advogados, para se manter à distância de segurança do escândalo de abuso de crianças — uma distância jurídica, entenda-se. Um tribunal do Oregon tinha permitido que a Santa Sé fosse listada como ré num processo judicial de abuso sexual clerical. Os advogados do Vaticano recorreram então para o Supremo Tribunal dos EUA, pedindo ao tribunal que rejeitasse sumariamente a ação com base em vários argumentos, mas particularmente no argumento de que a Lei de Imunidade de Soberanos Estrangeiros protege a Santa Sé de responsabilidade a menos que a vítima abusada possa demonstrar que o padre que a abusou estava a agir como um funcionário do Vaticano.

O Supremo Tribunal recusou tomar uma decisão num sentido ou noutro. A ação judicial volta agora para o tribunal do Oregon para que os argumentos jurídicos sejam ouvidos a esse nível. Assim, o tribunal do Oregon ouvirá agora argumentos de que o Papa e o Vaticano podem ser incluídos como réus. Enquanto a comunicação social levantou muita espuma sobre uma não notícia, a vida num nível mais baixo continua.

Peter Caffrey, de quarenta e sete anos, formalmente de Springfield, Massachusetts, deu entrada com um processo contra dois bispos reformados, Joseph Maguire e Thomas Dupre, alegando que falharam em fornecer uma supervisão adequada a um agressor notório, Richard Lavigne. O abuso terá ocorrido em dois locais: na Igreja de St. Francis of Assisi e na casa de Lavigne à beira do lago. Lavigne foi condenado por duas contagens de abuso de crianças em 1992. O Bispo Dupre foi ele próprio indiciado por abusar de dois rapazes.

Como Lavigne foi reduzido ao estado laical em 2004, carece agora do manto protetor de segredo que é ainda uma característica tão marcante do escândalo de abuso sexual. Por exemplo, o atual Arcebispo de Nova Iorque, Timothy Dolan, aplicou um critério curioso durante os seus anos em Milwaukee: os nomes de padres diocesanos que eram acusados de abuso sexual com base em prova credível eram divulgados publicamente; os nomes de jesuítas e de outros padres de ordens religiosas não eram tornados públicos.

Há atualmente movimentos vindos de dentro da hierarquia católica para confrontar esta questão. Teresa Kettlekamp, que serviu como diretora executiva do Gabinete de Proteção de Crianças e Jovens da USCCB desde 2005, apelou à Diocese de Kansas para que liberte os nomes do clero acusado de abusar sexualmente de crianças. Oprimir os nomes 'não é o que esperávamos'.

Outro que se juntou à lista de bispos que protegeram padres agressores de crianças é o Bispo Tod Brown, que em 1990 escreveu uma carta a recomendar o Padre Ruben Garcia para um cargo na Arquidiocese de Tijuana. O bispo escreveu a carta — que só recentemente veio à tona — apesar de estar totalmente ao corrente do histórico do padre, que incluía molestar rapazes em Idaho. Subsequentemente foi considerado um padre problemático em Boise a tal ponto que foi enviado como infrator reincidente para o centro de reabilitação Servants of Paraclete. A proteção contínua ao Padre Garcia deu-lhe a liberdade para continuar a abusar.

O abuso sexual clerical tornou-se uma Hidra moderna: corte-se uma cabeça e duas novas aparecem. Criem-se comissões de inquérito num país e comece-se a tratar dos problemas desse país, e o mal explode não apenas noutro local mas em muitos.

Em fevereiro de 2010, durante uma reunião de dois dias com a hierarquia irlandesa, o Papa Bento XVI denunciou o abuso

sexual de crianças por padres e a falha dos bispos irlandeses em conter esse abuso. O Papa, os bispos irlandeses e o nível superior da Cúria Romana concluíram a sua reunião reconhecendo abertamente 'a falha das autoridades da Igreja Irlandesa durante muitos anos em agir eficazmente no tratamento de casos envolvendo o abuso sexual de jovens por alguns clérigos e religiosos irlandeses'. Essa falha por parte da hierarquia irlandesa, acrescentou a declaração, causou 'uma quebra de confiança na liderança da Igreja e prejudicou o seu testemunho do Evangelho e do seu ensino moral'. Para a Irlanda poder-se-ia substituir os nomes de uma grande quantidade de países, como as páginas seguintes confirmarão.

Um número considerável de vítimas de abuso e das suas organizações de apoio indignou-se profundamente com as observações do Papa ao descrever o escândalo como uma 'falha de fé'. Maeve Lewis, do grupo One in Four, queixou-se de que o Vaticano 'não tinha aceite qualquer responsabilidade pelo seu papel em facilitar o abuso sexual de crianças'. O Papa tinha convocado todos os bispos irlandeses a Roma em reconhecimento de uma crise que abalava a Igreja naquele país após a publicação do Relatório da Comissão Murphy. Falando diretamente aos bispos reunidos, disse que 'o abuso sexual de crianças não é apenas um crime hediondo, mas também um pecado grave que ofende a Deus e fere a dignidade da pessoa humana criada à sua imagem'. Falando no encerramento da reunião, o Cardeal Seán Brady de Armagh disse que o foco primário da hierarquia irlandesa seria o bem-estar das vítimas de abuso sexual.

Detalhou os planos dos bispos irlandeses para cuidar das vítimas e adotar programas de 'boas práticas' para proteger as crianças de abusos no futuro.

Muitos na Irlanda e mais além perguntaram-se sobre a continuidade do Cardeal Brady como líder da Igreja Irlandesa. 'Como', perguntavam, 'poderiam programas de "boas práticas" ser implementados por um homem que tinha ele próprio sido

parte no encobrimento de abuso sexual?' Brady tinha jurado duas vítimas adolescentes do Padre Brendan Smyth a segredo em 1975, após registar as suas declarações num inquérito da Igreja. O Padre Smyth ficou então livre para continuar a abusar durante mais dezoito anos. O cardeal explicou recentemente que não era a pessoa designada para ir à polícia irlandesa, mas também admitiu sentir vergonha por nem sempre ter defendido os valores que professa e em que acredita. A falha do Cardeal Brady em denunciar um padre agressor em 1975 estava destinada a voltar para o assombrar.

O Papa João Paulo II via o abuso sexual clerical dos jovens como 'um problema americano'. O seu sucessor parece vê-lo amplamente como um problema irlandês, à luz da sua crítica contundente à Igreja Irlandesa. Ainda não houve por parte do Papa ou daqueles reunidos em seu redor no Vaticano qualquer exame sério da sua própria conduta. Apontam o dedo, mas falham em olhar para dentro para as falhas nas suas próprias respostas a este escândalo que engole a Igreja Católica. Direcionar o foco para um único país — seja os Estados Unidos ou a Irlanda — ignora a realidade evidente. Este escândalo é global. As suas raízes não residem em bispos específicos com mau funcionamento a trabalhar num país particular. Quando estudado, o padrão revela características idênticas de país para país. Simultaneamente é também um problema do Vaticano. Alguma reflexão pública por parte do Papa Bento e de outros dentro do Vaticano seria inestimável. Poderiam começar por estudar o seguinte.

Em abril de 2010 o Arcebispo Buti Tlhagale, chefe da Arquidiocese de Joanesburgo e um dos prelados mais proeminentes da África, falou abertamente relativamente ao abuso sexual clerical não só na África do Sul mas por todo o continente. Advertiu que 'o mau comportamento dos padres em África não

tem sido exposto ao mesmo destaque da comunicação social como noutras partes do mundo.'

O arcebispo fez os seguintes comentários durante a sua homilia da Missa Crismal:

'Nos nossos tempos traímos o próprio Evangelho que pregamos. A Boa Nova que alegamos anunciar soa tão oca, tão desprovida de qualquer significado quando confrontada com o nosso comportamento moral negativo amplamente publicitado . . . A imagem da Igreja Católica está virtualmente em ruínas devido ao mau comportamento dos seus padres, lobos em pele de cordeiro, a fazerem presas de vítimas desprevenidamente, a infligirem danos irreparáveis e a continuarem a fazê-lo com impunidade. Estamos lentamente mas com certeza empenhados em destruir a Igreja de Deus ao minar e despedaçar a fé dos fiéis leigos.

'...Gostaria de poder dizer que há apenas algumas maçãs podres. Mas a indignação à nossa volta sugere que há mais do que algumas maçãs podres . . . Como líderes da Igreja, tornamo-nos incapazes de criticar o comportamento corrupto e imoral dos membros das nossas respetivas comunidades. Tornamo-nos hesitantes em criticar a ganância e as más práticas das autoridades civis. Ficamos paralisados e tornamo-nos automaticamente relutantes em guiar os jovens nos muitos dilemas morais que enfrentam.'

Na Austrália, o Arcebispo Mark Coleridge de Camberra foi para as ondas de rádio da Radio National em maio de 2010. Discutindo a questão do abuso sexual clerical, observou:

'Ninguém pode negar a escala do problema e a tarefa urgente. No passado, os líderes da Igreja foram desviados da discussão do tópico por um sentido equivocado de que o silêncio poderia proteger a Igreja do escândalo.'

A 17 de junho de 2010, o Padre David O'Hearn da Diocese Australiana de Maitland-Newcastle foi acusado de dezassete contagens de abuso cometido contra cinco rapazes. Dentro da prova submetida em favor do Padre O'Hearn, Vincent Ryan — o pároco da paróquia onde O'Hearn tinha servido — alegou que 'não ouviu nada sobre o Padre O'Hearn ou outro padre assistente em relação a crianças'. Vincent Ryan está atualmente a cumprir uma pena de prisão por abusar de dezenas de rapazes ao longo de um período de vinte anos, motivando um pagamento de indemnização de muitos milhões de dólares às suas vítimas. Na declaração que fez a partir da sua cela de prisão em favor do Padre O'Hearn acrescentou prestativamente, 'Eles teriam estado inconscientes do meu comportamento também.' Documentos do tribunal estabeleceram que tinha havido preocupações sobre o comportamento do Padre O'Hearn entre 1995 e 1997. As infrações de que foi agora acusado remontam aos anos 1980. Ele deverá ser submetido a julgamento num futuro próximo.

A 2 de julho de 2009, no Tribunal de Comarca de Sydney, o Padre John Denham foi considerado culpado de um total de 134 infrações sexuais relativas a trinta e nove rapazes. As 134 acusações incluíam sodomia e múltiplas contagens de agressão indecente. Estas não foram as únicas vítimas de Denham, meramente aquelas que assinaram uma declaração para a polícia. Elas e as incalculáveis outras vítimas deveriam ter sido protegidas contra o abuso por parte de Denham. A sua única condenação anterior por abuso sexual ocorreu muito mais cedo na sua carreira e só veio à luz quando a vítima contactou a polícia em 1997. No julgamento subsequente, Denham foi considerado culpado de agressão indecente e foi-lhe dada uma pena de dois anos de prisão, que foi suspensa.

Assim como as muitas queixas anteriores às autoridades católicas tinham sido ignoradas pela Igreja, assim agora eles puseram a condenação de parte e continuaram a usar o Padre Denham como padre de substituição em várias paróquias. A vida

anterior deste padre merece ser examinada. O Padre Denham foi recrutado como noviço nos anos 1960 e, de acordo com o testemunho em tribunal, o seu abuso sexual de crianças começou nessa altura. As queixas feitas sobre o seu comportamento nos anos 1970 às autoridades da Igreja foram ignoradas. No Colégio St. Pius X em Adamstown, Denham tornou-se bem conhecido pelo seu hábito de tocar indecentemente em rapazes. Quase todas as vítimas eram de famílias católicas devotas e algumas foram, nas palavras do Juiz Syme, 'particularmente visadas como crianças especialmente vulneráveis' devido a circunstâncias familiares e fragilidade pessoal. Após uma queixa da mãe de um dos alunos em 1979, Denham foi transferido para trabalhar na paróquia de Charlestown, e depois em 1981 transferido novamente para Taree, uma cidade costeira a norte de Newcastle. Durante os seus anos nestas paróquias, ele cometeu regularmente ataques sexuais a rapazes.

O seu comportamento, uma vez tendo sido transferido para a Escola Secundária Católica St. Pius X em Newcastle em 1975, foi incessante. Ele tornou-se chefe de disciplina na escola, uma nomeação comparável a dar a um comedor compulsivo acesso a uma fábrica de chocolates. As suas perseguições incluíam chamar o nome de uma vítima pelo sistema de intercomunicação da escola com a exigência de que o indivíduo nomeado 'viesse para os aposentos privados do Padre Denham'. Ele violou analmente e repetidamente rapazes quer no seu gabinete quer nos seus aposentos, e depois enviou-os de volta para a sala de aula. Realizou sexo oral em incontáveis vítimas, deu chicotadas a outros até chorarem e depois abusou sexualmente deles. Falou a duas vítimas de sete anos de idade sobre Jesus, apertando os seus genitais enquanto eles se sentavam no seu colo no gabinete da escola. Syme informou o júri, 'O infrator deu a ambos os rapazes um chocolate antes de eles saírem.'

Ocasionalmente, Denham embriagava rapazes jovens com álcool antes de os agredir. Ele abusou sexualmente de um jovem

embriagado enquanto o jovem guiava um carro. Agrediu outros em viagens a uma residência paroquial no campo enquanto outro padre observava. Mordeu uma 'criança particularmente vulnerável' nas nádegas no corredor da escola. Entretanto, ele desfrutava de proteção total do diretor da escola, o Padre Thomas Brennan. O juiz do julgamento observou, 'Ele [Padre Brennan] no melhor dos casos não tomou qualquer ação, e no pior dos casos deu chicotadas aos rapazes que se queixaram. Numa ocasião isto ocorreu mesmo após uma queixa dos pais.'

Em 2009, quando a terrível verdade foi estabelecida, Brennan foi condenado por fazer uma falsa declaração escrita para proteger Denham e colocado sob um termo de bom comportamento de doze meses. Este caso é um marco na Austrália. Como as autoridades da Igreja tinham sido avisadas durante a carreira de Denham de que ele estava a cometer infrações sexuais contra crianças, e os seus superiores desconsideraram esses avisos e mantiveram Denham dentro do sacerdócio, permitindo-lhe assim continuar a ferir e prejudicar os jovens, as vítimas poderão agora mover ações cíveis contra a Igreja Católica na Austrália.

O Padre Denham foi sentenciado a uma pena máxima de dezanove anos e dez meses, com um período sem liberdade condicional de treze anos e dez meses. Nascido em 1942, permanecerá na prisão até ao seu octogésimo ano.

Na Áustria, os católicos comuns continuam a demitir-se e a afastar-se da sua Igreja. Como registado anteriormente, esta deserção generalizada tinha sido inicialmente desencadeada pela recusa do Papa João Paulo II em remover o Cardeal Groer do seu cargo. O falecido Papa descartou com agasto a prova esmagadora que estabelecia que Groer era um pedófilo altamente ativo. Por cada ano que Karol Wojtyła ignorou a prova, dezenas de milhares deixaram a Igreja. Eventualmente, quando se curvou à realidade, era demasiado tarde: as deserções continuam até ao dia de hoje. Nos últimos dois anos, 90 000 pessoas removeram os seus nomes dos registos da Igreja Católica; os bispos austríacos preveem uma

perda semelhante no ano corrente. Esmagadoramente a razão tem-se mantido constante: o desgosto pelo abuso sexual clerical e a falha do Vaticano em geral e do Papa Bento em particular em tomar medidas mais eficazes do que proferir pedidos de desculpas em tom de lamento.

O Cardeal de Viena, Christoph Schönborn, introduziu novas políticas concebidas para conter o abuso sexual por padres austríacos. ‘O muro de silêncio tem de ser quebrado. O escândalo de abuso não pode ter permissão para se repetir.’ Refletindo no início de 2010, Schönborn recordou ter discutido o problema do seu antecessor, o Cardeal Groer, com o Cardeal Ratzinger e que o então chefe da CDF lhe tinha dito que queria criar uma comissão de inquérito relativamente às muitas alegações que circulavam em redor de Groer ‘para estabelecer clareza’. ‘Para mim,’ relatou Schönborn, ‘essa é uma das melhores indicações de que o Papa de hoje tinha uma forma muito decisiva e clara de lidar com casos de abuso’.

Subsequentemente, Ratzinger tinha indicado que a sua comissão era algo sem viabilidade. No coração do Vaticano por volta de 1995 não havia uma exigência de clareza sobre esta questão particular: ‘O outro lado, o lado diplomático, tinha prevalecido.’ Seguramente isto é uma referência velada ao então Secretário de Estado, o Cardeal Sodano. Quando se tratava de matérias da mente e conceitos intelectuais, tais como a Teologia da Libertação, Ratzinger ia ao alvo até o ter destruído. As matérias da carne eram algo diferente. Homossexualidade? Atacar. Abuso sexual clerical? Hesitar.

A Bélgica tem um histórico particularmente sombrio relativamente ao abuso de crianças. Este é o país de Marc Dutroux, que foi detido em 1996 e acusado de raptar, torturar e abusar sexualmente de seis jovens raparigas, quatro das quais morreram. Ele está atualmente a cumprir uma pena de prisão perpétua. A partir desse pesadelo a nação belga desenvolveu uma maior sensibilidade para a questão do abuso sexual de crianças.

Uma Comissão independente foi estabelecida em 2000 para lidar com todas as alegações de abuso sexual por padres. O grande muro de tijolo erguido pela hierarquia da Igreja Católica na Bélgica frustrou com grande sucesso muito do trabalho da Comissão. Meros trinta e três casos foram tratados em dez anos, um tributo à obstinação do funcionalismo católico na Bélgica.

Vários fatores garantiram que os pedófilos belgas e os seus protetores estejam agora finalmente a sentir uma pressão crescente. O novo presidente da Comissão, o Presidente Professor Adriaenssens, tem uma série de qualificações impressionantes e grande experiência do problema; ele tem também excelentes ligações. Com os casos de abuso sexual a ganharem relevo crescente na vizinha Alemanha e nos Países Baixos, vinte novos casos foram reportados na Bélgica durante os primeiros quatro meses de 2010, mas o que realmente transformou o nível de casos reportados foram dois eventos que ocorreram a 23 de abril.

O primeiro foi o anúncio pelo Bispo de Bruges, Roger Vangheluwe, de que se estava a demitir devido à revelação de que tinha abusado sexualmente de um rapaz.

No mesmo dia, uma entrevista na televisão pelo Arcebispo André-Joseph Léonard de Mechelen-Bruxelas, recentemente nomeado primaz da Bélgica, eletrizou toda a nação. O Arcebispo Léonard declarou, ‘A partir de hoje a Igreja Belga virou uma nova página de um passado não muito distante quando tais matérias passariam em silêncio ou seriam ocultadas.’ No decorrer do mês seguinte, mais de 400 alegações de abuso choveram. Muitos acreditavam que as coisas iam ser diferentes a partir daquele dia. Poderiam não ter percebido quão profundamente diferente iria ficar.

Se a hierarquia belga tinha sido abalada pelos primeiros quatro meses de 2010, os eventos de 24 de junho puseram o estabelecimento católico a girar como um pião. A sede da Igreja Católica Belga foi alvo de uma rusga por uma equipa de agentes

policiais. Entraram no arcebispado às 10h30, quando a reunião mensal da Conferência Episcopal estava em curso. Informaram a reunião de que estavam a investigar queixas de abuso sexual que teriam alegadamente tido lugar 'dentro do território da arquidiocese'. O palácio do arcebispo foi subsequentemente selado. Todos os documentos e telemóveis foram confiscados e os bispos foram informados de que ninguém podia deixar o edifício. Todos no interior foram interrogados. A polícia esteve extremamente ocupada neste dia particular. Além da arquidiocese, também fizeram uma rusga à casa do arcebispo reformado Godfried Danneels em Mechelen, apreendendo documentos e um computador. As instalações da Comissão independente foram também alvo de rusga e todos os ficheiros foram apreendidos. Os túmulos dos Cardeais Jozef-Ernest Van Roey e Léon Joseph Suenens foram revistados. Os bispos e a sua equipa foram retidos até às 19h30.

Quando a notícia chegou ao Vaticano, o Papa falou dos 'métodos lamentáveis' usados pela polícia. O seu Secretário de Estado foi menos diplomático, descrevendo as rusgas como 'graves e inacreditáveis', e passou para a hipérbole, comparando as rusgas às práticas dos regimes comunistas. À medida que os dias passavam, a indignação vinda da arquidiocese e do Vaticano aumentava, exibindo uma profunda ignorância da lei. Os únicos edifícios na Bélgica para os quais o Vaticano poderia reivindicar imunidade diplomática eram a casa e as instalações do núncio papal. A reação exibe esse mesmo conceito de imunidade que tem perseguido a questão do abuso sexual clerical dos jovens. A Igreja tinha desde há muito considerado que os seus padres, bispos e cardeais não tinham de reportar tal abuso às autoridades civis. Nisso demonstraram quer uma bem-aventurada ignorância da lei quer uma arrogante indiferença a ela. As investigações continuam.

Do outro lado da fronteira, nos Países Baixos, houve também uma explosão recente de abusos sexuais reportados por clérigos.

No início de março de 2010 a Radio Netherlands reportou que 137 padres e religiosos enfrentavam acusações de abuso sexual. Mais tarde no mesmo mês veio um relato de 600 alegações de abuso sexual clerical a serem registadas num período de quatro semanas. Os números representam um surto extraordinário num país com uma cifra historicamente baixa para abuso reportado. Subsequentemente a Igreja Católica Holandesa criou especificamente uma unidade para lidar com alegado abuso sexual clerical. A 'Ajuda e Justiça' revelou que tinha recebido 'mais de 1 000 reclamações de abuso sexual' desde que as primeiras alegações vieram à luz no final de fevereiro. As datas dos alegados abusos variavam desde os anos 1960 até tempos mais recentes.

O arcebispo reformado de Utrecht, o Cardeal Adrianus Simonis, declarou-se 'extremamente chocado' e 'envergonhado'. Disse que tinha conhecimento de não mais do que dez casos nas suas quatro décadas como bispo. 'Se um padre estava envolvido, eu era responsável', disse. 'Se era um membro de uma ordem religiosa, dependia da própria ordem.'

O Bispo de Roterdão, Ad Van Luyn, quando questionado sobre as questões que estas revelações levantavam, confirmou que sabia de casos concretos durante o seu tempo como chefe da Ordem Salesiana entre 1975 e 1981. Esta foi a primeira vez que o bispo admitiu saber de tal abuso durante o período em que esteve no encargo. Apelou agora a um inquérito independente. Um dos primeiros a ser investigado será o próprio bispo.

No Chile, o Cardeal de Santiago optou por ir pela via direta relativamente à investigação de alegações de abuso. Confrontado com queixas de oito homens que acusavam o Reverendo Padre Fernando Karadima Fariña de abusar deles no confissionário, o cardeal pediu à Congregação para a Doutrina da Fé para realizar a investigação. Com os pedidos para tais investigações a criarem uma fila de espera cada vez mais longa, ele poderá estar à espera durante bastante tempo por uma resposta.

Há certas características que reincidem com este escândalo.

Algumas destas relacionam-se com o sistema secreto de esconder o padre agressor entre membros fiéis não cientes e desprevenidos num ambiente diferente. Uma das outras características é a resistência colocada pela hierarquia católica em aceitar as suas responsabilidades quando a sua culpa foi estabelecida. Os abusos irlandeses contêm este elemento; entre outros que partilham esta obstinação cega estão pelo menos alguns dos clérigos canadianos.

Anteriormente neste livro descrevi como os Irmãos Cristãos de Mount Cashel se consideraram claramente acima da lei durante anos. Parecia por volta de 1988 que os vários prelados em falta na Terra Nova tinham aceite o seu destino e estavam resignados a fazer uma indemnização adequada às vítimas. Uma exceção foi a Igreja Católica Romana em St. John's. Em 1989 o Reverendo James Hickey foi considerado culpado de abusar sexualmente de oito acólitos enquanto era pároco na Península de Burin no final dos anos 1970. Foi sentenciado a cinco anos de prisão. Durante dez anos, de 1999 a 2009, os oito rapazes, agora homens feitos, e o seu advogado Greg Stack lutaram pela justiça. Apesar da condenação criminal de Hickey, a Igreja combateu-os em cada centímetro do caminho, argumentando obstinadamente que a Igreja não era responsável.

Finalmente, em fevereiro de 2009 os antigos acólitos ouviram o Supremo Tribunal da Terra Nova decidir que a Igreja era de facto responsável pelo abuso sexual dos oito rapazes por Hickey. A luta pela indemnização começou então. Em meados de dezembro de 2009, vinte anos depois de o Padre Hickey ter sido condenado, a Igreja concordou finalmente em resolver um dos processos por 200 000 dólares. Um resolvido; faltam sete.

Após uma série de anos, durante os quais o país natal do Papa, a Alemanha, registou continuamente números extremamente baixos para o abuso sexual clerical, em 2010 a

barragem ruiu, na sequência de uma série de escândalos. Em fevereiro, o chefe da Conferência Episcopal Alemã, o Arcebispo Robert Zollitsch, pediu desculpas publicamente às vítimas que tinham sido sistematicamente abusadas por dois padres numa escola jesuíta em Berlim. Estimou-se que 120 antigos estudantes tinham sido alegadamente abusados em cerca de sete escolas por todo o país. O Bispo Walter Mixa de Augsburgo atribuiu em parte o abuso à 'revolução sexual'. Isso arrancou da Ministra da Justiça do país, Sabine Leutheusser-Schnarrenberger, a observação de que o bispo se estava a 'esconder atrás de desculpas polémicas em vez de contribuir para esclarecer a crise'.

Com o escândalo a crescer de dia para dia, os jesuítas contrataram uma investigadora especial para estabelecer os factos. A Igreja Católica criou uma linha direta para abusos. Abriu para atendimento a 2 de abril. Fechou — pelo menos temporariamente — no mesmo dia, após ir abaixo sob o peso do tráfego telefónico: 4 459 chamadores antes de o sistema entrar em colapso. No mesmo mês o Bispo Mixa foi exposto como um alcoólico que tinha feito avanços homossexuais a dois padres. Houve várias outras alegações enquanto o agora antigo bispo foi deixado a considerar revoluções sexuais.

Por volta de maio de 2010 a investigadora dos jesuítas, Ursula Raue, pôde reportar que tinha até agora estabelecido que pelo menos 205 antigos estudantes alegavam ter sido abusados; ela achava que o número final seria ainda mais elevado: 'Não podemos esperar ter ouvido tudo ainda.' Revelou ainda que quarenta e seis jesuítas e um número de elementos do pessoal leigo tinham sido acusados de abuso ou de saber de tais crimes e falhar em agir. Por volta de junho havia apelos para a criação de uma Comissão independente comparável ao modelo irlandês. O Governo Alemão, entretanto, estava a monitorizar de perto a situação. A Chanceler Angela Merkel tinha observado no início do ano que 'o abuso de crianças é um dos crimes mais terríveis e tem de ser investigado. Tenho a impressão de que a Igreja

Católica percebeu isto.' O que o Papa alemão estava a fazer de todas estas revelações no seu país natal é difícil de avaliar. Mais matéria para reflexão veio desta vez de Espanha.

O psicólogo espanhol Pepe Rodríguez investigou e escreveu longamente sobre o tema do abuso sexual clerical. As suas conclusões, publicadas em vários livros, são convincentes. Comparadas com outros países que têm uma grande percentagem de católicos romanos, as cifras oficiais de Espanha para o abuso sexual clerical têm sido historicamente muito baixas. Ou a Igreja Espanhola operou o encobrimento mais eficiente do mundo ou há outra explicação, ainda não revelada. A investigação cuidadosa do Dr. Rodríguez pode muito bem fornecer essa explicação. Os seus estudos mostram que na tradicionalmente católica Espanha, 60 por cento dos padres são sexualmente ativos, em violação dos seus votos de celibato. Destes, o seu estudo concluiu que 53 per cento tinham relações com mulheres adultas, 21 per cento com homens adultos, 14 per cento com rapazes menores de idade e 12 per cento com raparigas menores de idade. O Dr. Rodríguez regista o facto de um grande número de padres espanhóis deixar o sacerdócio para casar e que outros formam relações de longo prazo que são ignoradas quer pelos leigos quer pela hierarquia da Igreja. O Vaticano está atualmente a investigar catorze casos de alegado abuso de crianças em Espanha cometidos por padres ao longo dos últimos nove anos: uma média de menos de dois casos por ano.

O Monsenhor Charles Scicluna, que é o 'promotor de justiça' do Vaticano — efetivamente o procurador para a CDF —, descreveu Espanha como 'um dos países com o menor número de investigações de alegados abusos'. Scicluna pode ter estado a desafiar o destino. Em meados de maio de 2010 foi revelado que o chefe do Centro Francisco de Assis em Córdova e três outros elementos do pessoal tinham sido acusados de abuso sexual; há também prova de um encobrimento da Igreja. Uma coisa é certa: a relação tradicionalmente muito próxima entre a Igreja e o

Estado em Espanha — uma relação que remonta a muitas décadas — teria tornado muito difícil para as vítimas de abuso em Espanha denunciar um padre.

Pela mesma altura em que as revelações em Córdova ocorriam em maio, o prelado mais sénior em Itália, o Cardeal Angelo Bagnasco, admitiu a 'possibilidade' de que casos de abuso sexual clerical tivessem sido encobertos à porta do Papa. Sugeriu que os responsáveis da Igreja Italiana 'possam por vezes ter estado inclinados a proteger a Igreja em vez de reportar casos à polícia'. O seu número dois, o Monsenhor Mariano Crociata, foi mais longe: 'Houve cerca de 100 casos de abuso sexual clerical ao longo da última década.' Recusou-se a declarar quantos padres tinham sido processados ou reduzidos ao estado laical. Na mesma semana, um padre em Savona foi a julgamento por alegada violência sexual contra uma rapariga de doze anos de idade, e um padre de Milão de setenta e três anos, o Padre Domenico Pezzini, um apoiante proeminente dos direitos homossexuais, foi detido por alegadamente abusar de um rapaz de treze anos de idade. Em setembro de 2009 em Verona, setenta e três padres foram acusados de abusar sexualmente de 235 menores. Anteriormente sessenta e sete estudantes num instituto para surdos tinham alegado que 'abuso, pedofilia e castigo corporal ocorreram na escola desde os anos 1950 até aos anos 1980 às mãos da Congregação da Companhia de Maria', e em junho de 2010 ainda outro clérigo italiano de alto perfil, o Padre Pierino Gelmini, foi acusado de abusar de doze jovens homens num centro de reabilitação de toxicodependentes. Estes vários incidentes colocam questões graves a uma hierarquia que cita uma cifra de dez casos por ano.

Parece que, para onde quer que uma pessoa se volte, não importa qual o país que se considere, há prova significativa de abuso sexual clerical. Não se esperaria que os alarmes tivessem a tocar entre os bispos suíços, mas estão. Em junho de 2010, os bispos do país endureceram a sua posição contra o abuso sexual

clerical ao anunciarem que os infratores serão sistematicamente denunciados à polícia. Anteriormente, reportavam apenas os casos mais graves e meramente encorajavam as vítimas a apresentar queixas à polícia e a obter ajuda junto de centros de consulta a vítimas. Entre janeiro e junho de 2010, 104 vítimas chegaram à frente. Os seus casos envolvem setenta e dois padres. Em março, a Conferência dos Bispos Suíços admitiu que tinha 'subestimado' a escala do abuso sexual envolvendo padres.

Através deste turbilhão global, o que dizer do Vaticano? O que dizer do Papa Bento XVI? Como se posiciona o epicentro do Cristianismo?

Para um número considerável dos seus residentes dentro do Estado da Cidade do Vaticano, o Papado de Bento XVI tinha, para todos os efeitos, terminado no final de 2009. Não esperam nada de importância duradoura, nenhumas novas políticas ou iniciativas — pelo menos não antes de o próximo conclave eleger o sucessor de Bento. Entretanto, atendem silenciosamente aos seus deveres. Outros foram apanhados no tsunami em que o escândalo global do abuso sexual clerical se tinha tornado. É uma infraestrutura quintessencialmente medieval a tentar responder a um escândalo que não nasceu no final do século vinte, mas cujas raízes remontavam a muitos séculos. A era da Internet garantiu que mais informação e maior verdade tivessem chegado sobre esta questão nos últimos vinte e cinco anos do que nos quinhentos anteriores. Contudo, aqueles encarregados dentro do Vaticano e mais além de responder às exigências não só de verdade, mas também de justiça e transparência total, estavam em grande medida sem saber como responder.

O peso estava sobre os ombros do Padre Federico Lombardi, o Diretor da Sala de Imprensa do Vaticano, assistido por alguns colegas. Na segunda metade de 2009, foi finalmente reconhecido que era necessário um grau mais elevado de profissionalismo. A empresa Meltwater, sediada em São Francisco, especialista de ponta em monitorização de meios de comunicação na Internet, foi

contratada. Foi o primeiro passo que a Sala de Imprensa alguma vez deu no século vinte e um. A Meltwater procura e depois aconselha sobre o conteúdo potencial para uma resposta do Vaticano a histórias danosas.

Acima de tudo o resto, os elementos do meio interno perceberam que o que faltava era uma direção central. Antes que isso pudesse ser alcançado, teria de haver um titular radicalmente diferente no trono de São Pedro. Essa mudança estava além do alcance deles no presente, outras mudanças não estavam. Lombardi dedicou-se a trazer alguns pesos-pesados para a equipa. Estes incluíam o Arcebispo Claudio Maria Celli, Presidente do Pontifício Conselho para as Comunicações Sociais, e Giovanni Maria Vian, editor-chefe do *L'Osservatore Romano,* o jornal do Vaticano, que continua de tempos a tempos a imprimir o que o Papa deveria ter dito em vez daquilo que ele realmente disse. Esta equipa, que anteriormente tinha lavrado sulcos separados, começou por reconhecer que os meios de comunicação social do mundo não estavam particularmente interessados numa organização que muitas vezes levava meses a responder a uma questão. Agora, a resposta do Vaticano é diária. Qualquer visitante do sítio web do Vaticano constatará que beneficiou de atualizações, e, para dar uma ajuda, há agora também uma página no Twitter. O *spin* sempre fez parte do arsenal do Vaticano; agora abraçaram técnicas mais habitualmente encontradas nos departamentos de imprensa de Downing Street e da Casa Branca. O objetivo era que o Vaticano 'criasse a sua própria narrativa' da crise do abuso sexual clerical.

A antiga congregação do Papa, a CDF, tem estado a considerar há mais de dois anos a alteração do Direito Canónico com vista a dar ao Papa o poder de atalhar o processo longo e tortuoso que a remoção de um bispo atualmente envolve. O problema estrutural é a falta de liderança no topo. Como um bispo de longa data colocou a este autor nos últimos dias de 2009:

‘Demasiados de nós estão indevidamente preocupados a lamentar as baixas taxas de natalidade, o materialismo e o relativismo. O Santo Padre esteve a falar na semana passada sobre as tentações da secularização, do hedonismo, da fragilidade das famílias, etc., etc. São todas questões importantes, mas até tratarmos do abuso sexual clerical e realmente o tratarmos, estamos em grande parte a perder o nosso tempo a discutir os outros itens da lista de compras.’

À medida que o Novo Ano progredia, o ‘tsunami’, longe de diminuir, tinha desenvolvido uma força própria. Enquanto os bispos na Alemanha, Áustria, Países Baixos e mais além lutavam para lidar com o número crescente de pessoas que alegavam ter sido abusadas, os seus respetivos governos olhavam para a liderança máxima do Catolicismo. No início de março de 2010, a Ministra da Justiça alemã, Sabine Leutheusser-Schnarrenberger, tinha-se cansado de esperar. Expressou a sua frustração, falando do que via como ‘o Vaticano a construir um muro de silêncio na questão do abuso sexual clerical’. O Padre Federico Lombardi saiu rapidamente ao caminho, defendendo a resposta da Igreja a queixas de abuso sexual e rejeitando a acusação feita pela ministra. Falou de como a Alemanha, a Áustria e os Países Baixos tinham respondido com ‘ação atempada e decisiva’ e de como os seus bispos tinham mostrado ‘um desejo de transparência’ ao convidarem as vítimas a vir à frente com as suas histórias. Continuou:

‘Ao fazê-lo abordaram a matéria “com o pé direito”, porque o ponto de partida correto é o reconhecimento do que aconteceu e a preocupação pelas vítimas e pelas consequências dos atos cometidos contra elas.’

Lombardi enfraqueceu depois o seu argumento ao citar o abuso de crianças fora da fé católica: ‘Na Áustria, por exemplo, houve 510 relatórios recentes de abuso, apenas dezasseis envolviam instituições ligadas à Igreja.’ Nesta primeira investida vinda do Vaticano, contudo, Lombardi negligenciou mencionar

que na mesma semana duas dioceses na Áustria suspenderam cinco padres pendente de investigação adicional de alegações de que tinham molestado estudantes, e os Países Baixos anunciaram que estavam a abrir uma investigação de grande escala depois de mais de 200 pessoas terem vindo à frente em duas semanas, alegando que tinham sido abusadas por padres.

A causa do Vaticano dificilmente tinha sido ajudada menos de duas semanas antes quando um escândalo sexual que alcançava a casa do Papa Bento foi exposto. Angelo Balducci, um Gentil-Homem de Sua Santidade, foi apanhado numa escuta telefónica a encomendar um prostituto masculino ao corista do Vaticano Thomas Ehiem. As transcrições das gravações indicavam que Ehiem tinha anteriormente angariado para Balducci pelo menos dez contactos com, entre outros, 'dois rapazes cubanos negros', um antigo modelo de Nápoles e um jogador de râguebi de Roma. A Sala de Imprensa do Vaticano recusou-se a comentar o assunto.

Pondo esse embaraço de parte, era prontamente percetível quão mais fácil se tinha subitamente tornado para os meios de comunicação social obter acesso a uma grande variedade de figuras do Vaticano. O Monsenhor Charles Scicluna, por exemplo, é o 'promotor de justiça' para a Congregação para a Doutrina da Fé, efetivamente o procurador para o antigo Santo Ofício, a polícia do pensamento do Catolicismo Romano. Scicluna normalmente não dá entrevistas, e aquelas que dá dificilmente transbordam de factos. Falando à agência de notícias católica Zenit a 14 de março de 2010, contudo, ele esteve positivamente loquaz:

'. . . Entre 1975 e 1985, não acredito que quaisquer casos de pedofilia cometidos por padres tenham sido levados ao conhecimento da nossa Congregação. Além disso, no seguimento da promulgação do Código de Direito Canónico de 1983, houve um período de incerteza quanto a quais dos *delicta graviora* ['crimes mais graves'] estavam reservados à competência deste

dicastério. Apenas com o *motu proprio* de 2001 é que o crime de pedofilia se tornou novamente a nossa alçada exclusiva.'

O que suscita a pergunta: quem então, entre 1975 e 2001, dentro do Vaticano era responsável pela investigação e ação subsequente em casos envolvendo o abuso sexual clerical de crianças?

Subsequentemente, Scicluna revelou uma variedade de estatísticas cobrindo os anos de 2001 a 2010:

'. . . considerámos acusações respeitantes a cerca de três mil casos de padres diocesanos e religiosos, que se referem a casos cometidos ao longo dos últimos cinquenta anos.'

Os 3 000 casos cobriam uma variedade de categorias: '60 por cento dos casos envolviam principalmente atração sexual por adolescentes do mesmo sexo, outros trinta por cento envolviam relações heterossexuais . . . os casos de padres acusados de pedofilia no verdadeiro sentido foram cerca de trezentos em nove anos.'

O Monsenhor Scicluna também se disponibilizou para o jornal dos bispos italianos, *L'Avvenire*, onde terreno semelhante foi coberto. Os números que o procurador estava a citar referem-se apenas, naturalmente, aos casos que chegaram à CDF; eles representam uma parte muito pequena da situação. A maioria dos casos nunca chegou a Roma durante os anos referidos. Como a prova dentro deste livro demonstrou, uma grande quantidade foi simplesmente encoberta e o padre agressor movido para outro local.

O Arcebispo Salvatore Fisichella, o Presidente da Pontifícia Academia para a Vida, foi outro peso-pesado que se viu a falar aos meios de comunicação social nesta altura.

Uma observação particular sua foi particularmente importante.

‘O Papa quer implementar uma política de “tolerância zero” relativamente ao abuso sexual de menores, semelhante à da conferência dos bispos dos EUA em 2002. Essa política’, disse o arcebispo, ‘é uma obrigação moral.’

Uma aplicação global da política, particularmente se aplicada retroativamente àqueles que tinham encoberto um padre agressor, geraria uma grande quantidade de vagas — incluindo a posição de chefe da CDF. Enquanto servia nos Estados Unidos, o atual titular desse cargo, Cardeal William Levada, tinha permitido que pelo menos quatro padres que ele sabia ter abusado sexualmente de crianças permanecessem no ministério público. À medida que março progredia, artigos e declarações favoravelmente dispostos em relação ao Papa Bento floresciam por todo o lado, um tributo aos esforços do Padre Lombardi, de Celli e de Maria Vian. O artigo muito longo no *National Catholic Reporter* escrito por John Allen, um admirador de longa data do Papa, veio de um escritor tido em grande consideração dentro do Vaticano; na verdade, tão grande era a consideração pelo trabalho de Allen que o texto inteiro foi colocado na Rádio Vaticano. O contribuinte seguinte para este cântico de louvor teria levantado sobrolhos em ambas as margens do Tibre:

‘. . . A forma como ele responde [a confrontar situações difíceis] é notavelmente eficiente, pelo menos para todos aqueles que não são guiados por sentimentos totalmente hostis, e é eficiente quer pela sua humildade e sinceridade quer pelo raciocínio sólido do Papa.

‘A carta pastoral aos irlandeses é apenas o exemplo mais recente do seu grande carisma.’

O autor disto e de mais numa linha semelhante foi o Primeiro-Ministro Silvio Berlusconi. Muitos que recebessem tal elogio vindo de tal quadrante poderiam sentir que a sua situação era mais desesperada do que tinham percebido.

Outro voto de aprovação veio do analista do Vaticano Marco Politi, escrevendo no jornal de esquerda *Il Fatto Quotidiano*:

'Ao longo do curso dos últimos quinze anos, houve uma espécie de revolução copernicana dentro da Igreja. Durante séculos, a Igreja escondeu os factos porque o seu objetivo principal era defender o prestígio da Instituição. Hoje, o próprio Papa encoraja a que se fale abertamente.'

Estes são meramente uma amostra de uma campanha muito bem orquestrada. Inevitavelmente, o outro lado da moeda esteve também em exibição. Alguns dos meios de comunicação social foram altamente críticos do facto de, dentro da carta pastoral que Bento tinha escrito aos católicos da Irlanda, não haver reconhecimento de qualquer responsabilidade do Vaticano no escândalo e nenhumas punições específicas a serem aplicadas a bispos em falta que eram culpados, não só pelas vítimas mas também pelas investigações ordenadas pelo governo, por terem encoberto anos de abuso e, ao fazê-lo, exacerbado o abuso. Embora Bento tivesse pedido desculpas profusamente dentro da sua carta, o pedido de desculpas era de terceiros. Ele partilhava 'a consternação e o sentimento de traição que tantos de vós experimentaram ao tomar conhecimento destes atos criminosos'. Ele tinha sido chefe da CDF desde o início dos anos 1980 e depois Papa — um período de mais de um quarto de século —, contudo, a julgar pela sua carta de oito páginas, em momento algum as suas ações, ou falta delas, contribuíram um ápice para o maior desastre a abater-se sobre a Igreja há mais de quinhentos anos.

Ele repreendeu os bispos irlandeses por 'erros graves de julgamento', mas não criticou ninguém dentro do Vaticano, vivo ou morto, nem mesmo o seu antecessor João Paulo II, que protegeu vários pedófilos, e tinha também encorajado o segredo e o encobrimento sobre tais questões desde o seu tempo como Bispo de Cracóvia. Significativamente, a grande preocupação de Wojtyła pelo bom nome da 'Mãe Igreja' — uma preocupação que

justificava o segredo e o encobrimento — é uma característica que Bento partilha.

Em 1985 em Oakland, Califórnia, o Bispo John S. Cummins estava a tentar fazer com que um agressor sexual em série, o Padre Stephen Kiesle, fosse reduzido ao estado laical. Manteve correspondência com o chefe da CDF, o Cardeal Ratzinger, uma ação que em si mesma pareceria contradizer frontalmente as declarações registadas anteriormente da parte do Monsenhor Scicluna de que os casos de pedofilia não faziam parte da alçada da CDF entre 1975 e 2001. Respondendo à carta do Bispo Cummins de 13 de setembro de 1985, parte da resposta de Ratzinger lê-se:

'Este tribunal, embora considere os argumentos apresentados a favor da remoção neste caso como sendo de gravidade significativa, considera contudo necessário considerar o bem da Igreja Universal juntamente com o do requerente e é também incapaz de desvalorizar o detrimento que a concessão da dispensa pode provocar junto da comunidade dos fiéis de Cristo, particularmente tendo em conta a jovem idade do requerente.

'É necessário para esta Congregação submeter incidentes deste tipo a uma consideração muito cuidadosa, o que necessita de um período de tempo mais longo.'

O Padre Kiesle tinha sido sentenciado a três anos de liberdade condicional em 1978, após ter declarado 'não contestação' a acusações de conduta lasciva por ter amarrado e molestado dois jovens rapazes numa residência paroquial em São Francisco. Em 1981, pediu para deixar o sacerdócio, um pedido apoiado pela sua diocese, que reencaminhou os papéis para Roma. Em 1982, o Bispo Cummins tinha instado Ratzinger a conceder o pedido. Em 1985, continuava pendente — daí a troca de cartas referida anteriormente. Foi em 1987 que o Padre Kiesle foi reduzido ao estado laical; ele tinha, entretanto, realizado trabalho voluntário com crianças. Foi detido em 2002 e acusado de treze

contagens de abuso de crianças; todas as contagens, exceto duas, foram arquivadas com base no argumento de que excediam o prazo de prescrição. Foi mais tarde sentenciado a seis anos de prisão em 2004 por molestar uma jovem rapariga em 1995.

Em 1985, as únicas preocupações do atual Papa relativamente a este caso eram demonstravelmente que Kiesle recebesse 'o máximo de cuidado paternal possível' e que o bom nome da Igreja Universal fosse protegido.

O desejo de que tais casos fossem examinados em grande segredo foi consagrado por Ratzinger numa carta que escreveu a todos os bispos em 2001, informando que todos os abusos sexuais clericais estavam agora oficialmente dentro da sua alçada e deveriam ser remetidos para a CDF e que isto deveria ser feito com a maior atenção ao segredo completo.

Quando os detalhes do caso Kiesle se tornaram públicos no primeiro trimestre de 2010, tornou-se o escândalo mais recente a atrair uma grande quantidade de cobertura mediática negativa sobre o Vaticano em geral e Bento em particular. A equipa de resposta, quer dentro quer fora do Vaticano, esforçou-se em todos estes vários casos por desassociar o Papa de qualquer responsabilidade. Durante 2010 ele tornou-se cada vez mais como o Macavity de T.S. Eliot, com um álibi sempre pronto, está sempre muito longe da cena do crime a protestar a sua inocência.

A carta pastoral do Papa à Irlanda, como todo o seu papado, tinha prometido muito mas entregue muito pouco. Pedir desculpas, reconhecer a dor, aceitar os erros da Igreja era muito bom, mas os erros não foram identificados e quaisquer reparações potenciais não foram reveladas. Repreender os bispos irlandeses era justificado; ignorar o facto de que bispos em muitos outros países estavam indiciados não o era. Se a caridade ainda começa em casa, assim também deveria a honestidade. Alguma crítica pública a um ou dois dos seus cardeais não teria ficado mal.

O Cardeal Darío Castrillón Hoyos gabou-se publicamente em 2010 de uma carta que tinha escrito a um bispo francês, felicitando-o por não denunciar um padre pedófilo às autoridades. O padre em questão, Padre René Bissey, foi condenado em outubro de 2000 por abuso sexual de onze rapazes menores entre 1989 e 1996. Castrillón escreveu ao Bispo Pierre Pican:

'Alegro-me por ter um colega no Episcopado que, aos olhos da história e de todos os outros bispos do mundo, preferiu a prisão a denunciar um dos seus filhos e padre.'

A 16 de abril de 2010 Castrillón falou numa conferência sobre o 'legado de João Paulo II' numa universidade católica em Múrcia, Espanha. Disse ao público que tinha mostrado a carta ao falecido Papa antes de a enviar. João Paulo II tinha aplaudido o ato e autorizado Castrillón a enviá-la.

A aparente relutância de Bento em chamar à responsabilidade homens como o Cardeal Castrillón poderá ser porque, de acordo com Castrillón, a carta 'foi o resultado de uma reunião de alto nível de cardeais', como disse à RCN Radio. 'Portanto, o atual Papa, que na altura era cardeal, estava presente.' Isso daria credibilidade a uma visão mantida por muitos dentro do Vaticano de que a posição do Papa Bento na questão do abuso sexual clerical sofreu uma mudança radical. Não são apenas setores dos meios de comunicação social que acreditam que Bento chegou muito tarde à sua posição atual sobre o abuso sexual clerical.

O Cardeal Sodano, o anterior Secretário de Estado, e o Cardeal Bertone, o atual titular desse cargo, são apenas dois dos que estão vulneráveis na questão do abuso sexual clerical.

Ambos os homens foram grandes defensores do fundador dos Legionários de Cristo, Marcial Maciel. Ambos os homens são alegados como tendo recebido grandes doações em dinheiro de Maciel. Com base na prova do então Cardeal Ratzinger e do Cardeal Schönborn, Sodano tinha persuadido o Papa João Paulo II a intervir e parar uma investigação do Vaticano.

Em meados de abril de 2010 no Chile, a velha guarda — na pessoa do Cardeal Bertone — interveio com as suas opiniões sobre o abuso sexual clerical. Descartou a visão de que o celibato sacerdotal fosse uma das causas do abuso sexual de crianças, mas sabia o que era. 'Muitos psicólogos e psiquiatras demonstraram que não há relação entre o celibato e a pedofilia. Acreditam, contudo, que há uma relação entre a homossexualidade e a pedofilia.' Como Jim Fitzgerald, diretor executivo da Call to Action, um movimento católico que trabalha pela igualdade e justiça na Igreja e na sociedade, observou: 'Mesmo o Papa, durante a sua visita de 2008 aos Estados Unidos, disse que esta crise não é sobre homossexuais e lésbicas.'

No Domingo de Ramos de 2010, o Papa deu uma indicação clara de que a pressão da crise dos abusos sexuais o estava a afetar. No decorrer do seu sermão disse: 'A fé em Deus ajuda a guiar uma pessoa para a coragem de não se deixar intimidar pela cosquilharia insignificante da opinião dominante.' Isto foi interpretado pela maioria dos seus ouvintes como uma referência clara ao escândalo de abuso sexual.

Pela Páscoa, Sodano e Bertone estavam rapidamente a tornar-se uma dupla mordaz. Desta vez foi a vez de Sodano. Durante a Missa do Domingo de Páscoa, retirando uma frase das observações do Papa no Domingo de Ramos, descreveu a controvérsia global como não somando mais do que 'cosquilharia insignificante'. Dois dias antes, na Sexta-Feira Santa, o pregador pessoal do Papa tinha comparado a crítica que estava a ser feita à Igreja Católica sobre o abuso de crianças à 'violência coletiva sofrida pelos judeus'.

Não obstante todos os esforços dos especialistas em relações públicas do Vaticano e dos meios de comunicação social amigáveis, as sondagens de opinião indicavam que os seus esforços tinham falhado. Uma sondagem da CBS a medir a 'impopularidade' papal mostrou um aumento impressionante nas avaliações contra o Papa nos últimos quatro anos, de 4 para 24

por cento. No país natal do Papa, uma sondagem da revista *Stern* mostrou que a confiança em Bento tinha colapsado de 62 por cento no final de janeiro para 39 por cento no final de março. Algumas semanas após essas sondagens, Bento observou: 'Este escândalo sexual é um teste para mim e para a Igreja.' Com as acusações a continuarem nos meios de comunicação social, alegando que o Papa tinha ajudado a encobrir as ações de padres pedófilos para salvar a reputação da Igreja, o trio de relações públicas do Vaticano ficou bem ciente de que o seu contra-ataque estava a fraquejar. Pelo menos uma parte dele estava a provar ser contraproducente.

A Rádio Vaticano citou o Cardeal Giovanni Lajolo, um responsável da Santa Sé, como tendo dito que a Igreja deve perdoar aos seus atacantes pelo que chamou de 'ódio contra a Igreja Católica'. O Cardeal espanhol Julián Herranz, que chefia uma comissão disciplinar do Vaticano, afirmou que 'o Papa está a ser atacado devido às suas posições contra o aborto e o casamento entre pessoas do mesmo sexo. *Lobbies* poderosos querem impor uma agenda diferente.' O Cardeal José Saraiva Martins, ajudante do Papa, interveio com: 'Isto é um pretexto para atacar a Igreja . . . Há um plano bem organizado com um objetivo muito claro.'

O que era muito óbvio era que uma mentalidade de fortaleza existia agora dentro dos níveis mais elevados da Igreja. O trio do Vaticano não tinha estado ocioso. Durante os últimos dias de abril de 2010, realizou-se uma conferência de comunicação de três dias. Além de uma grande quantidade de padres e responsáveis da Igreja de vários países que procuravam novas ideias sobre como responder às suas várias comunidades, havia oradores convidados. Um consultor de relações públicas falou e demonstrou como as empresas italianas geriam crises quando confrontadas com uma avalanche de má publicidade.

Um especialista em marcas dos EUA falou sobre o desafio de gerir 'uma das marcas mais antigas e complexas do mercado' — a sua definição de Cristianismo. No último dia da conferência,

quando mais de 100 pessoas se amontoavam na sala de imprensa do Vaticano, tinham uma pergunta dominante a colocar ao Padre Lombardi: 'Como devemos responder ao tipo de cobertura que a Igreja está a ter?' Lombardi reconheceu que 'os últimos dois meses foram particularmente intensos.' A resposta, disse ele, não era prevaricar ou dissimular. 'O que se exige é a máxima transparência.' Acrescentou: 'Devem reduzir a perceção de que temos uma cultura de segredo, ou algo a esconder.' Vindo após muitos anos marcados por uma cultura de segredo e encobrimento, tal conselho coloca uma questão fundamental relativamente à capacidade ou falta dela de um leopardo mudar as suas manchas.

Várias semanas mais tarde, o Papa deu um excelente exemplo para os seus especialistas em relações públicas seguirem. Em meados de maio de 2010, enquanto voava para Portugal, respondeu às perguntas dos jornalistas, tendo o Padre Lombardi tomado a precaução de fazer submeter as perguntas antes do voo. A posição original da Igreja de que havia uma campanha mediática contra a Igreja Católica somada a um ataque por parte dos *lobbies* pró-escolha e pró-casamento homossexual tinha sido abandonada. Em vez disso, o Papa apontava agora o dedo para dentro, para a sua própria Igreja e para os agressores. 'O que é necessário é uma purificação profunda para pôr fim à maior perseguição que a Igreja já sofreu.' Continuou: 'a Igreja Católica tinha sempre sofrido problemas criados por si própria, hoje vemo-lo de uma forma verdadeiramente aterrorizadora.'

Tinha havido outros sinais de que finalmente o Vaticano estava a ouvir antes de reagir. Um resumo das novas regras e procedimentos a seguir quando se lida com um agressor de crianças foi publicado; incluía alterações pelas quais muitos tinham estado a pedir ao longo dos anos. É agora obrigatório que tais casos sejam denunciados à polícia. Nos casos mais graves o Papa Bento reduzirá os padres ao estado laical sem passar pelo processo de um julgamento da Igreja. Havia várias outras novas

diretrizes, todas concebidas para garantir que o processo fosse simplificado e fortalecido.

No final de maio de 2010 o Vaticano deu detalhes da Visita Apostólica à Irlanda que tinha sido prometida no início do ano. Começando no outono, quatro prelados séniores descenderiam cada um sobre uma arquidiocese irlandesa para individual e coletivamente 'explorar mais profundamente questões respeitantes ao tratamento de casos de abuso, tomando como seus termos de referência vários documentos de orientação que contêm a gama de regras, leis e regulamentos que se aplicam à prevenção e a melhorias possíveis aos procedimentos atuais relativamente ao abuso sexual clerical'. Após uma investigação exaustiva, análise e recomendações, eles passariam para as quatro dioceses seguintes. É uma iniciativa que merece ser acolhida e que deveria ser replicada por todo o mundo onde quer que tenha havido um problema significativo. Deveria também ser aplicada mais perto de casa, dentro do Vaticano, para garantir que alguma da madeira morta seja removida.

Há muitos problemas que assolam a Igreja, alguns foram listados pelo Papa durante uma reunião com um grupo de bispos belgas no início de 2010:

'A diminuição no número de pessoas batizadas que dão abertamente testemunho da sua fé e da sua pertença à Igreja, o aumento gradual na idade média dos padres e religiosos, a falta de pessoas ordenadas e consagradas que trabalham nos campos da pastoral, educação e cuidados sociais, o número reduzido de candidatos ao sacerdócio e à vida consagrada.'

Se todos ou algum destes podem ser invertidos no curto prazo é improvável. Talvez quando as muitas centenas de milhares que deixaram a Igreja como resultado direto do escândalo do abuso sexual clerical puderem ver que as várias reformas foram implementadas com vigor a maré possa mudar.

Anteriormente neste livro os detalhes do papel inaceitável do primaz da Irlanda, Cardeal Seán Brady, no encobrimento dos crimes do Padre Brendan Smyth foram registados. Marie McCormack, uma das vítimas deste padre, aceitou um acordo fora dos tribunais reportado como sendo superior a 300 000 dólares. Ela aceitou também pedidos de desculpas dos vários réus, incluindo do Cardeal Brady, que à data em que este texto foi escrito continua agarrado a um cargo elevado. O custo global atual do abuso sexual clerical desde que o Padre Gilbert Gauthe foi detido pela primeira vez no Louisiana em junho de 1983 situa-se atualmente em mais de 8 mil milhões de dólares.

Apenas se começa a sentir os primeiros impulsos de otimismo relativamente ao futuro da Igreja e logo o Vaticano dá um tiro no próprio pé, se não na cabeça. A 15 de julho de 2010, o Santo Ofício publicou uma edição revista das normas de 2001 que lidam com o abuso clerical de menores e outros 'crimes excecionalmente graves contra a fé e a moral'. As revisões no Direito Canónico na sua aplicação ao abuso de crianças devem ser aplaudidas, incluindo como incluem o tornar infração o olhar para pornografia infantil. Agrupado no mesmo decreto, contudo, está 'a tentativa de ordenação de mulheres'. Isto é agora definido por Roma como 'um dos crimes mais graves na lei da Igreja ao nível do abuso clerical de crianças'.

A partir de agora, muitas pessoas por todo o mundo não permitiriam que uma criança não acompanhada entrasse numa Igreja Católica Romana. A Igreja Católica em Inglaterra e no País de Gales e noutros países sente-se obrigada a proibir os padres de estarem sozinhos com uma criança. O falecido Papa João Paulo II e os seus conselheiros instruíram os padres por todo o mundo a evitarem entrar em 'situações arriscadas com o sexo oposto' e a 'usar de cautela' ao lidarem com paroquianas devido a 'tentações sexuais'. Muitos dos padres agressores sexuais são tratados com injeções de Depo-Provera, um medicamento frequentemente prescrito como contracetivo feminino.

Recentemente um prelado sediado em Roma observou-me: ‘Não haverá, quer no curto quer no médio prazo, uma política de tolerância zero relativamente aos agressores sexuais. Se tal política existisse e fosse aplicada de forma geral, independentemente da posição, haveria muitos bispos que seriam forçados a demitir-se . . . muitos cardeais que teriam de ter uma reforma antecipada . . . Quanto à tolerância zero para com os homossexuais, já temos isso. Acontece apenas estar confinada aos leigos. Se fosse aplicada ao sacerdócio, a infraestrutura colapsaria.’

Todas estas coisas vieram a acontecer dentro da ‘única Igreja verdadeira’ sob a liderança do falecido Papa João Paulo II, estreitamente assistido por Joseph Ratzinger, que se tornou agora o último monarca absoluto na terra.

Falando numa série de meditações na Sexta-Feira Santa de 2005, o então Cardeal Ratzinger disse: ‘Quanta sujidade há na Igreja, e mesmo entre aqueles que, no sacerdócio, deveriam pertencer inteiramente a Cristo!’. A 11 de agosto de 2010, contudo, o Papa Bento XVI deixou anunciar que não tinha aceite as demissões de dois dos bispos da Arquidiocese de Dublin, nomeadamente os Bispos Walsh e Field. Eles, juntamente com cada um dos bispos auxiliares dentro da diocese de Dublin, foram considerados culpados pela Comissão Murphy de ter conhecimento de incidentes de abuso sexual clerical e ainda assim manter os seus olhos e as suas bocas fechados. A sujidade que tanto preocupava Ratzinger há cinco anos é agora considerada pelo Papa como sendo aceitável.

‘E disse: Em verdade vos digo que, se não vos converterdes e não vos fizerdes como crianças, de modo algum entrareis no reino dos céus. 4 Portanto, aquele que se humilhar como esta criança, esse é o maior no reino dos céus. 5 E qualquer que receber em meu nome uma criança tal como esta, a mim me recebe. 6 Mas qualquer que puser um tropeço a um destes pequeninos que crêem em mim, melhor lhe fora que se lhe pendurasse ao pescoço uma

pedra de moinho, e se submergisse na profundeza do mar.’ São Mateus 18: 1-6

Agradecimentos Aos muitos que me falaram; aos padres de vários países que em mim confiaram; e aos muitos homens e mulheres que me prestaram tão valiosa assistência: gostaria de agradecer a todos vós.